

Espelhos

Manual sobre o combate ao
anticiganismo através da educação
para os Direitos Humanos



Plano de Ação para a Juventude Cigana

COUNCIL OF EUROPE



CONSEIL DE L'EUROPE

Espelhos

Manual sobre o combate ao
anticiganismo através da educação
para os Direitos Humanos

Escrito por Ellie Keen

Edição inglesa:
Manual on combating antigypsyism through
human rights education
ISBN 978-92-871-8086-5

As opiniões expressas no presente manual não refletem necessariamente as opiniões do Conselho da Europa.

Os direitos de autor desta publicação são detidos pelo Conselho da Europa. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais sob qualquer forma, ou por qualquer meio, eletrónico (CD-ROM, Internet, etc.) ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento ou recuperação de informação, sem a permissão por escrito da Divisão de Publicações (publishing@coe.int), Direção de Comunicação do Conselho da Europa (cópia para o Centro Europeu da Juventude de Budapeste, 1-3 Zivatar utca, H-1024 Budapeste, Hungria; email: eycb.secretariat@coe.int).

A reprodução de conteúdos desta publicação é autorizada apenas para fins de educação não comercial e na condição de que a fonte seja devidamente citada.

Toda a restante correspondência relativa a este documento deve ser endereçada ao Departamento de Juventude do Conselho da Europa:

Centro Europeu da Juventude Strasbourg 30,
rue Pierre de Coubertin

F- 67075 Strasbourg Cedex – França
Email: youth@coe.int

© Conselho da Europa, 2015

Composição gráfica e design: Pampaneio

Fotos: Marlies Pöschl, Jan Jamriska,
Sandro Weltin / © Conselho da Europa

Título: Espelhos. Manual sobre o combate ao antigianismo através da educação para os Direitos Humanos

Texto originado e usado com a permissão do Conselho da Europa. Esta tradução é publicada por acordo com o Conselho da Europa, mas sob a responsabilidade exclusiva do tradutor.

Tradução: Ana Paula Pinto

Adaptação: Centro de Juventude de Lisboa do IPDJ

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves, Lda.
– Santa Maria da Feira

ISBN: 978-989-8330-38-3

© Centro de Juventude de Lisboa, junho de 2022

www.coe.int/youth/roma

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar a nossa gratidão a todos aqueles que contribuíram para esta publicação com as suas sugestões e comentários, em particular:

1. Aos participantes na reunião consultiva realizada em Budapeste em julho de 2013, pela sua inestimável contribuição para fazer deste manual uma ferramenta útil para educadores e organizações juvenis: Marietta Herford (ternYpe, International Roma Youth Network), Ramon Flores (Forum of European Roma Young People), Ionut Stan (Secours Catholique and Gypsy Eye), Sandra Heredia Fernandez (FAKALI), Alexandra Raykova (Programa ROMED, Conselho da Europa), Simona Mursec (Advisory Council on Youth, Conselho da Europa), Orhan Usein (Advisory Council on Youth, Conselho da Europa), Anca Sandescu (European Roma Rights Centre), Robert Rustem (European Roma and Travellers Forum).
2. Aos educadores e educadoras que testaram as atividades do manual e aos jovens e às jovens com quem trabalharam: Chiara Cipriani e Simona Vannini (Istituto Comprensivo “Via Mascagi”, Roma, Itália), Raquel Santos Pérez, Patro Alba Lara, Isabel Menguiano Romero, Cândida Álvarez Guerrero e Pedro Manuel Sánchez Sánchez (Union Romano, Espanha), Theofano Papakonstantinou (X-Roma, Grécia), Ionut Stan (Secours Catholique e Gypsy Eye), Laszlo Milutinovits (Diagonál Magyarország Ifjúságsegítők Országos Szervezete, Hungria), Dijana Uljarević (Forum MNE, Montenegro).
3. Markus End, Angela Kocze pela sua participação na primeira reunião editorial desta publicação.
4. Valeriu Nicolae, pela sua contribuição para o capítulo específico sobre antigianismo.
5. Laura de Witte, pela sua contribuição para a conceção das atividades que constam nesta publicação
6. Denis Durmis, Rui Gomes e Mara Georgescu (Departamento da Juventude, Conselho da Europa), pelo seu contributo para a publicação e pela coordenação do projecto.

Todos os esforços possíveis foram desenvolvidos no sentido de referenciar textos e atividades com os seus respetivos autores e autoras dando-lhes os devidos créditos. Pedimos desculpa por eventuais omissões e teremos o prazer de as corrigir na próxima edição.

Prefácio



O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) tem por missão a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.

A constituição de uma rede colaborativa tem uma importância vital para a concretização da missão, da visão, dos objetivos estratégicos e operacionais deste Instituto. O trabalho com as pessoas jovens e com as diferentes entidades parceiras visa dinamizar e apoiar as áreas prioritárias ligadas ao desporto e juventude.

Na área da juventude, o foco nas temáticas do associativismo, do voluntariado, da participação ativa e construtiva, para alcançar uma sociedade igualitária, justa, inclusiva e esclarecida, tem o enfoque nas pessoas jovens e no desenvolvimento de competências, utilizando metodologias de formação e educação não-formal.

O artigo 2.º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* refere que «todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação». Para que este desejo seja uma realidade, é fundamental um trabalho esclarecido e partilhado com o movimento associativo e com as pessoas jovens, para a integração social, cultural de todos/as e onde se inclui a comunidade cigana.

Em Portugal, a *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022* (ENICC) assenta na realização efetiva dos direitos humanos, orientada pelo princípio constitucional da igualdade e da não discriminação previsto no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa. Esta encontra-se alinhada com a *Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030* «Portugal + Igual» e com o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 para o reconhecimento da especificidade das pessoas ciganas e das suas experiências de discriminação, bem como para a concretização de compromissos internacionais, como a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, com o objetivo de promover uma cidadania inclusiva e não discriminatória, a igualdade entre mulheres e homens nas medidas de integração de pessoas ciganas, de reforçar a intervenção em mediação intercultural e garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas.

A tradução para português do *Mirrors* («Espelhos – Manual sobre o combate ao anticiganismo através da educação para os Direitos Humanos») pelo Centro de Juventude de Lisboa, o qual foi distinguido com o *Selo de Qualidade* do Conselho da Europa em novembro de 2014, pretende contribuir para o trabalho a desenvolver pelo IPDJ e a sua rede colaborativa, para uma participação ativa e democrática de todos e todas, a educação para os direitos humanos e a efetiva integração na sociedade de comunidades como os *Roma*, com a finalidade de uma Europa mais justa, coesa e solidária.

Vitor Pataco

Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Índice

1. INTRODUÇÃO	9
O Plano de Ação do Conselho da Europa para a Juventude Cigana e para o Combate ao Anticiganismo	11
2. UM GUIA PARA O MANUAL	13
Âmbito do Trabalho	13
Estrutura do Manual	19
Implementação das Atividades	20
3. ANTICIGANISMO	25
"Gypsy", "Cigano" e Anticiganismo	25
O Anticiganismo na Prática	29
4. DIREITOS HUMANOS	39
Anticiganismo e Direitos Humanos	40
Factos-chave sobre os Direitos Humanos	41
Os Direitos Humanos e a Lei	41
Três Níveis de Proteção	41
Tratados Fundamentais	44
Usando os Direitos Humanos no seu Trabalho	47
5. TERMOS-CHAVE	49
6. ATIVIDADES	53
APÊNDICE I: ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO CIGANA NA EUROPA	173
APÊNDICE II. A CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS E OS SEUS PROTOCOLOS	177

Uma nota sobre a terminologia usada

O termo “Roma” é usado ao longo desta publicação para se referir aos Roma, Sinti, Cale e grupos afins na Europa, incluindo os Travellers e os grupos orientais (Dom e Lom). Não deve ser compreendido para cobrir a grande diversidade dos grupos em questão, incluindo pessoas que se identificam como Ciganos.

O termo “Rom” também é usado para se referir a uma pessoa de origem cigana.

Os termos “Rom” e “Romani” são usados como adjetivos: “uma mulher Roma”; “comunidades Roma”.

Foi aplicada linguagem inclusiva.

Em linha com outros documentos oficiais relacionados, a tradutora optou pela aplicação termo generalista “cigano” (como adjetivo) no lugar de “Roma” visto ser mais usual no contexto social português e, como tal, assim o entendeu, mais fácil de compreender do ponto de vista formativo.

Deve assim entender-se que o termo “cigano/a” é aqui usado para designar diferentes grupos como, Roma, cintis, calós, ciganos, gypsies, romanichéis, baiaxes, ascális, egipcianos, ieniches, domes, lomes, romani e abdais, englobando também as comunidades “Travellers” e sem pôr em causa as suas especificidades.

Apenas foi mantida a designação dos grupos acima em passagens do texto que especificamente aos mesmos se refiram.

Não sendo um trabalho editorial, a tradução pode conter algumas adaptações na construção frásica, a bem de uma maior fluência na língua portuguesa.

Por serem termos amplamente difundidos no âmbito da educação e dos Direitos Humanos, a tradutora optou por manter alguma terminologia em inglês, assinalando-a em itálico. Designadamente: *debriefing, feedback, flipchart, post it, brainstorming*. Exceção feita em títulos nos quais se usou a formatação regular.

Na referência bibliográfica, a tradução foi literal, seguindo o original (não foi adaptada a nenhuma norma específica de referência).

A formatação do texto em word pode não estar uniforme visto ter-se usado o documento original como base.

Tendo em conta o ponto acima e visto o tamanho do texto variar de língua para língua (maior ou menor número de palavras) não foi considerada a paginação em termos de Índice.

No seguimento do ponto acima, a referência a páginas ao longo do documento, foram mantidas no original e assinaladas a amarelo para se poderem facilmente identificar e atualizar uma vez feita a paginação final do documento.

1. Introdução

No caso dos ciganos [e das ciganas] a idade da responsabilidade criminal deveria ser o momento em que nasce porque nascer é, na verdade, o seu maior crime.

*Miroslav Sladek, Político.
Partido Republicano Tcheco*

A diferença entre ciganos [e ciganas] e gado é que o gado está sujeito a controle veterinário. O gado não pode comportar-se como os/as ciganos/as, mas o contrário é permitido. Há anos que os direitos e liberdades dos bovinos sofrem fortes pressões, mas durante todo este tempo a mulher cigana dá à luz gémeos outra e outra vez, teimosa que nem uma mula.

*Kalin Rumenov, premiado
jornalista búlgaro*

Eu adoro carne assada ao estilo cigano, mas prefiro mais carne e menos ciganos [e/ou ciganas].

Jan Slota, Partido Nacional Eslovaco

Uma parte significativa dos ciganos [e das ciganas] não está apta para a coexistência. Os ciganos [e as ciganas] não servem para viver entre pessoas... Estes animais não deviam ser autorizados existir. Seja de que forma for. Isso tem de ser resolvido imediatamente, e independentemente do método.

*Zsolt Bayer, co-fundador
do Partido Fidesz, Hungria*

Os residentes estão prontos para começar a incendiar as casas dos ciganos [e ciganas] e eu quero liderar este processo.

*O legislador municipal russo
Sergei Krivnyuk*

Os ciganos [e ciganas] estão agrupados à volta de criminosos bem conhecidos... há ciganos [e ciganas] que nascem criminosos. Não sabem fazer nada além de cometer atos criminosos.

*General Mircea Bot,
Chefe da Polícia de Bucareste*

Imagine que as afirmações acima são dirigidas a um grupo diferente de pessoas, como por exemplo, africanos negros, asiáticos ou judeus. Provavelmente não seriam toleradas na sociedade dos dias de hoje. No entanto, no que diz respeito à população cigana, figuras públicas, incluindo respeitados jornalistas, políticos e membros das forças policiais, podem fazer afirmações como estas, muitas vezes sem sequer serem contestadas.

Tais afirmações são abusivas, baseadas em pressupostos falsos, e provavelmente ilegais à luz do direito internacional. São também racistas. Então porque é que são toleradas e mantidas?

Este manual aborda o problema do racismo contra o povo cigano. O problema é tão conhecido e tão difundido que até tem um nome especial: anticiganismo.

Há uma necessidade premente de resolver este problema. Os ciganos e as ciganas são a minoria mais desfavorecida e abusada em toda a Europa e o anticiganismo vem a aumentar nos últimos anos. Cada vez se torna mais “aceitável” fazer declarações depreciativas contra o povo cigano e culpá-lo por vários males sociais.



Os extremistas sentem têm legitimidade para os seus ataques quando a mensagem que lhes é passada através de ações governamentais noutras esferas, também é de que os ciganos e as ciganas são um problema.

Gay McDougall, Perito Independente da ONU em questões de minorias

Os danos e o sofrimento causados a cada cigano e a cada cigana enquanto indivíduos, assim como os danos causados à comunidade cigana como um todo, são difíceis de quantificar. Muitas vezes são diretos e imediatos, como acontece por exemplo, quando uma criança é marcada como alvo, tanto por colegas como por professores só pelo fato de ser cigana. Mas os danos causados ultrapassam o imediato. Vão além do cigano e da cigana, vítimas de abuso. O anticiganismo vê-se na forma como a sociedade, como um todo, se relaciona com a pessoa cigana, incluindo ao nível das suas leis e políticas. As mesmas leis e políticas que moldam as nossas possibilidades e que, supostamente, nos protegem quando os nossos direitos são postos em causa.

É difícil para os jovens e para as jovens que crescem num ambiente assim, conseguirem ver para além do preconceito tão enraizado, ou saberem como ajudar a tornar a sua própria sociedade, uma sociedade que trata qualquer indivíduo de forma justa, com respeito pelos Direitos Humanos. Desenvolvemos este manual na convicção de que os programas educativos têm de começar a ter em conta um problema que é comum a todos os países europeus. É preciso ajudar os jovens a ver para além dos preconceitos através da educação e começar a defender os direitos do povo cigano.

Nunca podemos esquecer que estes direitos são Direitos Humanos. O povo cigano não tem direitos “especiais”, mas deve os mesmos direitos que assistem a qualquer outra comunidade. Este manual coloca os problemas do racismo, do anticiganismo e da romafofia, de forma clara no enquadramento dos Direitos Humanos. Independentemente do termo usado, qualquer um contradiz o espírito e a letra dos acordos de Direitos Humanos aprovados pelo mundo inteiro.

Ninguém desejaria para si o tipo de atitudes e comportamentos que comumente os ciganos e as ciganas enfrentam. Ninguém o toleraria para os seus próprios filhos. Temos de nos certificar de que as “crianças” da Europa, tanto ciganas como não ciganas, não crescem com a ideia de que tal comportamento é normal, ou aceitável. Este manual é um passo em direção a esse objetivo.



Condenar um povo inteiro como ladrões e bandidos já é, por si só, um ato criminoso e uma violação da Convenção de Genebra e das atuais regras da UE relativas aos cidadãos europeus; nomeadamente, que todo o ser humano tem o direito de ser tratado de forma justa e julgado enquanto indivíduo pelos seus próprios méritos.

Hans Calderas, artista e ativista cigano

O Plano de Ação do Conselho da Europa para a Juventude Cigana e para o Combate contra o Anticiganismo

Esta publicação foi elaborada como parte do Plano de Ação para a Juventude Cigana, do Conselho da Europa, iniciado em 2011 em resposta aos desafios enfrentados pelos jovens ciganos e pelas jovens ciganas na Europa, em particular no que diz respeito à sua participação e às múltiplas realidades de discriminação de que são alvo. O Plano de Ação para a Juventude Cigana inclui atividades do Departamento de Juventude e de outros sectores do Conselho da Europa, bem como atividades de outros parceiros – intergovernamentais e não governamentais – que cooperam com o Conselho da Europa, em particular organizações e grupos de jovens ciganos e jovens ciganas.

A educação em matéria de Direitos Humanos e o combate ao anticiganismo são prioridades importantes do Plano de Ação para a Juventude Cigana, juntamente com o reforço da identidade da juventude cigana, o combate à discriminação nas suas mais variadas formas, a construção de um movimento juvenil mais forte e o aumento da capacidade das organizações juvenis ciganas para participar na elaboração de políticas.

O setor da juventude do Conselho da Europa, nomeadamente através do trabalho dos Centros Europeus da Juventude de Estrasburgo e Budapeste e através da Fundação Europeia da Juventude, tem tido um papel pioneiro na integração da educação para os Direitos Humanos, na política de juventude e na prática do trabalho com jovens. Este processo está bem patente nos manuais *Compass* e *Compassito* para a educação sobre Direitos Humanos com jovens e crianças, respetivamente, e em campanhas de sensibilização como: Todos Diferentes – Todos Iguais, e o Movimento Contra o Discurso de Ódio. A educação sobre Direitos Humanos é a melhor abordagem educacional e a mais fidedigna fonte de informação para o entendimento dos Direitos Humanos enquanto bem comum de toda a humanidade. Igualmente válida para um entendimento das violações dos Direitos Humanos de qualquer pessoa como uma violação dos Direitos Humanos de todos. A Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e Direitos Humanos sublinha o papel da educação para os Direitos Humanos na capacitação dos alunos e das alunas, com conhecimento e competências assim como no desenvolvimento das suas atitudes e comportamentos de forma a poderem contribuir para a construção e defesa de uma cultura universal de Direitos Humanos na sociedade“.

Educação para os Direitos Humanos e combate ao anticiganismo

O trabalho educativo contra o anticiganismo faz parte desta missão de criar uma cultura universal de Direitos Humanos. A profusão de situações de anticiganismo reforça a necessidade desenvolver um manual específico para o combater. Não que seja a discriminação contra o povo cigano diferente de qualquer outra forma de discriminação, mas porque a realidade nos

mostra que, não sendo este abordado de forma específica, o anticiganismo é frequentemente ignorado. A invisibilidade do anticiganismo nos Direitos Humanos e na educação contra a discriminação é também uma forma de promover atitudes e ações discriminatórias contra a comunidade cigana.

À semelhança do *Compass* e do *Compasito*, o presente manual foi pensado para ser utilizado tanto em contextos educativos formais como não formais, ainda que a maior parte das pessoas que trabalham com jovens siga valores e abordagens educativas não formais. Não obstante, as aulas formais em sala de aula são um contexto importante para veicular a educação para os Direitos Humanos e estimular a sua discussão.

Gostaríamos de salientar que o objetivo deste manual é promover os Direitos Humanos e a educação para os Direitos Humanos no âmbito do anticiganismo. Para o professor, ou facilitador dos processos educativos, poderá não ser necessário realizar nenhuma das atividades propostas enquanto “atividades sobre anticiganismo”, mas simplesmente enquanto atividades sobre Direitos Humanos. Naturalmente que o foco da atividade e do seu *debriefing* são situações relacionadas com o povo cigano, mas os resultados da aprendizagem que delas advêm integram-se naquilo que é a educação para os Direitos Humanos como um todo.

Salientamos este aspeto porque, enquanto educadores, também nós somos influenciados e expostos ao mesmo contexto de preconceito que alimenta o anticiganismo, demasiadas vezes envolto numa impunidade alarmante. Pode, por isso, ser difícil escolher, ou decidir fazer uma atividade deste manual porque “não queremos destacar um grupo” (o povo cigano), ou porque “não temos ciganos/ciganas no nosso grupo”, ou porque “não é uma preocupação” no nosso grupo, escola ou comunidade. Estas são apenas três das razões mais frequentemente citadas para não abordar temas relacionados com a discriminação contra os ciganos e contra as ciganas nas atividades educativas. A generalização e a variedade de formas de discriminação contra os ciganos e contra as ciganas, presente na maior parte dos países europeus, tornam o trabalho educativo contra o anticiganismo uma abordagem válida para qualquer trabalho de educação para os Direitos Humanos. Da mesma forma que a promoção dos Direitos Humanos das mulheres beneficia toda a sociedade, tanto homens como mulheres, não se fazendo a discussão sobre os direitos das mulheres apenas na presença de mulheres.

Assim sendo, não será necessário sublinhar que o presente manual não foi produzido para trabalhar *exclusivamente* com jovens ciganos e jovens ciganas, nem *especialmente para*, ou *se possível com*. O conteúdo e a abordagem deste manual são valiosos para qualquer grupo de jovens, em qualquer lugar. Dicas e conselhos são fornecidos para quando a presença de jovens ciganos e jovens ciganas no grupo requeira ações ou abordagens específicas. Adicionalmente recomenda-se o envolvimento de ciganos e ciganas, jovens em especial, enquanto facilitadores, elementos de apoio, ou dando o seu testemunho real em algumas atividades. Capacitar os jovens ciganos e as jovens ciganas e apoiar a sua participação em todas as esferas da sociedade é precisamente um dos objetivos do Plano de Ação para a Juventude Cigana e da política de juventude do Conselho da Europa.

Este manual visa igualmente complementar outras iniciativas do Conselho da Europa, nomeadamente a sua campanha *Dosta!* e as orientações políticas de combate ao racismo e à intolerância desenvolvidas pela Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância.

2. Um Guia para o Manual



A nossa visão é ambiciosa, mas o objetivo é simples: garantir que os ciganos gozam dos mesmos direitos e oportunidades que qualquer outra pessoa. Os Ciganos não são diferentes de ninguém. Dêem-lhes uma oportunidade para estudar e eles aprenderão. Dêem-lhes uma oportunidade para arranjar um emprego e eles trabalharão...

Viviane Reding, Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pela Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, abril de 2010

Âmbito do Trabalho

O anticiganismo é um problema de relação – como a comunidade não-cigana e a sociedade como um todo, se relacionam com a comunidade cigana. Na maioria das sociedades de hoje, esta relação é desigual e predominantemente negativa: os ciganos e as ciganas são vistos pela maior parte da comunidade não-cigana como detentores de um conjunto de características fixas, às quais, na sua grande maioria, a sociedade não atribui qualquer valor.

À primeira vista, poder-se-ia pensar que o trabalho sobre anticiganismo, ou a educação antirracista, se concentraria principalmente em acabar com as atitudes racistas no seio da população maioritária, ou pelo menos, no meio das pessoas com quem trabalhamos. Embora este objetivo seja seguramente importante, o trabalho educativo pode fazer-se também do outro lado da relação. Mais concretamente, trabalhar a sua autoestima e desenvolver uma maior consciência para os Direitos Humanos pode ajudar os jovens ciganos e as jovens ciganas a lidar com casos de discriminação e apoiá-los na eliminação de alguns dos obstáculos que a sociedade tem colocado no seu caminho.

Isto levanta um terceiro e importante foco no trabalho em torno do anticiganismo. Grande parte da discriminação enfrentada pelas comunidades ciganas está profundamente enraizada nas próprias estruturas da sociedade. Estes obstáculos estruturais existem como resultado de séculos de discriminação e incluem leis, políticas e instituições que não tratam os ciganos e as ciganas de forma equitativa. Talvez porque as leis não sejam adequadas ou talvez porque atitudes racistas existam no seio de pessoas em posição de poder.



Por toda a Europa, os ciganos [e as ciganas] são detidos e revistados pela polícia, de forma desproporcionada, muitas vezes simplesmente por serem ciganos...

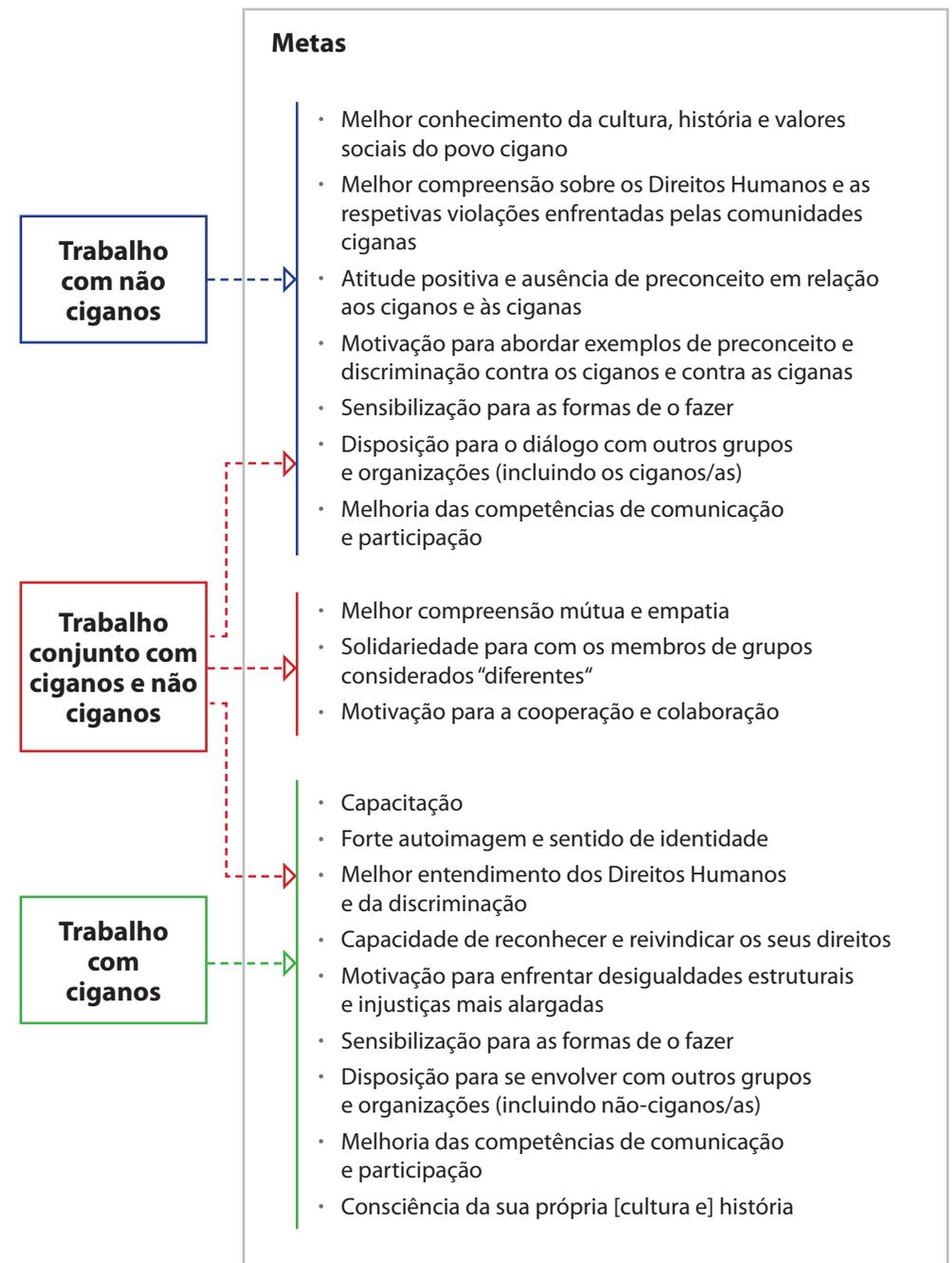
Os ciganos, sejam eles vítimas de crimes, ou suspeitos, raramente recebem igual tratamento por parte dos sistemas de justiça criminal. Isto é resultado tanto de procedimentos e diretrizes inadequados por parte das autoridades policiais, como da incapacidade de eliminar preconceitos no seio das suas estruturas.

Comunidades Ciganas na Europa, Amnistia Internacional

A discriminação estrutural é muitas vezes difícil de ver e difícil de combater. No entanto, se os jovens e as jovens não aprenderem a reconhecê-la, por mais positivas que sejam as atitudes, a discriminação vai continuar a existir da mesma forma. O trabalho educativo pode ajudar os jovens e as jovens a compreender as causas mais profundas das políticas ou das práticas injustas contra os ciganos e contra as ciganas; ajudá-los a perceber o impacto destas práticas sobre os ciganos e sobre as ciganas comuns e pode ainda mostrar formas de trabalhar no sentido de acabar com esses obstáculos.

Este manual disponibiliza uma série de atividades que têm como objetivo abordar estas diferentes áreas. A maioria das atividades são adequadas a grupos ciganos, grupos não ciganos ou grupos mistos, embora o foco possa ser ligeiramente diferente em cada caso. Alguns dos objectivos-chave para os diferentes grupos estão delineados na página seguinte.

Objetivos principais para diferentes grupos



Uma abordagem na ótica dos Direitos Humanos



Políticas relacionadas com o povo cigano devem ser orientadas para os Direitos Humanos em geral; para valores e códigos morais comuns, não devendo ser orientadas exclusivamente para problemas étnicos ou nacionais.

Nicolae Gheorghe, ativista cigano

Os Direitos Humanos têm por base um sistema de valores e princípios onde todos são tratados de forma igual com respeito. Estes valores e princípios são parte integrante do direito internacional, e aplicam-se em todos os países europeus.

O presente manual aborda do anticiganismo no enquadramento dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos contemplam um conjunto de normas universais que servem como base de comparação nas atividades apresentadas neste manual, através das quais os participantes podem avaliar as injustiças e os exemplos de maus-tratos que muitos ciganos e muitas ciganas enfrentam diariamente. Quase todos esses exemplos são ilegais à luz do direito internacional assim como nos países europeus onde ocorrem. Destacar este facto pode veicular uma mensagem forte aos participantes. Para aqueles que são alvo de discriminação, ou de abuso quanto aos seus direitos, esta constatação pode ser bastante encorajadora.

Os Direitos Humanos representam também como uma mensagem de esperança. O simples facto de existirem, já é por si só, uma confirmação de que, independentemente da forma como a sociedade e os governos se comportem, há tanto na teoria como no papel, um reconhecimento de que os direitos dos indivíduos não podem ser negligenciados. Isto representa uma promessa e aponta alguns caminhos práticos para grupos e indivíduos cujos direitos estejam a ser negligenciados. Tanto nós, como tais pessoas, podemos usar esse facto para responsabilizar os perpetradores da injustiça.

Como usar os Direitos Humanos e a educação para os Direitos Humanos no combate ao anticiganismo

As atividades que constam deste manual abordam diferentes aspetos do anticiganismo na ótica dos Direitos Humanos. Discriminação, pobreza, brutalidade policial, despejos, discurso de ódio e outras questões enfrentadas por muitos ciganos e por muitas ciganas são aqui apresentadas na ótica dos Direitos Humanos. O objetivo é que os participantes constatem que todas estas situações são exemplos de fracasso na aplicação prática dos padrões que o mundo inteiro aceitou como devendo ser universalmente aplicados. O objetivo é também que os participantes comecem a ter consciência de que esta “aceitação”, e as obrigações legais que a mesma implica, podem ser usadas para lutar pela igualdade de direitos para o povo cigano.

Os Direitos Humanos oferecem ferramentas poderosas para combater o anticiganismo:

- ▶ Consciencializar para os Direitos Humanos é capacitar
- ▶ Os Direitos Humanos fornecem uma linguagem própria para o enquadramento de desafios ou reivindicações
- ▶ Oferecem mecanismos para lidar com violações específicas.

O racismo, no coração do anticiganismo é, em si mesmo, uma violação dos Direitos Humanos e quase sempre conduz a outras violações mais graves. Através do trabalho educacional podemos tratar o tema do racismo e, dessa forma, ajudar a resolver ou prevenir outras violações de direitos; outra opção é abordar as violações em si. Chamar a atenção para práticas desiguais e frequentemente ilegais, como o acesso desigual à educação ou ao emprego, a falta de habitação digna e a brutalidade policial, é uma forma de colocar o foco no racismo que está na base deste tipo de violações. Esta prática pode ajudar a diminuir o número de incidências. Pode mesmo, em certos casos, acabar com uma dada violação.

Para que os/as jovens possam lutar contra a discriminação do povo cigano e para que possam tomar medidas para melhorar a proteção dos seus direitos, os jovens e as jovens têm de ser capazes de reconhecer as violações dos Direitos Humanos. Isso significa compreender os Direitos Humanos.

Educação para os Direitos Humanos

A educação para os Direitos Humanos é por vezes definida como “educação sobre Direitos Humanos, através dos Direitos Humanos, pelos Direitos Humanos”. Cada atividade deste manual, segue esta abordagem:

- ▶ Os jovens recebem informações gerais sobre os Direitos Humanos, ou informações sobre direitos específicos trabalhados em atividades específicas.
- ▶ O facilitador deve criar um ambiente que respeite os direitos no decorrer da atividade. Leia os conselhos no final deste capítulo para saber mais sobre como garantir uma cultura de respeito, um ambiente seguro e uma atmosfera onde todos se sintam capazes de contribuir e participar (página 22 em diante).
- ▶ Cada atividade inclui sugestões sobre como aplicar as ideias e a aprendizagem adquiridas na prática, na comunidade. Juntamente com os “Quatro Passos para a Ação”, as atividades apontam caminhos para os participantes começarem a trabalhar pelos Direitos Humanos nas suas próprias vidas.

Passar a ação

Um trabalho eficaz na luta contra o anticiganismo deverá deixar os participantes e as participantes não ciganos com uma consciência mais clara da extensão dos problemas que muitos ciganos e muitas ciganas experienciam e o tema deverá sensibilizá-los. Contudo, é importante não dar aos participantes e às participantes a impressão de que o problema é demasiado grande para poder ser resolvido! Para os participantes ciganos e participantes ciganas, é prioritário evitar esta percepção.

Por esta razão, entre outras, todas as atividades deste manual incluem sugestões para um seguimento da atividade, muitas vezes fora do ambiente educativo. Estas atividades de acompanhamento proporcionam aos jovens formas de ter influência na realidade – de tomar medidas contra o anticiganismo. A última secção do manual (Quatro passos para a ação) explora esta ideia em mais detalhe e inclui uma série de atividades que apoiarão os participantes no planeamento de um evento ou ação pública.

A ideia de passar à ação (ativismo) desempenha um papel importante na educação para os Direitos Humanos e um papel importante ao longo de todo este manual. Muitas vezes é uma ideia assustadora para os educadores ou, no limite, encarada como um extra opcional a ser encorajado apenas se o tempo o permitir. Os pontos seguintes são importantes tanto para enfatizar que a ideia de “ação” não tem de ser assustadora, como para destacar as vantagens educacionais – e sociais – de a incluir no seu trabalho com os jovens e com as jovens.

1. Passar a ação não significa necessariamente agir de forma “radical”

Passar a ação pode significar coisas como estabelecer ligações com outros grupos de jovens, convidar membros da comunidade para uma apresentação ou exposição, construir um *website* ou uma página numa rede social, escrever uma carta a um representante local, monitorizar violações de Direitos Humanos, organizar uma petição, etc.

2. Agir com base nas atividades

Se as suas atividades tiverem sido bem-sucedidas no sentido de despertar interesse e preocupação junto dos participantes e das participantes, é provável que estes queiram explorar a questão mais a fundo e sintam necessidade de “fazer alguma coisa” em relação ao problema. Facilitar esse caminho através de um processo de acompanhamento pode ajudar a desenvolver o seu interesse e a consolidar a aprendizagem. Em particular, ao aplicar o que aprenderam com as atividades, os participantes conseguem ter uma visão mais clara do peso das questões discutidas na vida no mundo real.

3. Passar à ação reforça a ideia de responsabilidade social

Muitas das atividades destinam-se a encorajar a reflexão sobre o papel que as pessoas “normais” desempenham no permitir e encorajar do anticiganismo. Se os participantes e as participantes perceberem que há coisas que – tanto eles como outras pessoas – podem fazer para combater o problema, os princípios morais em causa ganham mais força. Os participantes e as participantes começarão a ter uma perceção mais clara da sua responsabilidade para com sociedade em que vivem.

Sabem, sempre a questão sempre foram os Direitos Humanos. Que se deviam aplicar a nós, ciganos também. Que devemos ter o mesmo direito viver decentemente como toda a gente, com habitação, emprego e educação... isto tem de ser falado!

Rosa Taikon, ourives e ativista cigana

4. Agir é empoderador

Se os participantes e as participantes sentirem que podem dar o seu pequeno contributo para acabar com o problema, é menos provável que se sintam desanimados face à grandeza do mesmo. Os grupos podem juntar-se e, ao serem capazes de organizar uma ação, ou criar algo útil fora do ambiente de aprendizagem formal, isso irá gerar um forte sentimento de realização pessoal.

5. Agir desenvolve as competências de participação

Os participantes e as participantes podem tirar muito partido dos processos de reflexão, de organização e, mais tarde, de implementação de uma ação na comunidade. Tais processos ajudam a desenvolver, por exemplo, competências de pensamento crítico, visão estratégica, comunicação, organização e colaboração.

Os facilitadores devem alocar tempo ao *debriefing* da ação, ou seja, à reflexão conjunta sobre o que correu bem, o que poderiam ter feito de forma diferente e o que aprenderam com a experiência.

6. Agir pode ter impacto!

Se a ação for encarada, não na perspetiva de se conseguir uma melhoria imediata, mas como parte de um processo de mudança estrutural, então quase tudo o que o grupo fizer deve ser encarado como um contributo para esse processo. Mesmo que se trate apenas de criar ligações com outros grupos, da partilha de informação *online* sobre violações de direitos, ou de criar uma peça de teatro sobre anticiganismo, em todas estas ações, os jovens e as jovens tornam-se ‘educadores’ na comunidade. Estão a transmitir a sua aprendizagem aos outros, em sociedade. Isto por si só é uma contribuição significativa para a batalha contra o anticiganismo.

Claro que também podem ter conquistas mais diretas, por exemplo, fazendo com que uma autoridade local reveja uma política de despejos, persuadindo um jornalista a escrever sobre o seu caso, persuadindo outros a assinar uma petição, ou a aderir a uma campanha. Tais sucessos podem ser importantes pela conquista em si e, ao mesmo tempo, muito empoderadores para os participantes e para as participantes.

- ▶ Consulte a atividade “Quatro passos para a ação” e o respetivo material de apoio para mais informações sobre como estabelecer objetivos alcançáveis.
- ▶ Consulte o Capítulo 3 do *Compass* para um plano detalhado sobre como passar à ação enquanto parte integrante da educação para os Direitos Humanos (disponível em www.coe.int/compass).

Estrutura do Manual

As atividades

O corpo principal do manual é constituído por 18 atividades com material de apoio. A maior parte das atividades é concebida para sessões de pelo menos uma hora, embora algumas sejam mais longas. As atividades são classificadas de acordo com o “nível de complexidade”: uma atividade de nível 4 pressupõe alguma experiência, ou conhecimento da área; uma atividade de nível 1 pode ser realizada com grupos que sem experiência no tema.

Poderá usar a tabela de atividades nas páginas 57-59 para identificar as atividades apropriadas ao tema, o tempo necessário e o nível de complexidade.

Cada atividade contém ainda sugestões para o seguimento pós-atividade. Algumas das sugestões referem-se a outras atividades do manual; algumas são ideias para projetos de pesquisa, para campanhas de sensibilização pública, ou para outras ações públicas. Estas ações são uma forma importante de consolidar os conhecimentos e competências adquiridas no decorrer das atividades e ajudarão os jovens e as jovens a envolverem-se e a perceberem o poder de influenciar o mundo ao seu redor.

O último grupo de atividades está especificamente orientado para ações na comunidade.

Material de apoio

A maioria das atividades contém ainda de informação de apoio diretamente relevante para aquela atividade em particular. A maioria destas notas de fundo são breves, e podem ser usadas também como fichas para os participantes. Algumas das notas – por exemplo, sobre racismo, discriminação e estereótipos – são relevantes para várias atividades diferentes.

Muitos destes textos são relevantes também para outras ações e estão indicados no quadro de atividades.

Capítulos de base

Os dois primeiros capítulos, “Anticiganismo” e “Direitos Humanos”, são importantes para definir o contexto das atividades. Recomenda-se que procure nesses capítulos as áreas que considera particularmente importantes para o seu grupo, ou que não lhe sejam familiares.

O capítulo sobre a anticivismo fornece alguns exemplos dos desafios enfrentados pela comunidade cigana e descreve a magnitude do problema. Se está a trabalhar com grupos não ciganos, este capítulo é de particular importância: estes grupos podem não estar cientes da extensão do problema da discriminação que o povo cigano enfrenta e o abuso que sofre em quase todos os aspetos do seu dia-a-dia.

É fortemente recomendado que use e faça constante referência às informações sobre Direitos Humanos. É uma forma de garantir que os participantes se familiarizam com as ideias e com os direitos em si, e que comecem a associá-los a questões que enfrentam diariamente.

Implementação das atividades

As instruções para as atividades focam os passos principais para a sua realização. Recomenda-se a leitura de toda a atividade pelo menos duas vezes, incluindo as perguntas de *debriefing*, antes de a implementar com o seu grupo. Nas instruções estão incluídas “dicas para facilitadores”, cujos tópicos podem ser adaptados, ou mais aprofundados.

A secção seguinte contém recomendações gerais e pontos a ter em conta no planeamento ou execução das atividades. No Capítulo 1, Secção 4 do *Compass* (disponível *online* em www.coe.int/compass) encontra uma explicação mais detalhada quanto aos métodos utilizados e os benefícios de seguir uma metodologia orientada para uma aplicação na prática.

É particularmente recomendável a sua leitura caso não esteja familiarizado com métodos interativos.

O papel do facilitador

As atividades usam o termo “facilitador” para se referir à pessoa que dirige as atividades. Um facilitador é alguém que “faz algo acontecer”, que apoia e encoraja outros a aprender e a desenvolver o seu próprio potencial. A facilitação eficaz é a chave para a educação para os Direitos Humanos e a chave para dar vida a estas atividades.

Não sinta a necessidade de ser um “especialista” para trabalhar estes problemas: uma boa facilitação não requer um conhecimento, ou experiência específicos, exceto talvez uma “experiência” na relação com jovens e na sua compreensão. As atividades deste manual têm mais sucesso num ambiente em que o seu grupo seja encorajado a explorar e a encontrar a sua própria abordagem perante questões que são complicadas e, muitas vezes, controversas. Não há mal algum em partilhar que, tal como eles e elas, também está a explorar o tema.

Trabalhar com grupos ciganos e não ciganos

Dada a natureza do tema, saber se o seu grupo inclui participantes ciganos, ou se é exclusivamente cigano, é uma questão importante. As “mensagens” que ciganos e não ciganos precisam interiorizar e às quais saber como reagir no que diz respeito ao anticiganismo podem ser muito diferentes. Algumas das perguntas no *debriefing* das atividades foram destacadas como tendo mais importância para um, ou outro grupo.

Há benefícios em trabalhar com públicos ciganos e não ciganos separadamente, e benefícios em trabalhar com grupos mistos. Contudo, dada a natureza do tópico, é útil estar ciente das necessidades específicas e dos prováveis preconceitos que os participantes possam ter pela forma como se autoidentificam.

- ▶ Certifique-se de que está ciente das diferentes necessidades dentro do seu grupo. Particularmente, se não tiver certeza se algum dos seus participantes é cigano ou cigana, verifique!
- ▶ Esteja ciente de que participantes não ciganos podem ter fortes preconceitos em relação aos ciganos. Se está a trabalhar com um grupo exclusivamente não cigano, pode ser necessário abordar esses preconceitos diretamente. Terá de ser bastante sensível em relação a abordagem caso tenha pessoas ciganas no grupo.
- ▶ Os participantes ciganos podem sentir-se fragilizados por alguma da informação apresentada, ou pela discussão que se levanta. Tal circunstância é particularmente provável nas atividades relacionadas com o Genocídio dos Ciganos, nas quais deverá estar preparado para dar apoio a alguém fique mais abalado perante a informação abordada.
- ▶ Pode haver objetivos diferentes para os participantes ciganos e não ciganos (ver o diagrama na página 15). Em particular, reforçar os sentimentos de identidade e afirmar esta identidade pode ser mais importante para os participantes ciganos e as participantes ciganas. Abordar o preconceito pode ser mais importante para os participantes não ciganos.

Criar um ambiente seguro

Algumas das atividades e questões levantadas no manual são suscetíveis de afetar diretamente os participantes ciganos e as participantes ciganas. Muitos deles podem ter sido vítimas de abusos racistas, talvez até mesmo por outros membros do grupo. É muito importante que esteja sensível a estas possibilidades e que informe os participantes de que há apoio disponível se necessário. Certifique-se de que é capaz de oferecer esse apoio, ou de os orientar para alguém que o possa fazer.

Na medida do possível, os participantes devem sentir-se “seguros” para discutir os problemas. Poderá estabelecer algumas regras básicas no grupo, como por exemplo, acordar em respeitar as opiniões dos outros e evitar qualquer forma de abuso ou crítica pessoal.

10 coisas a fazer e a evitar

1	Encoraje os participantes a expressar as suas opiniões e ideias.	Não condene nenhuma sugestão como “inútil”, “irrelevante” ou “estúpida”!
2	Tente desenvolver uma cultura de respeito mútuo, um ambiente seguro onde todos se sintam confortáveis expressar a sua opinião.	Não permita ao grupo excluir, ignorar, prejudicar ou desrespeitar quem quer que seja: tentem estabelecer algumas regras básicas desde o princípio.
3	Incentive a discussão e o colocar de questões: os participantes aprenderão com as suas dúvidas ou incertezas.	Não tente fazer longas apresentações: isso fará com que “desliguem”!
4	Estabeleça associações à realidade dos e das participantes, usando questões reais do contexto em que vivem.	Não faça generalizações nas quais os e as participantes não se possam rever.
5	Ponha os dogmas de parte! Permita que ponham em causa “verdades estabelecidas”, inclusivamente, faça-o você mesmo.	Não dê “sermões”, nem use a sua posição para terminar uma discussão.
6	Seja honesto/a com os e as participantes. Respeitá-lo-ão mais e ficarão mais propensos a falar com abertura.	Não finja saber quando não tem a certeza! Diga-lhes que vai pesquisar, ou encoraje-os a fazê-lo.
7	Confie nos participantes. Eles precisam de encontrar as respostas por si próprios.	Não fale com os participantes de cima para baixo, e não tente conduzi-los para onde não querem ir.

8	Leve a sério as sugestões dos e das participantes: é mais provável que se envolvam se se sentirem considerados.	Não sinta a necessidade de seguir à risca ao que foi planeado: siga os interesses deles se preferirem seguir noutra direção.
9	Apele às suas empatias humanas naturais. Pergunte-lhes como se sentem, ou como se sentiriam se...	Não desista se surgirem opiniões indelicadas, ou irrefletidas. Mostre-lhes outra perspetiva.
10	Trate os participantes como iguais – iguais uns aos outros, e “iguais” a si. Todos apenas humanos!	Não exclua os participantes nem faça suposições sobre o que eles podem ou não podem fazer. Os humanos podem ser imprevisíveis!

3. Anticiganismo

- ▶ Num inquérito realizado em 11 estados membros da UE, cerca de metade dos inquiridos ciganos afirmou que ter sido vítima de discriminação nos últimos 12 meses.
- ▶ Cerca de metade, sentiu-se discriminada quando procurava casa.
- ▶ Cerca de um quarto deles sentiu-se discriminado quando procurava trabalho.
- ▶ Cerca de um quinto sentiu discriminação na educação, nos cuidados de saúde e no local de trabalho.

Resultados de uma pesquisa realizada pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE (FRA) em 2011. Os países inquiridos foram a Bulgária, República Checa, França, Grécia, Hungria, Itália, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia e Espanha.

“Gypsy”, Cigano e Anticiganismo

Cigano



Nós não somos selvagens, mas pessoas civilizadas de outra civilização. Não somos superiores nem inferiores ao resto da humanidade. Nós somos diferentes, só isso!

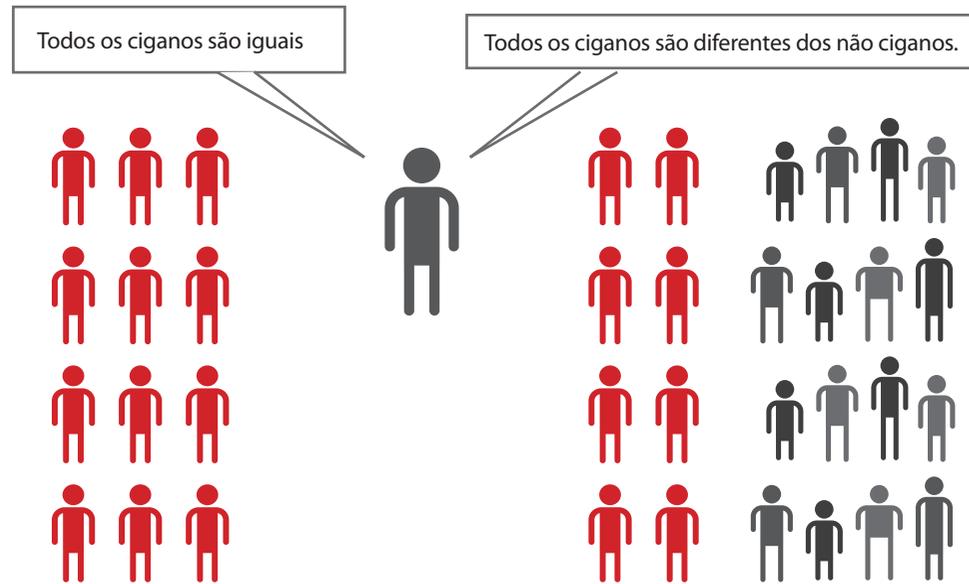
Sandra Jayat, artista cigana

A palavra “cigano” é usada na maior parte das vezes de forma depreciativa por pessoas que não são elas próprias “ciganas”. Na verdade, não existe um grupo único de “ciganos”. As comunidades ciganas habitualmente rotuladas desta forma tendem a classificar-se a si próprias de forma diferente. Muitas consideram-se ciganas, que é o termo usado ao longo deste manual, mas outras designam-se de formas diferentes – por exemplo, como Sinti e Kale. Alguns auto-identificam-se como Travellers; apenas alguns, em países específicos se autoidentificam como Ciganos.

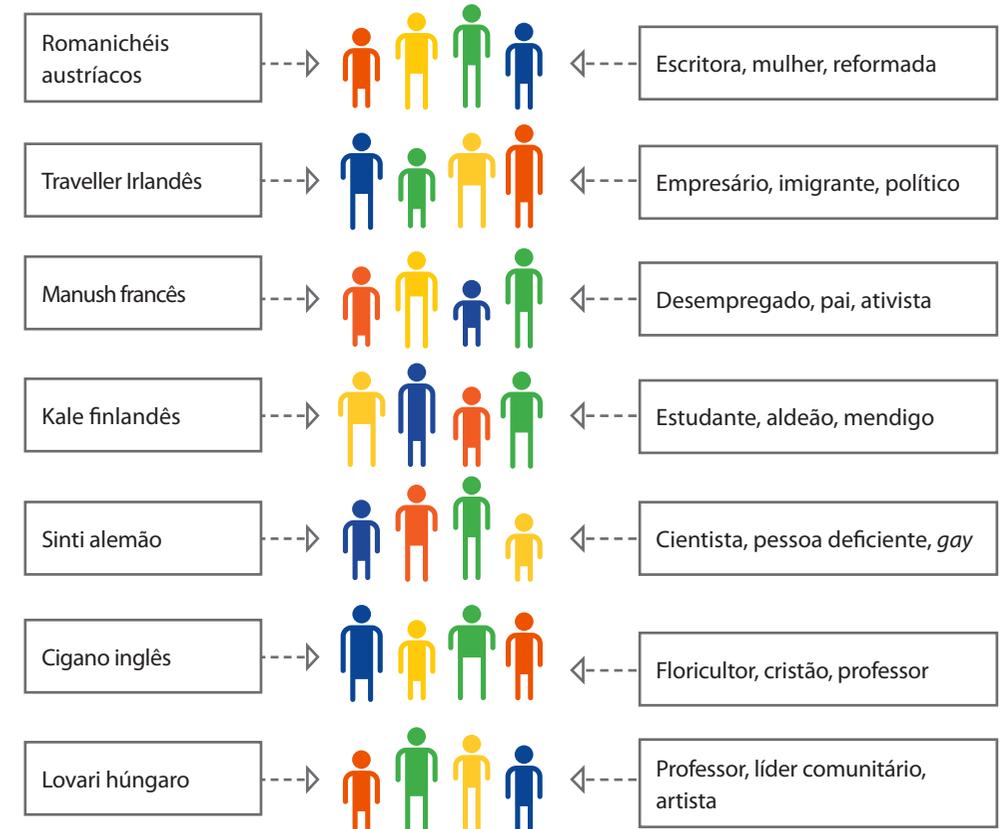
A palavra “cigano” é usada ao longo deste manual para cobrir todos esses grupos e outros. Alguns ciganos partilham elementos do património cultural, alguns partilham uma língua comum e outros têm uma história comum. No entanto, em todo o continente europeu, grande parte do que têm em comum dilui-se nas diferenças individuais. Como qualquer outro grupo – por exemplo moscovitas, italianos, norte-europeus, crianças, mulheres, desportistas ou músicos – os ciganos são, acima de tudo, indivíduos, independentemente da forma como se classificam a si próprios. Têm preferências individuais, competências, valores e histórias

personas. Muitas vezes podem ter mais em comum com não ciganos no seu país, ou comunidade, do que com outros ciganos.

Então, o que leva afinal as pessoas a pensar que os ciganos são todos iguais?



Os ciganos **não** são todos iguais



Roma

Os Roma (ou Romani) constituem a maior e mais discriminada minoria étnica/cultural da Europa. Encontram-se em todos os países europeus, mas a maioria vive nos Balcãs e na Europa Oriental, onde constituem entre 3% a 10% da população. Existem também importantes comunidades ciganas na Europa Ocidental, particularmente em Espanha, França e Grécia. A Comissão Europeia estima que o número total de ciganos na Europa se situe entre 8 e 12 milhões de pessoas (ver páginas 173-175 para populações aproximadas em diferentes países).

Pensava-se que os ciganos teriam vindo originalmente do Egipto – o que explica a derivação da palavra “gypsy”. O termo deriva do inglês antigo *gypcian*, abreviatura para *Egipcien*. No entanto, sabe-se agora que os ciganos são oriundos do norte da Índia, tendo emigrado para oeste por volta do século V. Muitos acabaram na Europa.

Nunca ninguém nos perguntou porque é que o povo cigano sempre viveu à margem da sociedade, nem como este modo de vida afetou a estrutura da família cigana... É muito mais simples e muito mais fácil para a consciência acreditar que o povo cigano consiste nos sobreviventes “pitorescos” de uma nação que os especialistas [...] ousam criticar com preconceitos e juízos de valor precipitados, usando expressões como “Eles não querem viver em casa”, “Eles devem ser tão livres quanto os pássaros” ou “Eles estão sempre felizes, cantando e fazendo teatro”.

Rosa Taikon, ourives e ativista cigana

Diversos caminhos migratórios diferentes foram-se traçando. Pensa-se que os Dom terão seguido uma rota a sul, acabando na sua maioria por ficar no Médio Oriente; os Lom, uma rota a norte para o Cáucaso, tendo-se muitos deles estabelecido em toda a ex-URSS; os Rom deslocaram-se mais para oeste, para outras regiões da Europa. Muitos subgrupos estabeleceram-se mais tarde, por exemplo, o Kale na Espanha, o Sintí na Alemanha e o Lovari na Hungria.

Um estereótipo comum é que os ciganos são “travellers”, ou nómadas. No entanto, a esmagadora maioria dos ciganos e das ciganas – mais de 90% – estão estabelecidos num local.

Anticiganismo

Anticiganismo [é] um termo que designa os vieses, preconceitos e estereótipos que motivam o comportamento quotidiano de muitos membros de grupos majoritários para com os membros das comunidades ciganas e “travellers...”.

Thomas Hammarberg, Ex-Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa

A palavra “anticiganismo” é usada para descrever atitudes, comportamentos e estruturas que são *anti* (contra) o povo cigano. No entanto, é importante lembrar que o termo “cigano”, tal como com a palavra ‘raça’, não descreve realmente um grupo que possa ser definido por um conjunto de características físicas. Quando alguém aplica o termo “cigano”, o mesmo significa na verdade “pessoas a quem eu chamo ciganos”, e quase sempre tem implícito um conjunto de pressupostos negativos sobre a forma como essas pessoas se comportam, as suas crenças e valores e aquilo que são capazes de alcançar na vida.

Estes pressupostos negativos são muito difundidos e constituem uma forma de racismo.

Por tudo isto, o termo “anticiganismo” designa uma forma específica de racismo: o racismo contra as pessoas de comunidades ciganas. É muito semelhante à Romafobia, tanto no sentido como no impacto que cria e descreve o medo, a aversão, ou o ódio relativo ao povo cigano.

[Quando fui a entrevistas de emprego] temi que eles assumissem imediatamente que eu era cigana. Pensei que me achariam estúpida e que me ridicularizariam. Eu tinha medo de ir a uma entrevista para um bom emprego, apesar de ter obtido uma boa educação e de ser capaz de o desempenhar.

Klara, uma cigana originária da República Checa

Não devemos esquecer que o anticiganismo é uma forma de racismo. É tão prejudicial, tão infundado como o é o racismo contra qualquer outra comunidade e consiste numa violação dos Direitos Humanos. Pode encontrar mais informações sobre o racismo na página 50.

O Anticiganismo na Prática

O racismo no desporto

No dia 24 de setembro de 2012, mais de 30 mil pessoas reuniram-se no maior estádio romeno para assistir a um jogo de futebol entre duas equipas: o Steaua e o Rapid Bucareste. Milhões de pessoas assistiram ao jogo pela televisão.

Os adeptos do Rapid são comumente apelidados de “Ciganos” e ao longo desta partida, houve repetidos cânticos de “Die Gypsies” e “Nós sempre odiámos e sempre odiaremos os Ciganos”. Dezenas de milhares de pessoas juntaram-se aos cânticos.

Este episódio foi reconhecido publicamente como um exemplo de racismo no futebol.

O anticiganismo é extremamente prevalente e extremamente corrosivo. Tem vindo a aumentar nos últimos anos, mas o problema tem raízes antigas na Europa. Há já quase mil anos, que os ciganos e as ciganas na Europa são estigmatizados, alvo de abusos, incompreendidos, julgados erradamente, excluídos da sociedade, negados a possibilidades dadas a outros e culpados por muitos males sociais. Este historial de injustiça e discriminação, que continua a verificar-se até aos dias hoje, é uma culpa vergonhosa que recai sobre as sociedades europeias. É certo que deixou cicatrizes. (Ver páginas 35-37 para uma visão histórica da discriminação contra os ciganos).

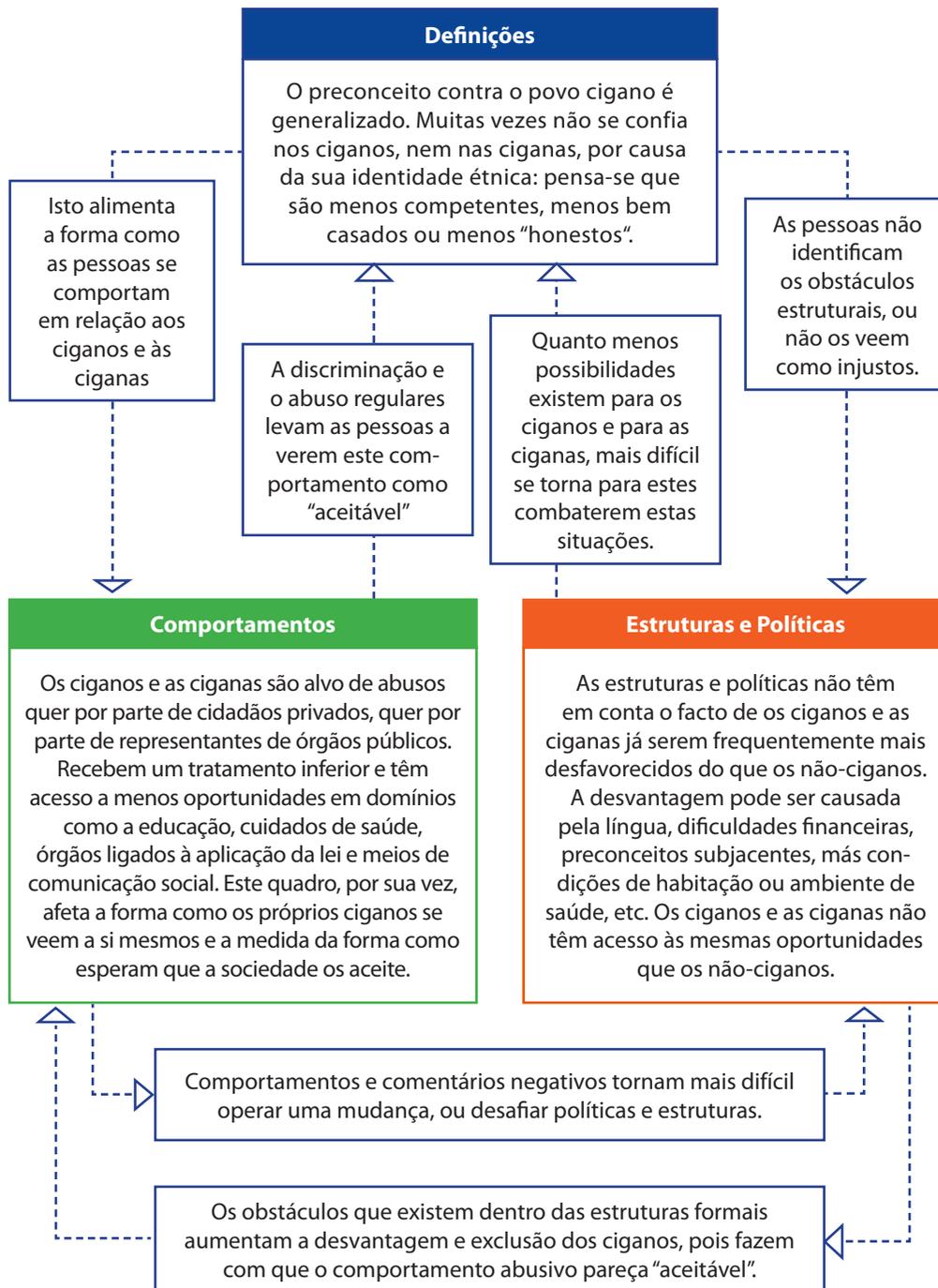
Comportamentos, atitudes e estruturas

O problema do anticiganismo existe a diferentes níveis:

- ▶ Existe na mente das pessoas, ao nível das atitudes, afetando a forma como as pessoas pensam em relação aos ciganos e às ciganas.
- ▶ Existe ao nível do comportamento individual, moldando a forma como as pessoas se relacionam e falam sobre os ciganos e sobre as ciganas.
- ▶ Existe ao nível da sociedade como um todo, nas estruturas e políticas que discriminam o povo cigano.

Cada nível alimenta-se a si próprio e é reforçado pelo anticiganismo que existe nos outros níveis. O diagrama da página seguinte ilustra algumas das cadeias de influência entre comportamentos. Seguindo o fluxo das setas no esquema, podemos perceber as vias de reforço do comportamento que, por sua vez, alimenta outras atitudes negativas. Existem ligações em todos os níveis e o reforço verifica-se em ambas as direções.

A propagação do anticiganismo



O nível das atitudes

- ▶ Em 2011, uma pesquisa de opinião na República Checa revelou que 86% dos inquiridos não queriam ter um vizinho cigano.
- ▶ No mesmo ano, 91% dos lituanos disseram que se sentiriam desconfortáveis com um vizinho cigano.
- ▶ Em 2010, 45% dos telespectadores de uma sondagem televisiva búlgara disseram que deveria haver escolas separadas para as crianças ciganas.
- ▶ Sondagens de opinião noutros países europeus revelaram que o anticiganismo existe mesmo quando não há contato direto com os ciganos e as ciganas.

Atitudes negativas e preconceitos contra os ciganos e as ciganas permeiam todas as sociedades da Europa. As atitudes são por vezes violentas e obviamente abusivas, como vimos nas afirmações da página 9. Por vezes são mais subtis, talvez confiando no que muitos acreditam ser "fatos objetivos" sobre o povo cigano. Contudo, não existem factos objetivos sobre todos os ciganos e ciganas que não sejam válidos também para todos os outros grupos sociais ou nacionais. A crença de que os ciganos e as ciganas podem ser estratificados de acordo com características particulares – negativas – é um mito. É também uma forma de racismo.

Qualquer doutrina de diferenciação racial ou de superioridade é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa e não tem justificação na teoria ou na prática...

A discriminação racial prejudica não só aqueles que são seus objetos, mas também aqueles que a praticam.

Factsheet No. 12, The Committee on the Elimination of Racial Discrimination (Comissão para a Eliminação da Discriminação Racial)

Devemos sempre ter em mente: o racismo é visto por muitas sociedades como inaceitável, mas o anticiganismo nem sempre tem as mesmas conotações negativas fortes. Estabelecer a ligação ao racismo pode ajudar a dissipar a ideia de que os "ciganos" e as "ciganas" são diferentes dos outros grupos da sociedade. Eles merecem o mesmo tratamento justo que todos os outros.

Um exemplo: racismo aceitável?

Um jornalista de um respeitado jornal britânico escreveu um artigo apoiando a política do presidente francês de retorno dos imigrantes ciganos ao seu país de origem. A jornalista explicou que não estava a tomar uma posição "radical" e muitos leitores consideraram o seu artigo "razoável" e bem argumentado. No seu artigo, a jornalista faz a seguinte afirmação:

"[os Ciganos] são parasitas num estado civilizacional, material e cultural, nada fizeram para construir e não puderam reproduzir-se por si mesmos". (Mary Dejevsky, The Independent, setembro de 2010)

Tais opiniões, mascaradas como factos, são altamente perigosas, particularmente quando proferidas por figuras públicas ou por jornalistas respeitados de jornais “liberais”. Tentam justificar o anticiganismo passando a falsa percepção de que as diferenças entre as comunidades ciganas e não ciganas são reais. Desta forma, ajudam a lançar as bases para declarações muito mais radicais, como as que podem ser encontradas na página 9.

O nível do comportamento

Resultados de uma sondagem realizada pela Agência dos Direitos Fundamentais
▶ Em média – a cada 2 ciganos inquiridos, 1 foi alvo de discriminação, pelo menos uma vez nos 12 meses anteriores.
▶ Os ciganos ou ciganas alvo de discriminação experienciaram, em média, 11 incidentes de discriminação durante um período de 12 meses.
▶ Em média – 1 em cada 4 inquiridos ciganos foi vítima de crimes pessoais, incluindo agressões, ameaças e assédio grave, pelo menos uma vez nos 12 meses anteriores.
▶ Em média – 1 em cada 5 inquiridos ciganos ou ciganas foi vítima de crimes pessoais por motivos raciais, incluindo agressões, ameaças e assédio grave, pelo menos uma vez nos 12 meses anteriores.

As atitudes afetam quase sempre a forma como nos comportamos. Afetam também aqueles que estão no lado recetor do nosso comportamento. As atitudes racistas em relação aos ciganos e às ciganas resultam muitas vezes numa linguagem racista, ou discurso de ódio e, por vezes, em comportamentos ainda mais prejudiciais, incluindo a violência física. Existem muitos exemplos de comportamentos racistas em relação aos ciganos e às ciganas na informação de apoio [deste guia], anexa às atividades. Veja, por exemplo, a informação sobre direitos à habitação (página 112), educação (página 84), direitos de saúde (página 90) e policiamento (página 156).

Alguns dos casos que foram ouvidos pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos ilustram o tipo de comportamento a que os ciganos e as ciganas são tipicamente sujeitos. Estes casos fornecem um retrato de um problema muito maior. Apenas uma proporção muito pequena das violações contra os ciganos e as ciganas chega ao Tribunal Europeu.

Exemplos de acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

Despejos	
Exemplos: <i>Connors v. Reino Unido, Winterstein v. França, Yordanova v. Bulgária</i>	Constatou-se que os despejos de famílias ciganas foram efetuados sem o devido respeito pelo direito à vida privada e familiar, ou de acordo com procedimentos legais incorretos.
Ataques a aldeias ciganas e destruição de propriedades	
Exemplos: <i>Moldava v. Roménia, Koky v. Eslováquia</i>	Ataques da polícia ou de particulares levaram à morte de ciganos/as, à destruição de propriedades e fizeram com que muitas famílias ciganas se vissem forçadas a viver em condições consideradas desumanas e degradantes.
Investigações policiais tendenciosas e raciais	
Exemplos: <i>Bekos e Koutropoulos v. Grécia, Šečić v. Croácia, Fedorchenko e Loenko v. Ucrânia</i>	As mortes de ciganos/as às mãos da polícia, ou o fracasso da polícia em investigar a violência racista, foram considerados uma violação do direito à vida e do direito a estar livre de tratamentos desumanos e degradantes.
Esterilização forçada de mulheres ciganas	
Exemplos: <i>vários casos contra a Eslováquia</i>	As mulheres ciganas foram esterilizadas à força, ou sem o seu consentimento, ou como resultado do “consentimento” dado durante o trabalho de parto. O Tribunal considerou serem violações do direito à vida privada e familiar e do direito a estar livre de tratamentos desumanos e degradantes.
Segregação nas escolas	
Exemplos: <i>Horvath e Kith v. Hungria, D.H. e outros v. República Checa, Sampanis v. Grécia</i>	Crianças ciganas foram colocadas em “escolas especiais” ou aulas à parte devido à sua origem étnica percebida. O Tribunal considerou tratar-se de violação do direito à educação e do direito à não discriminação.

O nível das estruturas e das políticas



A rápida escalada de atitudes negativas em relação aos/as ciganos/as tem aumentado a sua vulnerabilidade a processos de exclusão; reduziu as suas oportunidades de conseguir emprego, de aceder a serviços de saúde e educação e de residir em algumas áreas.

Segundo Relatório Intercalar dos Determinantes Sociais da Saúde e da Divisão da Saúde na Região Europeia da OMS

O preconceito entre comunidades não ciganas tem um impacto ao nível das relações pessoais. Os ciganos e as ciganas, contudo, enfrentam outros obstáculos mais profundos dentro da sociedade geral, tornando ainda mais difícil para si lidar com as atitudes e comportamentos pessoais, impedindo-os igualmente de ter acesso às mesmas oportunidades ou vantagens que comunidades não ciganas. Estes obstáculos são muitas vezes conhecidos como “estruturais”. Por vezes podemos nem sequer nos aperceber que existem porque são obstáculos para as comunidades ciganas, mas não são para outros grupos ou indivíduos.

Sempre que as estatísticas nos mostram que alguma oportunidade ou serviço público está menos disponível para as comunidades ciganas, ou que é menos provável que estas façam uso dela, estamos perante uma forte evidência de que existe discriminação ao nível das estruturas. Sempre que as estatísticas mostram que os ciganos e a ciganas estão inferiormente alojados ou têm piores condições na saúde ou pior qualidade de habitação do que a média da sociedade como um todo, isto diz-nos que os ciganos e a ciganas não estão a ser tratados de forma justa pela sociedade. Precisamos de olhar para além dos números e examinar as razões por detrás da desigualdade.

Em 2005, a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) reconheceu a natureza específica do racismo dirigido contra os ciganos e as ciganas:

- É persistente tanto histórica como geograficamente.
- É sistemático.
- É frequentemente acompanhado por atos de violência.

Exemplos de discriminação estrutural contra os/as ciganos/as

- ▶ Leis ou políticas injustas (discriminatórias).
Por exemplo: *políticas que exigem o pagamento de serviços educativos, ou de saúde, serão discriminatórias em relação aos ciganos e às ciganas se as comunidades ciganas forem mais propensas a viver na pobreza.*
- ▶ Aplicação injusta das leis.
Por exemplo: *leis de despejo irão discriminar os ciganos e as ciganas se não existirem locais alternativos para onde os residentes ciganos se possam mudar.*
- ▶ Acesso desigual aos mecanismos de proteção.
Por exemplo: *as comunidades ciganas podem ser menos capazes de pedir proteção policial quando ameaçadas.*

- ▶ Não responsabilização pela violação dos direitos dos ciganos e das ciganas.
Por exemplo: *a polícia ou os serviços jurídicos podem ser menos propensos a prosseguir com investigações sobre crimes racistas contra os ciganos e ciganas.*
- ▶ Falta de reconhecimento da cultura, práticas ou possibilidades dos ciganos e das ciganas
Por exemplo: *os currículos educacionais podem não incluir qualquer informação sobre a história ou cultura de uma grande minoria na sociedade.*
- ▶ Acesso desigual aos direitos.
Por exemplo: *as crianças ciganas podem não ter as mesmas oportunidades educacionais que as não ciganas se não falarem a língua.*



Em alguns países, o fato de ciganos e “travellers” não terem documentos pessoais tem um impacto negativo na matrícula escolar. A falta de transportes públicos ou de fundos para o transporte, o bullying racista, bem como a falta de material escolar, representam obstáculos adicionais no percurso dos alunos ciganos e das alunas ciganas que procuram ir à escola(...).

As políticas e práticas que separam as crianças ciganas das outras na educação encontram-se em vários estados membros do Conselho da Europa. Os estabelecimentos educacionais são frequentemente fechados à chave nos casos em que os ciganos e as ciganas vivem em comunidades isoladas – seja em bairros de lata rurais ou em guetos urbanos.

Direitos Humanos dos Ciganos e “Travellers” (Viajantes) na Europa (Conselho da Europa, 2012)

Anticiganismo na Europa: uma retrospectiva histórica

A secção que se segue oferece alguns exemplos de anticiganismo na história europeia. Esta retrospectiva não é cabal, nem tão pouco cobre todos os países. Há pouca informação disponível sobre acontecimentos anteriores ao século XIV.

- ▶ A partir da segunda metade do século XIV, os ciganos e ciganas que chegaram à Valáquia e à Moldávia (maioritariamente, o atual território da Roménia) foram forçados ao cativo e à escravidão. A situação perdurou ao longo de cinco séculos.



Os ciganos e as ciganas nascerão apenas escravos; qualquer pessoa nascida de uma mãe escrava também se tornará escrava.

Do código da Wallachia no início do século XIX

- ▶ O Santo Imperador Romano, Maximiliano I (também conhecido como **Rei dos Alemães**) ordenou que todos Ciganos e ciganas abandonassem o território do Império até à Páscoa de 1501. Qualquer cigano, ou cigana, que permanecesse depois deste prazo seria declarado fora-da-lei e poderia ser apanhado e morto por qualquer pessoa.
- ▶ Em **França**, Luís XII (1504), François I (1539) e Carlos IX (1561) expulsaram os ciganos do Reino. Em 1666, Luís XIV decretou que todos os Ciganos masculinos fossem presos e enviados para as galeras sem julgamento.

- ▶ Na **Suécia**, o século XVII assistiu à esterilização forçada e à deportação da população cigana. Em 1637, a “Lei da Enforcamento” tornou legal matar qualquer cigano ou cigana encontrados no reino.
- ▶ Na **Holanda**, no século XVIII, ações contra os ciganos e as ciganas eram regularmente organizadas pela polícia e pelos militares. Eram conhecidas como os “heidenjachten” (caçadas pagãs). O último “heidenjacht” foi realizado em 1728. Quando terminou, a maioria das vítimas tinha sido assassinada, tinha fugido do país ou tinha-se entregue às autoridades.
- ▶ Em **Inglaterra**, sob Henrique VIII, os ciganos e as ciganas foram proibidos de entrar no país. Qualquer cigano ou cigana que ali fosse encontrado seria deportado. Em 1554, a Rainha Maria aprovou a “Lei dos Egípcios” que ditou punível com a morte “Ser Cigano”. Em 1714, os ciganos e as ciganas britânicos foram enviados para as Caraíbas como escravos.
- ▶ Em 1747, o Bispo de Oviedo apresentou ao Rei Fernando VI de **Espanha** uma proposta para lidar com o “problema dos ciganos”, quer exilando-os para sempre do reino, quer reunindo e aprisionando toda a população cigana. A proposta foi realizada num único dia em todo o país e levou à concentração de 10.000-12.000 pessoas.

 Sua Majestade ordena agora que por todos os meios, e em todos os lugares, a prisão seja procurada e executada daqueles [Ciganos] que permaneceram, não reservando qualquer santuário, seja o que for que tenham tomado. Os [...] magistrados [...] levarão a cabo tudo como está expresso, pontual e completamente, como convém a uma questão desta importância.

Da Ordem do Marquês da Ensenada (Espanha, 1749)

- ▶ Em 1773, Maria Teresa, Imperatriz do **Império Austro-Húngaro**, emitiu um decreto proibindo os casamentos ciganos. A Imperatriz ordenou também que todas as crianças com mais de 5 anos fossem tiradas aos pais e entregues às famílias dos camponeses húngaros.

Num certo dia... os soldados apareceram com carroças e levaram todas as crianças ciganas, desde os recém-desmamados até aos recém-casados, ainda com o vestido de noiva. Não é possível descrever o desespero do pobre povo. Os pais atiraram-se ao chão diante dos soldados e agarraram-se às carroças que lhes tiravam os filhos. Foram afastados com paus e coronhas de espingardas, e porque não podiam seguir as carroças que guardavam os seus bens mais preciosos – os seus filhos pequenos – muitos pais suicidaram-se imediatamente.

Fonte: Fichas sobre a História dos Ciganos

- ▶ Durante o século XIX, teorias eugénias e racistas começaram a ser desenvolvidas e a ser aceites como “fatos científicos” por escritores influentes e por governos. Para muitos, tais teorias pareciam oferecer uma justificação para tratar de forma diferente as pessoas que simplesmente “pareciam diferentes”, ou que não eram consideradas “nativas” de um determinado país ou região.

Tais teorias estão agora completamente desacreditadas, mas desempenharam um papel importante na formação de muitas das atitudes e políticas em relação à população cigana (e outras). Uma publicação influente foi *The criminal man*, pelo italiano Cesare Lombroso, publicada em 1876. Lombroso sugeriu que a “predisposição genética” era a razão para os alegados atos criminosos dos ciganos e das ciganas.

- ▶ Em 1926, foram recolhidas as impressões digitais de todos os ciganos e ciganas com mais de 14 anos, residentes em Burgenland (Áustria). A partir de 1928, a polícia de Eisenstadt (a nova capital de Burgenland) tinha um chamado “Zigeunerkartothek” (“ficheiro de cartão cigano”), que incluía entradas de cerca de 8.000 ciganos e ciganas.

1. As relações sexuais entre ciganos e Alemães constituem um delito contra da raça.
2. Os ciganos não estão autorizados a frequentar a escola primária geral.
3. A esterilização do povo cigano para acabar a sua reprodução.
4. As buscas de casas e indivíduos têm de ser feitas regularmente.
5. As cabanas ciganas (uma vergonha cultural) devem ser derrubadas, e os ciganos alojados em barracos no campo de trabalho.
6. Nos campos de trabalho, os ciganos trabalham como um grupo isolado.
7. É proibido exercício de profissões privadas fora do campo de trabalho.
8. Os ciganos não estão autorizados a ter armas.
9. A emigração voluntária é promovida.

Da “The Gypsy Question”. Memorando do Chefe de Governo da Província de Burgenland” (1938)

- ▶ Em 1927, a Primeira **República Checa** (1918-1938) aprovou a “Lei sobre os Ciganos errantes”. Isto restringiu o movimento dos ciganos e das ciganas, obrigando-os a solicitar a identificação e a autorização para pernoitarem.

O Genocídio do Povo Cigano

Nos anos que antecederam e durante a Segunda Guerra Mundial, a discriminação e as políticas abusivas contra os ciganos e as ciganas atingiram o seu auge. Os/as ciganos/as foram submetidos ao mesmo tratamento que a população judia, e o objetivo oficial das políticas do governo nazi era a eliminação completa de todos os/as ciganos/as nos territórios controlados por eles. Outros países ajudaram a atingir este objetivo.

- ▶ Consulte a página 61 para obter informações sobre o Genocídio do Povo Cigano.
- ▶ Ver ‘Right to Remember’ (www.coe.int/youth/roma) para um relato mais detalhado do Genocídio dos Ciganos, incluindo atividades para os/as jovens.

4. Direitos Humanos



Cada cigano/a deve interiorizar que, para tirar partido das possibilidades que nos são oferecidas, temos de esquecer as nossas divisões internas quando o assunto é a proteção dos nossos direitos. Temos de nos levantar, nos erguer e lutar pelos nossos direitos com uma só voz.

Rita Izsák, Perita independente em questões de minorias, Nações Unidas

Os Direitos Humanos existem há muitos séculos, mas o reconhecimento internacional da sua importância só teve lugar em 1948, depois de se tomar consciência da magnitude da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto.

Um dos princípios que caracterizaram o Holocausto foi a classificação de certos grupos – incluindo os ciganos – como “inferiores” e “menos humanos”. Tal classificação foi usada para justificar um programa cujo objetivo final era a eliminação completa do grupo.

A natureza brutal dos crimes, juntamente com os horrores da guerra, chocou o mundo levando à ação. Quando a Guerra terminou, os países da recém-fundada Organização das Nações Unidas juntaram-se para elaborar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O primeiro artigo deixou claro que ninguém – e nenhum grupo – jamais deve ser considerado inferior. Ninguém deve ser visto como inferior ao ser humano. Ninguém deve voltar a ser submetido a tal tratamento.



Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Artigo 1, Declaração Universal dos Direitos Humanos

Todos os países assinaram então a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e muitos outros tratados que descrevem os direitos de forma mais detalhada. Estes tratados são diferentes das leis normais que os indivíduos têm de cumprir porque impõem regras aos governos. É o “Estado”, que inclui o governo e outros órgãos oficiais, que tem a principal responsabilidade de garantir que os Direitos Humanos sejam respeitados. Nenhum governo conseguiu fazer isso completamente.

Os Direitos Humanos giram em torno do princípio de que todos são indivíduos e dignos de respeito. Os Direitos Humanos eliminam as fronteiras artificiais que levam a fazerem-se juízos de valor em relação a grupos inteiros de pessoas e lembram-nos de que os grupos são formados por seres humanos individuais. Respeitar os Direitos Humanos significa nunca tratar uma pessoa como menos importante ou “menos humana” do que qualquer outra pessoa.

Anticiganismo e Direitos Humanos

Em todos os países, há indivíduos e grupos que sofrem apenas por causa da forma como são percebidos pelos outros. No entanto, o grupo classificado como “Ciganos” – a comunidade cigana – destaca-se não só porque a discriminação é muitas vezes mais profunda e prejudicial, mas também porque são um grupo que sofre múltiplas violações dos Direitos Humanos em todos os países da Europa.

A Europa tem uma história vergonhosa de discriminação e de severa repressão da pessoa cigana. Ainda existem preconceitos generalizados contra ela, país a país, no nosso continente.

Thomas Hammarberg, ex-Comissário para os Direitos Humanos, Conselho da Europa

O anticiganismo é uma forma de racismo e leva quase inevitavelmente à discriminação. A discriminação é em si uma violação dos Direitos Humanos e é expressamente proibida em todos os tratados de Direitos Humanos. No entanto, o problema com o anticiganismo não é apenas que os ciganos e as ciganas sejam tratados de forma diferente dos não ciganos; é a ideia de que os ciganos sejam “diferentes” que leva a toda uma série de outras violações. As comunidades ciganas são geralmente vítimas de violações dos seus direitos à habitação, ao trabalho, à educação, aos cuidados de saúde, a serem livres de tratamentos desumanos e degradantes, e mesmo à vida.

Muitas vezes estas violações são consideradas “aceitáveis” pelas autoridades estatais e por muitos membros do público. As opiniões racistas sobre os ciganos e as ciganas são usadas como justificação para um tratamento injusto e abusivo. Tal tratamento nunca é justificável.

Todas as pessoas têm direito a todos os direitos e liberdades enunciados na presente Declaração, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outro estatuto [...].

Artigo 2, Declaração Universal dos Direitos Humanos

Factos-chave sobre os Direitos Humanos

Os Direitos Humanos protegem o indivíduo

Ao definir um conjunto necessidades básicas para cada ser humano

Ao obrigar os Governos a agir de uma determinada forma

Os Direitos Humanos são baseados em princípios e valores comuns

A dignidade de cada um deve ser respeitada: ninguém pode ser levado a sentir-me “menos que humano”.

Todos os seres humanos são iguais nos seus direitos: ninguém deve sofrer discriminação.

Os Direitos Humanos criam obrigações para os Governos

Representantes oficiais do Estado ou do Governo não podem violar os direitos diretamente...

... e devem tomar medidas ativas no sentido de assegurar a devida proteção dos direitos.

Os Direitos Humanos foram estabelecidos por lei

As leis dos Direitos Humanos existem ao nível internacional e regional.

Muitos países incorporaram os Direitos Humanos na legislação nacional.

Exemplos de questões de Direitos Humanos

As leis de Direitos Humanos não só estabelecem princípios gerais – como a igualdade e a não discriminação, o respeito pelo indivíduo e pela dignidade humana – como também descrevem em pormenor as áreas específicas da vida individual que necessitam de proteção por parte do Estado. Quase todas as injustiças que a população cigana normalmente enfrenta podem ser vistas como uma violação de um ou mais destes direitos.

Experiências comuns para com os/as ciganos/as	Possíveis direitos envolvidos
Brutalidade policial	Direito à vida – se a brutalidade resultar em morte
	Direito a estar livre de tratamentos desumanos e degradantes se o abuso for muito grave
	Direito à vida privada
	Direito a um julgamento justo se o abuso for tentativa de extração de confissão
Discurso de ódio/abuso racista	Direito à vida privada
	Direito a estar livre de tratamentos desumanos e degradantes se o abuso tiver consequências muito graves
	Direito à vida se o abuso resultar em morte (incluindo suicídio)
Falha na investigação de crimes	Direito a um julgamento justo
	Outros direitos, dependendo da natureza do crime e do impacto na vítima. Por exemplo, se a vítima tiver sido morta, o direito à vida também está comprometido
Injustiça no procedimento de julgamento ou sentença	Direito a um julgamento justo
	Outros direitos, dependendo da natureza do crime e do impacto sobre a vítima
Despejos forçados	Direito à vida privada e familiar
	Direito a um lar
Segregação nas escolas	Direito à educação

Experiências comuns para com os/as ciganos/as	Possíveis direitos envolvidos
Prestação de cuidados de saúde inadequados ou desiguais	Direito à saúde
	Direito a uma vida privada se o indivíduo sofrer perda da sua dignidade pessoal como resultado do tratamento dado (ou não dado)
	Direito a estar livre de tratamentos desumanos e degradantes se o sofrimento for muito grave
Esterilização forçada	Direito à vida privada
	Direito a estar livre de tratamentos desumanos e degradantes se o impacto for grave
Detenção sem o devido processo	Direito à liberdade (pode incluir detenção em instituições psiquiátricas)
	Direito a um julgamento justo se o procedimento correto não for seguido

Além dos direitos listados, todos os exemplos na tabela acima provavelmente envolvem uma violação do direito de estar livre de discriminação. Este direito é protegido pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos e por todos os principais tratados internacionais de Direitos Humanos.

Os Direitos Humanos e a Lei

O conceito de que os seres humanos têm direitos existe há muitos séculos. Um conceito que tem despoletado lutas no sentido de proteger e capacitar indivíduos ao longo dos tempos, nas mais diversas culturas.

No século XX, os Direitos Humanos passaram a fazer parte do direito internacional. As leis obrigam os governos de todo o mundo a cuidar dos indivíduos dentro da sua jurisdição. Muitos países também integraram os Direitos Humanos no seu sistema jurídico nacional. Esta integração facilita muito a aplicação das leis referentes aos direitos humanos e a sua respetiva defesa.

Três Níveis de Proteção

Os Direitos Humanos são frequentemente protegidos pela Constituição do país ou por outras leis nacionais específicas. No entanto, mesmo que o seu país não ofereça proteção para todos os Direitos Humanos, existem também leis regionais e internacionais que o seu governo quase certamente subscreveu, e que tem o dever de respeitar.



Em geral, as proteções em níveis “inferiores” são provavelmente mais úteis (e eficazes) do que as proteções em níveis “superiores”. Os governos prestam mais atenção aos sistemas de tratados do Conselho da Europa do que aos sistemas a nível da ONU; e geralmente prestam mais atenção à legislação interna do que às leis a nível europeu.

Incentivar os participantes a identificar os direitos protegidos pelas leis nacionais do seu país e os tratados internacionais assinados pelo respetivo Governo.

Tratados Fundamentais

Tratados a nível internacional (ONU)

- ▶ A Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (DUDH) foi redigida em 1948, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Foi aceite por todos os governos do mundo e estabelece os direitos humanos e princípios fundamentais presentes em todos os sucessivos tratados de Direitos Humanos.
- ▶ O Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP), adotado pela Assembleia Geral da ONU em 1966. O pacto amplia os direitos cívicos e políticos estabelecidos na DUDH.
- ▶ O Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) foi adotado pela Assembleia Geral ao mesmo tempo que o PIDCP. Cobre restantes direitos consagrados na DUDH.

O conjunto da DUDH (Declaração Universal dos Direitos do Homem), o PIDCP (Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais) e o PIDESC (Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos) constituem a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Tratados a nível regional (Conselho da Europa)

O quadro europeu dos Direitos Humanos foi criado e é monitorizado pelo Conselho da União Europeia e, em menor escala, pela União Europeia.

Os dois principais tratados a nível europeu dividem os direitos na DUDH de forma semelhante aos dois Pactos Internacionais mencionados acima, embora os tratados europeus tenham sido adotados anteriormente.

A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)

A CEDH foi adotada em 1953 e contém praticamente os mesmos direitos que constam do PIDCP. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos foi criado em 1959 para assegurar o respeito dos compromissos da CEDH por parte dos Estados membros do Conselho da Europa. A presença deste tribunal torna a CEDH uma convenção com muito poder. Muitos casos de abusos dos direitos dos ciganos e das ciganas foram levados perante o Tribunal.

- ▶ Para mais informações sobre a CEDH e o Tribunal Europeu, consultar o Capítulo 4.3 do *Compass* (www.coe.int/compass)

Em 2007, o Tribunal Europeu deliberou sobre um caso contra a República Checa que envolvia crianças ciganas colocadas em “escolas especiais”, destinadas a crianças com deficiência de aprendizagem. As crianças alegaram que a sua colocação não se justificava e que tinham recebido uma educação inferior. Isto significa que lhes foi negado o acesso ao ensino secundário. O Tribunal considerou uma violação do direito à educação (artigo 2.º, Protocolo n.º 2) e uma violação do direito a estar livre de discriminação (artigo 14.º). (D.H. e outros vs. a República Checa).

“Foi uma luta longa, mas faria tudo de novo nem que demorasse 20 anos. Estou feliz que outras crianças possam ter oportunidade de acesso a uma educação igual a às outras”. (...) “Houve uma ligeira mudança nas atitudes dos professores em relação aos alunos ciganos e alunas ciganas [desde o julgamento]. No passado, não se preocupavam com as crianças. Hoje, tratam-nas bem e conversam com elas, ainda que sejam os mesmos professores e o mesmo diretor de escola. O que não mudou é a qualidade da educação”.

Darina Balazova, mãe de uma das candidatas

A Carta Social Europeia

A Carta Social Europeia foi adotada em 1961 e contém direitos quase idênticos aos que se encontram no PIDESC. O tratado tem menos poder do que a CEDH porque os direitos protegidos pela Carta Social não podem ser levados perante o Tribunal Europeu. Aqui, os direitos são monitorizados por um Comité que analisa os relatórios apresentados pelo Governo (e eventualmente por outras entidades, tais como as ONG). Este Comité é conhecido como Comité Europeu dos Direitos Sociais.

Tal como com a CEDH, muitas queixas relacionadas com os direitos do povo cigano foram apresentadas ao abrigo da Carta Social Europeia e muitos Governos foram considerados como estando em incumprimento.

- ▶ A atividade “Direitos de habitação” analisa uma queixa apresentada contra o governo italiano em relação a acampamentos de ciganos.

Que direitos?



Outros tratados que protegem grupos ou interesses especiais

A nível internacional, a ONU desenvolveu alguns tratados que conferem proteção adicional a determinados grupos. Aqui incluem-se:

- ▶ Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
- ▶ Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
- ▶ Convenção sobre os Direitos da Criança
- ▶ Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

A nível europeu, dois tratados são de particular relevância para a população cigana:

- ▶ Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais
- ▶ Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias

Usando os Direitos Humanos no seu Trabalho

Não é preciso ser-se advogado para aplicar os Direitos Humanos! Podemos usar as “promessas” dos governos de respeitar os Direitos Humanos como alavancas para assegurar maior proteção para os grupos alvos de violações. Podemos fazê-lo usando os mecanismos legais – talvez com a ajuda de ONGs ou outras organizações. Mas há muitas outras abordagens no sentido de manter um controle sobre os funcionários públicos ou para efetuar mudanças. Por exemplo:

- ▶ Dando nota aos funcionários de que está ciente dos seus direitos
- ▶ Alertando os funcionários em como o seu comportamento pode constituir uma violação dos Direitos Humanos.
- ▶ Ameaçar procurar aconselhamento especializado (ou aconselhamento jurídico) se o comportamento não mudar
- ▶ Relatar casos de abuso dos Direitos Humanos às organizações de Direitos Humanos (e encorajá-las a usar a sua influência)
- ▶ Divulgar casos de abuso dos Direitos Humanos fazendo a ligação com tratados ou leis que proíbem esse abuso
- ▶ Divulgar sentenças do Tribunal Europeu ou decisões de outros órgãos do tratado, para que as pessoas saibam que o Governo recebeu sentença de violação de direitos.
- ▶ Difundir informação – amigos, família e vizinhos – sobre os Direitos Humanos.

Ver páginas 163-164 (“Formas de influenciar”) para outras formas de exercer pressão sobre os diferentes agentes na sociedade.



O meu objetivo sempre foi acabar com o racismo e a discriminação que muitos membros individuais da nossa minoria têm vivido. Eu identifico-me pessoalmente com a sua humilhação.

Rose Romani, ativista romanichel

5. Termos-chave

Anticiganismo

A palavra 'anticiganismo' é usada para descrever atitudes, comportamentos e estruturas que são *anti* (contra) os 'ciganos' [e as ciganas]. É importante lembrar que o termo 'Cigano' – assim como a palavra 'raça' – não descreve um grupo que possa ser definido por um conjunto de características físicas. Assim, o anticiganismo descreve realmente atitudes, comportamentos e estruturas que são anticiganos. Isto inclui muitas vezes a rotulagem dos ciganos e das ciganas como 'ciganos' – com todas as associações negativas que o termo implica.

Discriminação

A “discriminação” é normalmente definida como “tratamento ou consideração desvantajosa”. É o oposto de igualdade. Quando um determinado grupo não é capaz de desfrutar plenamente dos seus Direitos Humanos, isto constitui discriminação. A discriminação pode ser direta, indireta ou estrutural.

A discriminação é uma violação dos Direitos Humanos.

Discriminação direta

Diese liegt vor, wenn eine Person in Folge einer Vorschrift oder Entscheidung, die direkt
Quando alguém é tratado injustamente, como resultado de uma política ou decisão que se aplica diretamente a “pessoas como eles”. Exemplos:

- ▶ “Nada de exames médicos para ciganos!”
- ▶ “Não aceitamos imigrantes nesta escola!”
- ▶ “Todos os ciganos devem fornecer as suas impressões digitais!”
- ▶ “As mulheres terão de passar um teste físico para se candidatarem a este posto. Os homens não têm de o fazer.”

Discriminação indireta

Quando uma política ou decisão tem o efeito de prejudicar certos membros da população – mesmo que pareça “razoável” e não os nomeie diretamente. Por exemplo:

- ▶ “Não trataremos pessoas que não tenham um endereço permanente.” (Discrimina os sem-abrigo e talvez os requerentes de asilo/ciganos e ciganas/imigrantes, etc.)
- ▶ “Não serão fornecidos mais acampamentos e todos os assentamentos ilegais serão demolidos.” (Discriminação contra os ciganos sem os nomear.)
- ▶ “As entrevistas terão lugar no 5.º andar. Não há elevador.” (Discrimina as pessoas com deficiência.)

Discriminação estrutural/institucional

É aqui que o racismo/discriminação está profundamente enraizado numa organização ou sociedade. As políticas e práticas discriminam indiretamente certos grupos porque foram concebidas sem levar em conta as necessidades particulares desses grupos. As pessoas nem sequer têm de perceber que estão a discriminar certos grupos: pensam que estão a aplicar políticas justas. Exemplos:

- ▶ “Se não houver mulheres (ou ciganas, ou muçulmanas, ...) com assento no Parlamento, é provável que as leis não reflitam as necessidades ou interesses destes grupos. Será mais difícil mulheres/ciganos e ciganas/muçulmanos serem eleitos para o Parlamento e mudarem as leis; no geral, as pessoas vão interiorizar que os ciganos e as ciganas/mulheres, e assim por diante, não são “tão bons” como os outros uma vez que não podem ser eleitos, e isso, por sua vez, vai alimentar os preconceitos existente. Consequentemente torna-se ainda menos provável que outros votem neles.
- ▶ Se há poucos representantes ciganos nas forças policiais e as estatísticas criminais parecem mostrar que os ciganos e as ciganas estão mais representados na população criminosa, é provável que a população (e a polícia) pense que isso reflete uma verdadeira “natureza criminosa”. É mais provável que a polícia suspeite que os ciganos e as ciganas são criminosos, é mais provável que sejam presos por motivos pouco profundos – e isso também (muito razoavelmente) tornará os ciganos e as ciganas mais suspeitos da polícia. A confiança quebra-se e isso alimenta os preconceitos existentes.

O Cigano “gypsy”

O exónimo “gypsy” é usado, na maioria das vezes, de forma depreciativa por pessoas que não são elas próprias “gypsies”. Na verdade, “gypsy” enquanto grupo não existe e as comunidades que normalmente são rotuladas desta forma tendem a classificar-se de forma diferente. Muitos consideram-se ciganos “Roma”.

Direitos Humanos

Os Direitos Humanos são padrões morais universalmente acordados que todos os governos se comprometeram a respeitar, proteger e cumprir. Os Direitos Humanos pertencem a todos e nunca podem ser retirados, embora alguns possam ser restringidos, por exemplo, quando é necessário proteger outras pessoas ou a sociedade como um todo.

Os Direitos Humanos definem o mínimo necessário para que todos possam viver uma vida digna. Todo governo tem a obrigação de assegurar que esse mínimo seja garantido para todos.

Preconceito

Um preconceito é uma crença, opinião ou julgamento sobre alguém que não se baseia na razão ou na experiência real.

Exemplos de preconceitos incluem o seguinte: “As mulheres são mais simpáticas que os homens”; “Os deficientes são estúpidos”; “Os africanos são preguiçosos”; “Os ciganos são todos criminosos”.

Racismo

O racismo é a crença de que membros de diferentes “raças” possuem características, habilidades ou vínculos de qualidade específicos a essa “raça”. O racismo quase sempre envolve a ideia de que algumas “raças” são superiores e outras inferiores.

O anticiganismo é uma forma de racismo.

É importante lembrar que o racismo assente sobre uma falsa crença: não foram encontradas diferenças físicas comuns entre as “raças” e o conceito é usado apenas para falar de identidades sociais ou culturais diferentes. Por exemplo, não há nenhuma característica física (ou mental) que seja partilhada por todos os ciganos e que exista noutros grupos étnicos.

O termo “discriminação racial” significa qualquer distinção, exclusão, restrição, ou pré-anulação baseada na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha o propósito ou efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício, em pé de igualdade, dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais no campo político, económico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

Roma

O termo “Roma” é usado ao longo desta publicação para se referir aos Roma, Sinti, Kale e grupos a estes relacionados na Europa, incluindo os Travellers e os grupos orientais (Dom e Lom). Não deve ser compreendido para cobrir a grande diversidade dos grupos em questão, incluindo pessoas que se identificam como “gypsies”.

O termo “Rom” também é usado para se referir a uma pessoa de origem cigana.

Romafobia

A romafobia é medo, aversão ou ódio ao povo cigano. Está intimamente relacionada com o anticiganismo.

Estereótipos

Os estereótipos são crenças comuns sobre determinados grupos e podem ser positivos ou negativos (ou neutros). Embora os estereótipos possam ser úteis, precisamos de nos lembrar que eles são isótopos gerais, e nem sempre serão verdadeiros para todos os casos individuais!

Exemplos de estereótipos incluem o seguinte: “Os homens são mais fortes que as mulheres”; “Os futebolistas podem correr depressa”; “Os cisnes são brancos”; “Os/as ciganos/as não gostam de viver em casa”.

6. Atividades

O racismo e a discriminação só estão incluídos na lista de questões se este for o foco principal. Todas as atividades abordam o racismo e a discriminação de alguma forma.

Quadro de atividades

	Título	Temas	Nível	Tempo (mins.)
1	Espetadores	Genocídio cigano, responsabilidade, espetadores, solidariedade	3	90
2	Lidar com o ódio	Discurso de ódio, abuso, liberdade de expressão, empatia	3	90
3	Defensores dos direitos dos ciganos	Direitos dos ciganos, ativismo, modelos a seguir, cultura	2	90
4	Criança estrangeira	Direitos Humanos, educação, discurso de ódio	4	90
5	Boas notícias, más notícias	Cuidados de saúde, Direitos Humanos, direito à saúde, desigualdade	1	60
6	Boas relações	Conflito, mediação, relações comunitárias, negociação	3	120
7	Direitos de habitação	Direito à habitação, Direitos Humanos, Carta Social Europeia	4	120
8	Esculturas humanas	Direitos Humanos, jovens, pobreza, desvantagem social	1	60
9	Bingo cigano	História dos ciganos, minorias, cultura, identidade	2	60
10	Autocolantes criativos	Identidade, estereótipos, preconceitos	1	90
11	Dê um pequeno passo em frente	Direitos dos ciganos, jovens, desigualdade, desvantagem social	2	60
12	Diz-lhe como é	<i>Media</i> , comunicação social, estereótipos	3	120

	Título	Temas	Nível	Tempo (mins.)
13	Dez coisas	Semelhança, diversidade, identidade	1	45
14	Nós lembramo-nos	Genocídio cigano, lembrança, empatia, vítimas	3	90
	Quatro passos para a ação			
15	O que nós vemos e o que gostaríamos de ver	Policimento, Direitos Humanos, poder, aplicação da lei	2	60
16	Formas de influenciar	Preconceito, persuasão, comunicação, influência	3	60
17	Degraus	Estratégia, mudança, ativismo	4	180
18	Planear uma ação	Estratégia, planeamento, consenso, organização	2	n/d

Recursos de base	Atividades relevantes	Página
Policimento e Direitos Humanos	O que nós vemos e o que gostaríamos de ver (Quatro passos para a ação)	164
Respostas do bingo cigano	Bingo cigano	128
Genocídio Cigano: fatos-chave	Espectadores; nós lembramo-nos	66
Estimativa da população cigana na Europa	Bingo cigano (e outros)	179
Estereótipos e os Ciganos	Autocolantes criativos, Defensores dos direitos dos ciganos	133
Modelos de comportamento dos ciganos (cartões da atividade "Lutadores pelos direitos dos Ciganos")	Defensores dos direitos dos ciganos, Autocolantes criativos, Bingo cigano	80
Formas de influenciar	Quatro passos para a ação	169

Tabela de materiais de apoio

Recursos de base	Atividades relevantes	Página
Depois do Genocídio dos Ciganos	Lembrar, espectadores; lidar com o ódio	156
Direitos da criança	Dê um pequeno passo em frente, Criança estrangeira, Esculturas humanas	141
Lidar com o ódio	Lidar com o ódio	73
Discriminação na educação	Criança estrangeira, Dê um pequeno passo em frente	90
Direitos de saúde	Boas notícias, más notícias	96
Lares, habitação e Direitos Humanos	Direitos de habitação	118
Policimento: testemunhos pessoais	O que nós vemos e o que gostaríamos de ver (Quatro passos para a ação)	162



Espetadores

Sumário

Esta é uma atividade de “mapeamento”, que analisa o papel da população não cigana durante a época do genocídio dos ciganos e das ciganas. Os participantes avaliam a contribuição de atitudes racistas para eventos tao terríveis.

Duração:	90 minutos	Conceitos-chave Holocausto · Genocídio dos Ciganos Espetador · minoria
Complexidade:	Nível 3	
Dimensão:	Mais de 12 participantes	

Objetivos

- ▶ Sensibilizar as pessoas para o genocídio dos ciganos
- ▶ Considerar as responsabilidades dos “espectadores” em relação a acontecimentos terríveis
- ▶ Explorar algumas das consequências das atitudes racistas generalizadas

Materiais

- ▶ *Flipchart* com papel e canetas marcadoras para cada grupo

Preparação

- ▶ Se os participantes não estiverem familiarizados com o Genocídio das Comunidades Ciganas e com a forma como sofreram, recomenda-se que se reserve mais tempo para esta atividade ou que a considere como atividade para seguimento da atividade “Nós lembramo-nos” na página 146.
- ▶ Faça cópias da Folha de Apoio na página 59. Irá precisar de pelo menos 1 cópia para cada grupo.

Instruções

Opcional: se os participantes não estiverem familiarizados com o Genocídio das Comunidades Ciganas

1. Peça aos participantes para recordarem o sabem sobre o Genocídio das Comunidades Ciganas. Use algumas das informações do material de apoio da página 61, se necessário.

Atividade principal

2. Pergunte aos participantes se acham que seria possível um evento desta natureza acontecer nos dias de hoje. Questione sobre qual seria a reação da população não-cigana caso o governo anunciasse que todos os ciganos e todas as ciganas seriam deportados e depois mortos?

3. Leia em voz alta ou distribua aos participantes cópias da Folha de Apoio 1 no final desta atividade (página 59). Peça-lhes que refiram algumas das pessoas não-ciganas ‘mencionadas’ nesta passagem que estavam a par do que se estava a passar e nada fizeram. Pode chamar a atenção para os poucos passageiros do comboio que atiraram pacotes de comida para o acampamento.
4. Recolha dois ou três exemplos do grupo; depois peça aos participantes que de juntem em pequenos grupos de trabalho para aumentar a lista, usando informações do texto ou outros conhecimentos que possam ter sobre o acontecimento. O objetivo é identificarem pessoas que deveriam ter tomado “conhecimento”.

DICAS:

Desafie os participantes a pensar de forma abrangente e a imaginar que uma situação terrível como esta estava a acontecer na atualidade, e a imaginarem por que vias poderiam vir a ouvir falar disso. Eis algumas das possibilidades que podem mencionar:

- ▶ Jornalistas dos jornais
- ▶ Todos os leitores do jornal
- ▶ Os psicólogos que fizeram a investigação, e os outros que terão tido acesso à mesma.
- ▶ Testemunhas oculares das visitas de psicólogos, incluindo vizinhos
- ▶ Os maquinistas
- ▶ Todos os passageiros que não atiraram comida para os reclusos do acampamento
- ▶ Guardas do acampamento, e outro pessoal do acampamento
- ▶ Aqueles que prenderam os reclusos e os acompanharam até ao acampamento.
- ▶ Aqueles que testemunharam as detenções ou a viagem
- ▶ Aqueles que se aperceberam de habitações de ciganos e ciganas vazias, ou que notaram a sua ausência
- ▶ As famílias e amigos de qualquer um dos acima listados
- ▶ ... e assim por diante.

5. Peça aos grupos que apresentem os seus resultados em forma de “mapa” da comunidade: uma grande imagem dos diferentes observadores, indicando como os mesmos tomaram conhecimento.
6. Dê aos grupos cerca de 20-30 minutos para a tarefa; depois reúna os grupos para comparar resultados.
7. Disponha os “mapas” à volta da sala e convide os participantes a passar por todos.

Debriefing

Use algumas das seguintes perguntas para fazer o *debriefing* da atividade.

Perguntas gerais sobre a atividade

Dinamize uma breve discussão sobre os mapas elaborados pelos grupos, nomeadamente sobre diferenças entre eles.

- ▶ Quão fácil foi identificar pessoas que “deviam ter tomado conhecimento”?
- ▶ Identificaram mais ou menos do que estava à espera?

Questões relacionadas com o Genocídio

- ▶ O que acha que teria acontecido se todas as pessoas que identificou se tivessem recusado a participar do Genocídio, ou se se tivessem se oposto ao que estava a ser feito?
- ▶ Por que acha que não houve mais pessoas a oporem-se?
- ▶ Acha que mais pessoas se teriam oposto se a comunidade em causa não fosse a cigana, mas sim “todas as pessoas baixas” ou “todas as pessoas cujo sobrenome começa com um ‘B’”?
- ▶ O que acha que teria feito se tivesse visto na altura em que o Genocídio estava a acontecer?

Poderá ler aos participantes segunda Folha de Apoio, para ilustrar que alguns membros da população protestaram e apoiaram ativamente a comunidade cigana. Há muitos outros exemplos documentados.

Questões relacionadas com o anticiganismo hoje

- ▶ Qual seria a sua reação se um programa destes fosse anunciado hoje? Faria algum tipo de protesto?
- ▶ Como acha que os ciganos e as ciganas se sentem hoje, sabendo que as suas famílias foram perseguidas desta forma?
- ▶ Acha que já foi feito o suficiente pela comunidade não-cigana no sentido de reconhecer os erros que foram cometidos?
- ▶ Consegue dar alguns exemplos de discriminação em massa contra a comunidade cigana, nos dias de hoje, que tenha conhecimento, ou que tenha testemunhado diretamente?
- ▶ Fez algum tipo de protesto? Porque sim, ou porque não?

Sugestões para seguimento

- ▶ Desafie os participantes a imaginarem-se daqui a 100 anos no futuro, a realizar esta mesma atividade, ou seja, a analisar a forma como a população não-cigana reage hoje ao racismo contra a comunidade cigana. Que exemplos acham que as gerações futuras considerarão inaceitáveis? Que pessoas identificariam como tendo a responsabilidade de protestar contra as violações?
- ▶ Use algumas das atividades do manual “Right to Remember” (<http://enter.coe.int/roma/Media/Files/Right-to-Remember-A-Handbook-for-Education-with-Young-People-on-the-Roma-Genocide>), para aprofundar o conhecimento sobre o Genocídio das Comunidades Ciganas.
- ▶ Sugira que o grupo organize seu próprio evento em memória do Genocídio para trazer o evento à atenção do público em geral.

Informação Adicional

- ▶ Consulte o material de apoio “Genocídio das Comunidades Ciganas: factos-chave” (página 61) para informação de base sobre o Genocídio das Comunidades Ciganas.
- ▶ Consulte o material de apoio “Depois do Genocídio dos Roma” para informação sobre a falta de reconhecimento e compensação por crimes cometidos contra os ciganos e ciganas.

- ▶ Consulte o manual “Direito a Lembrar” para mais informações, recursos e atividades sobre o Genocídio dos Ciganos, disponível em <http://enter.coe.int/roma/Media/Files/Right-to-Remember-A-Handbook-for-Education-with-Young-People-on-the-Roma-Genocide>.

Fichas Informativas

Folha de Apoio 1

“Seja qual for o estado real do conhecimento ou da ignorância da população civil alemã durante a Segunda Guerra Mundial sobre o transporte e o assassinato de milhões de judeus alemães e não alemães na Europa, o internamento inicial dos ciganos e das ciganas não foi mantido em segredo para ninguém. Os campos de concentração foram construídos na periferia da capital, e o internamento dos Sinti e dos Roma não só foi coberto por vários jornais berlinenses, como até foi gozado em suas colunas. Psicólogos envolvidos na pesquisa racial fizeram visitas oficiais a Marzahn para estudar e fazer extensas filmagens das crianças ciganas que ali brincavam. Uma grande linha de comboio passava por aquele acampamento, e os seus poucos sobreviventes lembram que os passageiros que tinham pena da sua situação, e que sabiam ou suspeitavam que os/as ciganos/as ali retidos/as estavam a sobreviver à base de rações mínimas, às vezes atiravam pacotes de comida para dentro do recinto do acampamento enquanto à passagem do comboio”.

Katie Trumpener, O tempo dos Ciganos: Um povo sem história nas narrativas do Ocidente

Folha de Apoio 2: Exemplos de resistência de não-ciganos/as

Um Agente de Polícia

“Com a ajuda de amigos e vizinhos, alguns Sinti e Roma conseguiram passar por vias subterrâneas para escapar à deportação iminente. Por vezes foram avisados por funcionários que deliberadamente atrasaram ou contornaram a execução das ordens de deportação. Paul Kreber, que trabalhava para a polícia em Wuppertal, foi uma destas pessoas. Recusou-se a cumprir as ordens de deportação e ajudou os perseguidos a fugir”.

Fonte: www.sintiundroma.de

Um Funcionário do Acampamento

“O último Lagerfuhrer... no campo cigano [em Auschwitz] foi Bonigut... Ele não concordava com as táticas das SS. Era um homem muito bom. Em 15 de maio de 1944, veio até mim e disse-me que a situação no acampamento cigano era má. A decisão de aniquilar o acampamento Cigano tinha sido tomada (...). O acampamento contava então com cerca de 6.500 ciganos e ciganas. Bonigut recomendou que eu passasse a informação aos ciganos e ciganas de absoluta confiança. Recomendou que eu os avisasse para “não irem como cordeiros para o abate”...

“No dia seguinte, o Lagerfuhrer veio ter comigo e... ordenou-me que fizesse uma lista de ciganos que tivessem servido no exército alemão e que tivessem sido condecorados. A lista também incluía as famílias desses ciganos, assim como as famílias daqueles que ainda estavam no serviço ativo (...). A lista continha os nomes de cerca de 3.200 homens, mulheres e crianças. Alguns dias depois, uma comissão formada por homens da SS do departamento político chegou ao acampamento cigano. Dr. Mengele fazia parte dessa comissão. Todos os ciganos e ciganas da lista foram convocados para o portão de entrada. Foram autorizados a levar todos os seus pertences, tais como roupas, tachos e panelas, e assim por diante”.

Tadeusz Joachimowski, ex-prisioneiro e escrivão polaco no Zigeunerlager

Genocídio Cigano: factos-chave

O genocídio das comunidades ciganas foi perpetrado tendo por base a mesma mania racial, a mesma premeditação, o mesmo desejo de extermínio sistemático e total que o genocídio dos judeus. Famílias completas desde os mais jovens aos mais velhos foram sistematicamente assassinadas dentro de toda a esfera de influência dos nacional-socialistas.

Roman Herzog, Presidente Federal da Alemanha, 16 de março de 1997

- ▶ Centenas de milhares de ciganos e ciganas europeus foram assassinados no âmbito do programa nazi. Os números exatos são desconhecidos, uma vez que frequentemente as mortes não foram registadas, ou não foram registadas como mortes de ciganos, e muitos dos registos que existiam foram perdidos ou destruídos.
- ▶ A maioria dos especialistas concorda que pelo menos meio milhão de pessoas foram mortas, representando cerca de 70% a 80% da população cigana total da região como um todo. Alguns acreditam que os números são muito mais elevados, podendo chegar aos 1,5 milhões.
- ▶ A população cigana foi um alvo para o regime nazi da mesma forma que a população judaica: era suposto serem todos mortos por completo.
- ▶ Inicialmente, a razão oficial dada foi a suposta “criminalidade” ou “natureza antissocial” do povo cigano, mas houve sempre um elemento racial subjacente e foi-se tornando mais evidente à medida que o Holocausto atingia o seu clímax. Em 1938, a base “genética” estava estabelecida: uma pessoa podia ser presa e deportada, ou assassinada, bastando para tal, que um dos seus bisavós fosse cigano ou cigana.
- ▶ Em todos os países sob ocupação ou controle nazi existiam programas sistemáticos de movimentação das comunidades ciganas para acampamentos ou áreas segregadas. Famílias ciganas inteiras eram retiradas de suas casas e transportadas em massa para uma morte quase certa.
- ▶ Não foram apenas os nazis – ou os alemães – que perpetraram os crimes contra os ciganos. Em países nazis, territórios ocupados ou sob controle nazi, a traição administrativa, a deportação e, muitas vezes, o próprio assassinato foi realizado sob o comando do governo nacional, por funcionários locais. Em alguns países, a quase totalidade da população cigana foi morta.

Causas de morte

- ▶ Muitos ciganos foram assassinados nas câmaras de gás. O caso mais infame foi a aniquilação do Zigeunerlager – o “campo dos ciganos” – em Auschwitz-Birkenau. Na noite de 2 de agosto de 1944, todos os romanichéis que viviam no campo foram levados para as câmaras de gás e brutalmente assassinados. Foram registadas quase 3.000 vítimas, entre homens, mulheres, crianças e idosos.



- ▶ Um elevado número de ciganos foi igualmente gaseado noutros campos de concentração nazi. As crianças ciganas foram usadas como “cobaias” em janeiro de 1940 para o gás cianeto, utilizado mais tarde nas câmaras de gás. Este foi o primeiro evento de matança em massa do Holocausto. 250 crianças ciganas foram assassinadas.
- ▶ Dezenas de milhares de ciganos e ciganas morreram ainda de fome, exaustão ou doença nos campos de concentração, guetos, campos de trabalho ou outros lugares para onde foram deportados. Crianças, idosos e deficientes – bem como jovens capazes, homens e mulheres.
- ▶ Mal lhes era dado o suficiente para comer ou beber ou proteger do frio no exterior; eram mantidos em condições altamente insalubres onde a doença facilmente se alastrava, e não lhes eram prestados cuidados de saúde. Além disso, eram obrigados a realizar trabalhos forçados, e muitas vezes, as tarefas mais difíceis nas piores condições eram atribuídas aos ciganos e às ciganas.

Lidar com o ódio

Sumário

Esta atividade tem por base uma seleção de comentários abusivos publicados num vídeo, os quais devem ser alvo de reflexão em grupo sobre o discurso de ódio contra os ciganos e as ciganas. Os participantes devem imaginar como será ser-se o destinatário deste discurso e discutir sobre o que poderão fazer para resolver o problema.

Esta atividade é uma adaptação do “Mudar o jogo” em Bookmarks, Manual para o Combate do Discurso de Ódio Online através da Educação para os Direitos

Duração:	90 minutos	Conceitos-chave Discurso de ódio · abuso · internet liberdade de expressão · racismo · · empatia
Complexidade:	Nível 3	
Dimensão:	Máximo 20 pessoas	

Objetivos

- ▶ Valorizar a prevalência e a violência do discurso de ódio contra as comunidades ciganas
- ▶ Criar empatia com os alvos de ódio *online*
- ▶ Explorar formas de abordar o problema

Materiais

- ▶ Papel de *flipchart* e marcadores

Preparação

- ▶ Faça cópias da ficha de apoio na página 67.

NOTA:

- ▶ Esta atividade foi concebida para um público primário de participantes não-ciganos/as. Os comentários usados para a atividade são violentos e não é recomendado que os use com participantes ciganos/as.
- ▶ Se o seu grupo for todo cigano (ou misto), poderá usar uma das alternativas descritas na página 70 para explorar a experiência dos participantes no discurso de ódio e discutir como abordar o problema.
- ▶ Se o seu grupo for misto, preste atenção à dinâmica dentro de pequenos grupos – e dentro do grupo como um todo. Os/as participantes ciganos/as precisam de sentir que podem falar abertamente sobre os seus sentimentos com os outros membros do seu grupo (tal como qualquer representante de outros alvos comuns do discurso do ódio).

Instruções

1. Pergunte aos participantes o que entendem por discurso de ódio. Pode acontecer *online*?
2. Complemente as respostas dos participantes com informações da página 68. Pergunte ao grupo se alguém já viu algum discurso de ódio *online*, ou se passou por isso pessoalmente.
3. Explique que a atividade recorre a alguns exemplos particularmente desagradáveis de discurso de ódio *online* contra o povo cigano. Os mesmos foram extraídos de comentários reais publicados num vídeo do YouTube sobre um ataque violento contra os ciganos na República Checa. (consulte a página 67 para mais informações).
4. Divida os participantes em pequenos grupos – cerca de 4 ou 5 pessoas cada. Dê a cada grupo uma cópia da ficha da página 67 e peça-lhes que imaginem como se sentiriam ao ler tais comentários se fossem ciganos ou ciganas. Lembre-os de que tais comentários são muito comuns.
5. Dê aos grupos cerca de 15-20 minutos para discutir as seguintes questões:
 - ▶ Como se sentiria se lesse estes comentários *online*? Pense na sua reação imediata e nas diferentes emoções que poderia sentir.
 - ▶ Como é que a leitura de comentários como este poderia afetar o seu comportamento – *online* ou *offline* – em relação a não-ciganos?
6. Reúna novamente os participantes e peça-lhes os pontos-chave das suas discussões. De uma forma breve, compare as respostas dos diferentes grupos.
7. Pergunte se os participantes pensam que tais comentários devem ser permitidos, ou se devem ser proibidos (talvez por lei). Quais as razões para permitir tais comentários? Quais as razões para os proibir?

DICAS:

- ▶ Faça um enquadramento sobre liberdade de expressão, se necessário. (Ver página 68 para informação).
- ▶ Lembre os participantes de que comentários como os analisados não só são muito prejudiciais aos ciganos e ciganas enquanto indivíduos, como podem ser incendiários ao gerar raiva e ressentimento dentro da sociedade. Se apropriado, recorde alguns dos aspetos referidos pelos participantes como passíveis de afetar o seu comportamento.

8. Peça aos participantes para voltarem aos seus grupos e forneça *flipchart* e canetas marcadoras a todos os grupos. Explique que em cada grupo devem discutir ideias sobre como abordar o problema do racismo *online* contra os ciganos.
9. Incentive-os a pensar em grupos-alvo específicos, a quem dirigir as suas atividades:
 - ▶ Pessoas que publicam comentários racistas
 - ▶ Ciganos e ciganas afetados pelos comentários
 - ▶ Pessoas não ciganas que possam ler os comentários

- ▶ Os proprietários do site (*YouTube*, neste exemplo)
- ▶ Governos ou funcionários do estado

10. Peça aos grupos que disponham os seus *flipcharts* à volta da sala e dê a todos tempo para darem a volta e observar as sugestões dos outros grupos.

11. Volte a reunir o grupo para a reunião de *debriefing*.

Debriefing

Comece por discutir algumas das ideias discutidas na última parte da atividade:

- ▶ Quanto fácil foi pensar em coisas que você poderia fazer?
- ▶ Qual das ideias considera mais eficaz? Porquê?
- ▶ Identifica alguma ideia que possa começar a pôr em prática já no sentido de resolver o problema do discurso de ódio contra o povo cigano *online*?
- ▶ Irá tentar fazê-lo? Porque sim, ou porque não?

No final da atividade, coloque as seguintes questões aos participantes:

- ▶ Esta atividade fê-lo pensar de forma diferente sobre o discurso de ódio contra os ciganos e as ciganas? Porque sim, ou porque não?

Alternativas

Caso o seu grupo seja todo cigano (ou misto):

Opção 1

- ▶ Em vez de usar a ficha de apoio, poderá investir mais tempo no ponto 2 e dar aos participantes a oportunidade de discutirem em pequenos grupos a sua própria experiência em relação ao discurso de ódio. Quando fizer o *debriefing* (ponto 6), pode precisar de algum tempo para abordar as fortes emoções eventualmente surgidas nas discussões de grupo:
- ▶ Coloque à discussão se existem mecanismos que as pessoas possam usar para que comentários desta natureza não afetem o seu comportamento ou as atitudes em relação a si próprias.
- ▶ Debata se há formas de o grupo se tornar um sistema de apoio para os participantes.

As discussões em grupo no ponto 8 – sobre mecanismos para lidar com o discurso de ódio – serão então uma forma construtiva de mostrar aos participantes que há coisas que podem fazer para resolver o problema.

Pode mostrar aos participantes a página no Facebook *Say NO to 'Say No to Roma Gypsies*. Trata-se de uma iniciativa contra uma página do Facebook chamada "Diga Não ao Não aos Ciganos Roma". A página foi removida com sucesso, como resultado de queixas contra o racismo enviadas ao Facebook.

Opção 2

- ▶ Poderá usar a atividade “Mudar o jogo” nos favoritos para explorar atitudes discriminatórias contra as mulheres. A atividade está voltada para o ódio *online* contra mulheres gamers, mas poderá usá-la também para explorar o discurso de ódio contra outros grupos, como LGBT, pessoas com deficiência, ou mesmo comunidades não ciganas.

Sugestões para o seguimento

- ▶ Os participantes poderão desenvolver algumas das ideias que surgiram na última parte da atividade e elaborar uma estratégia para lidar com o ódio anti-Roma e colocá-la em prática.
- ▶ Apresente a campanha do “Movimento Ódio Não” (www.nohatespeechmovement.org) e incentive os participantes a se envolverem.
- ▶ Use algumas das atividades em *Bookmarks* para explorar melhor algumas das questões em torno do discurso de ódio.

Informação complementar

- ▶ Nas páginas 67-68 encontra informação de base sobre os comentários na ficha de apoio, sobre liberdade de expressão e discurso de ódio.
- ▶ Consultar *Bookmarks* para mais detalhes sobre ambos, em particular o Capítulo 5.1 sobre “Discurso de Ódio *Online*”, e o Capítulo 5.3 sobre “Liberdade de Expressão”.
- ▶ Informação sobre o “Genocídio do Povo Cigano: factos-chave” (página 61) para alguns dos comentários sobre Hitler e os nazis.

Ficha de Apoio



The screenshot shows a YouTube interface with a search bar at the top. Below it, a dropdown menu is set to "Top comments". The comment section contains the following text:

- 2 months ago: KILL ALL SCUM GYPSYS! IF THE GOVERNMENT WONT DO IT THEY WILL DO IT!
- 1 year ago: Kill all Roma gypsy scum. Regards from England.
- 1 year ago: kill them all, bunch of rats
- 10 months ago: Kill the gypsies for the sake of Romania's reputation!
- 8 months ago: we are not racist try to live here with them try it!!!! in cejl inside Bmo
- 1 year ago: FUCK YOU RACIST CUNTS
- 3 years ago (reply to @mauzoweiss): get the fuck our from my country you fucking gypsy parasite >>> your place is in India you fucking begger
- 1 year ago (reply to @mauzoweiss): Fuck you! You don't have to deal with those gypsy fuckers. If you like them, take them all in your country! I don't need them!
- 1 year ago: burn them all!
- 3 years ago: We should have let Hitler and the Nazis finish the job i.e. exterminate the roma ppl. then we would not have this problem. the roma are not like the jews, jews contribute to society, the roma ppl are a burden to society who contribute nothing, and need to be eradicated from the face of the earth. they are pests, and pests like cockroaches, rats etc need extermination. Ps im not a nazi supporter, but they had the right idea killing these nuisance pests, these ppl are not human beings.

Lidar com o ódio

Definindo o discurso de ódio

O termo “discurso de ódio” deve ser entendido como abrangendo todas as formas de expressão que difundem, incitam, promovem ou justificam o ódio racial, a xenofobia, o antissemitismo ou outras formas de ódio baseadas na intolerância, incluindo: intolerância expressa por nacionalismo agressivo e etnocentrismo, discriminação e hostilidade contra minorias, migrantes e pessoas de origem imigrante.

Conselho da Europa, Comité de Ministros, Recomendação n.º (97) 20

O termo “discurso de ódio” é usado para cobrir um universo alargado de conteúdos:

1. Pode ser usado para descrever comportamentos vincadamente abusivos e até ameaçadores, bem como comentários “meramente” ofensivos. Não existe um acordo universal sobre onde traçar a linha, mas a definição do Conselho da Europa (acima) apresenta uma interpretação ampla.
2. Abrange mais do que “discurso” no sentido comum e pode ser usado em relação a outras formas de comunicação, como vídeos, imagens, música, etc.

Raramente o discurso de ódio pode ser encarado como uma preocupação do tipo preto no branco, sim ou não. As opiniões divergem tanto sobre como deve ser classificado, quanto sobre que medidas tomar.

Algumas pessoas mostram-se relutantes em ‘agir’ contra o discurso de ódio porque veem qualquer ação como uma limitação inaceitável à liberdade de expressão. Por esse motivo, usam o termo “discurso de ódio” para se referir apenas aos piores casos, como por exemplo, quando são feitas ameaças imediatas à vida ou à segurança de alguém.

No entanto, é importante lembrar que agir contra o discurso de ódio não significa necessariamente tomar medidas legais para “acabar” com o discurso. Há muitas formas de agir contra o discurso de ódio, por exemplo, abordando as atitudes racistas que o provocam, ou respondendo a comentários abusivos com factos ou argumentos alternativos. Ver na documentação de referência, o *manual do Conselho da Europa sobre o combate ao discurso de ódio online através da educação para os Direitos Humanos* e o *website No Hate Speech Movement* para mais informações e mais ideias (www.nohatespeechmovement.org).

Liberdade de expressão

O direito de sermos livres de expressar nossos pensamentos ou opiniões é um direito humano fundamental e está contemplado em múltiplos tratados internacionais. O direito é importante porque os nossos pensamentos, opiniões e capacidade de comunicar são uma parte central do que significa ser humano. Ainda porque a comunicação e a discussão são essenciais para a construção de uma sociedade democrática eficaz. Compreender e viver lado a lado com outros depende de uma comunicação aberta e livre, mesmo que por vezes tenhamos de ouvir opiniões com as quais não concordemos.

No entanto, a liberdade de expressão não é um direito “absoluto” que se aplique sempre, sem qualquer limite. A liberdade de expressão é um direito que tem de ser equilibrado com os direitos dos outros, ou com o bem da sociedade como um todo. Quando algo que alguém diz – ou escreve – resultar como extremamente prejudicial para certos indivíduos, ou for suscetível de ser prejudicial para a sociedade, tem de ser delimitado.

As palavras podem doer, às vezes tanto quanto a violência física.

Informações sobre a ficha

Os comentários que constam na ficha foram publicados na área de comentários de vídeo do YouTube¹ sobre um ataque racista contra uma comunidade cigana na República Tcheca.

Em 2008, houve uma marcha do Partido dos Trabalhadores da extrema-direita que terminou em violência. Cerca de 500 extremistas de direita, muitos usando máscaras, tentaram entrar numa área habitada por uma comunidade cigana para os atacar. A polícia interveio, seguindo-se uma sangrenta batalha, com bombas de gasolina e pedras atiradas por manifestantes.

O vídeo mostra uma pequena parte da operação policial contra os agitadores. A ficha (página 67) mostra uma pequena seleção dos 308 comentários publicados no vídeo desde a sua publicação no YouTube. A maioria desses comentários é semelhante aos incluídos na folha de apoio.

Vale a pena lembrar os seguintes pontos:

- ▶ O YouTube não é um site ‘extremista’; é um dos sites mais populares da Internet.
- ▶ Comentários deste tipo não são incomuns na Internet. O discurso de ódio online (e offline) contra os ciganos é muito abusivo e muito prevalente.
- ▶ A maioria dos comentários são violentamente racistas. Muitos lembram o Holocausto contra o povo cigano. A defesa da “liberdade de expressão” para permitir tais comentários é débil: poucos países na Europa dão às pessoas a “liberdade” de fazer comentários violentamente racistas. Imagine se tais comentários fossem feitos offline contra outro grupo alvo.

1. O vídeo está disponível em www.youtube.com/watch?v=zKrnJlltco. No entanto, a qualidade é fraca, por isso pode não valer a pena mostrar aos participantes.



Defensores dos direitos dos ciganos

Sumário

Esta atividade analisa várias personalidades ciganas famosas e desafia os participantes a pensarem no que valorizam ao eleger alguém como figura-modelo a seguir. Pode ser usada para reforçar imagens positivas da comunidade cigana e para quebrar estereótipos.

Duração:	90 minutos	Conceitos-chave Ciganos e ciganas famosos · heróis e heroínas · estereótipos · direitos do povo cigano · ativismo arte · música · teatro · literatura política
Complexidade:	Nível 2	
Dimensão:	Mais de 12 pessoas	

Objetivos

- ▶ Conhecer algumas das contribuições de pessoas ciganas para a sociedade e em prol dos direitos dos ciganos
- ▶ Analisar o que é importante num “modelo a seguir”.
- ▶ Quebrar estereótipos e preconceitos sobre a comunidade cigana

Materiais

- ▶ Retroprojektor, ou *flipchart*
- ▶ Opcional: acesso à *Internet*

Preparação

- ▶ Imprima cópias da folha de tarefas e dos cartões nas páginas 73-76: Irá precisar de uma folha de tarefas e um conjunto de cartões para cada grupo pequeno (4-5 pessoas).
- ▶ Distribua as cartas.
- ▶ Faça um ‘cartão em branco’ para todos no grupo (pode ser apenas uma folha de papel A4 adicional).

Instruções

1. Peça aos participantes que pensem durante alguns minutos sobre coisas que assumem como sendo verdade – ou que ouviram dizer – sobre o povo cigano. Os participantes podem fazer uma breve lista numa folha papel. Deve assegurar que não é obrigatório que os outros vejam o que escreveram! Encoraje tanto as caracterizações positivas como as negativas.
2. Depois de alguns minutos, pergunte se alguém quer partilhar o que escreveu. Percorra algumas das sugestões sem dizer se estão “certas” ou “erradas”. Explique então que as generalizações sobre grupos de pessoas são designadas por estereótipos. “Todos os ciganos adoram música” é um estereótipo; assim como “todos os ciganos são criminosos”.

ESTEREÓTIPOS:

Os estereótipos podem ser úteis como guia, mas são muitas vezes baseados na falta de informação, ou em preconceitos já enraizados na nossa mente. Os estereótipos raramente se aplicam como verdadeiros a todas as pessoas de um determinado grupo. Recorrer a estereótipos como base para influenciar decisões que se apliquem a todo o grupo, ou para justificar o nosso próprio comportamento ou atitudes, é injusto para com o indivíduo. Pense que alguém diz: “todos os jovens são preguiçosos, logo tu és preguiçoso”!

3. Explique aos participantes que através desta atividade ficarão a conhecer algumas das pessoas que fizeram a diferença no mundo e que são amplamente respeitadas. Reforce que se trata de uma pequena amostra de um grupo muito maior de pessoas!
4. Distribua cópias da folha de tarefas e verifique se as instruções estão claras. Explique que os grupos terão de passar cerca de 30 minutos na Parte 1 e 20 minutos na Parte 2. Informe-os de que receberão os ‘cartões em branco’ passados 30 minutos.
5. Divida os participantes em grupos de cerca de 4 a 6 pessoas. Dê a cada grupo uma cópia da folha de tarefas e um conjunto de cartões e canetas coloridas e “cartões em branco” suficientes para todos no seu grupo. Lembre-os de que a primeira tarefa é familiarizarem-se com os cartões e comentar as personalidades.
6. Aproximadamente 30 minutos depois, verifique o progresso dos grupos e distribua as folhas em branco para criarem os seus próprios modelos de referência.

DICAS:

- ▶ Se o seu grupo for maioritariamente não cigano e os participantes não conseguirem encontrar nenhum exemplo próprio, poderá sugerir que consultem alguns dos sites listados em “Informação adicional” (página 72). Isto pode requerer mais tempo pelo que pode também ser feito como atividade de seguimento.
- ▶ Se necessário, lembre aos participantes que uma pessoa não tem necessariamente de ser famosa para ser um modelo a seguir. A decisão final sobre quem fica referenciado no cartão deve ser pessoal.

7. Quando os grupos tiverem terminado, peça-lhes que mostrem ou apresentem os cartões que criaram. Seguidamente, convide todos a juntarem-se para a apreciação final.

Debriefing

Utilize algumas das perguntas que se seguem para fazer a análise conjunta da atividade (dependendo do grupo e do foco que pretende traçar. Não tente discutir tudo numa única sessão).

Perguntas sobre a “Ciganos/as famosos/as”:

- ▶ O que achou da seleção de famosos nos cartões? Ficou impressionado?
- ▶ Já tinha ouvido falar de todas estas pessoas? Já tinha ouvido falar de algumas delas?

- ▶ Acha que a maioria das pessoas no seu país já ouviu falar de algumas destas personalidades, ou seriam capazes de dar exemplos de outras personalidades ciganas famosas? Porque sim, ou porque não.
- ▶ Quão fácil foi para si pensar em novas pessoas para colocar nos cartões?
- ▶ Na sua opinião, porque é que ciganos/as admiráveis e famosos/as não são mais conhecidos?

Perguntas sobre os modelos de referência eleitos pelos participantes:

- ▶ Que personalidades o impressionaram mais e porquê.
- ▶ O que é foi mais importante para si ao criar o seu próprio modelo? Porquê?
- ▶ Ser “famoso” foi importante para a sua escolha? Explique porque sim ou porque não.
- ▶ Porque é que algumas destas personalidades relevantes se tornam famosas e muitas outras, não? O que é que “ser famoso” nos diz realmente sobre uma pessoa?

Perguntas sobre atitudes e estereótipos em torno dos/as ciganos/as

Peça aos participantes para pensarem nas listas que elaboraram no início da atividade. Lembre-os de que estas generalizações devem ser verdadeiras para “todos os ciganos/as”.

- ▶ Acha que todas as coisas em que pensou no início se aplicam aos modelos de quem falou hoje?
- ▶ Mudaria alguma coisa na tua lista de “coisas em que eu acredito sobre os ciganos e ciganas”?
- ▶ A atividade fê-lo repensar alguma coisa em relação às suas atitudes para com os ciganos e ciganas, ou para consigo próprio?
- ▶ Pensa mudar alguma coisa no seu comportamento como resultado da atividade?

Variantes-

- ▶ Esta atividade também se pode realizar como um quebra-cabeças, à semelhança da atividade “Heroínas e Heróis” do Manual *Compass* (www.coe.int/compass). Será necessário dividir a ficha em secções diferentes:

- Nome e foto
- Citação
- Descrição

Os/as participantes devem colocar todas as peças dos diferentes cartões e depois juntar as personalidades de novo.

Informação adicional

- ▶ Há muitos sites que listam personalidades ciganas famosas. Tente o seguinte para começar:
 - www.imninalu.net/famousGypsies.htm
 - http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Roma_people
 - <http://romani.uni-graz.at/rombase>

Sugestões para o seguimento

- ▶ Se os/as participantes não o fizerem como parte da atividade, encoraje-os/as a pesquisar outras pessoas ciganas famosas, particularmente do seu próprio país. Poderá organizar uma exposição para conscientização em torno dos diferentes contributos de ciganos e ciganas em todo o mundo.

Fichas

Folha de tarefas

Parte 1:

1. Distribua os cartões pelos elementos do seu grupo. Não importa se alguém tiver mais do que um cartão, mas certifique-se de que todos têm pelo menos um.
2. Todos devem olhar para o seu próprio cartão de forma individual e depois apresentá-lo ao grupo.
3. Discuta as personalidades e veja se tem um “favorito”. Qual das personalidades mais gostaria de ser?

Parte 2:

4. Use os cartões em branco para adicionar os seus próprios modelos ciganos ao conjunto. Podem ser ciganos e ciganas famosos ou podem ser apenas amigos ou membros da sua família que admire. Elabore uma lista de possíveis candidatos no seu grupo.
5. Todos no grupo devem escolher uma pessoa da lista elaborada no passo 4. Esta escolha pode ser pessoal.
6. Faça um desenho da pessoa e dê uma breve descrição para explicar a razão de estar no cartão. Pode também incluir uma citação ao estilo da pessoa.

Consulte a página seguinte para cartões...

Rosa Romani



O meu objetivo foi sempre o de acabar com o racismo e a discriminação por que passaram tantas pessoas da nossa minoria. A sua humilhação é algo com que me identifico pessoalmente.

Romani Rose é uma das principais figuras internacionais e no que diz respeito aos direitos da comunidade cigana. Nascido na Alemanha, começou a fazer campanha pelo reconhecimento público do genocídio das pessoas ciganas quando ainda era um adolescente. Na sua própria família, 13 pessoas foram assassinadas, incluindo o seu tio e o seu avô, mas o governo alemão (e outros governos) não admitia a perseguição do povo cigano por motivos raciais durante o Holocausto.

Aos 30 anos de idade, Romani participou numa greve de fome de uma semana no memorial do acampamento de Dachau. A visibilidade conseguida obrigou o chanceler alemão a reconhecer finalmente que um genocídio fora cometido contra os/as ciganos/as. Rosa Romani é atualmente presidente do Conselho Central dos Sinti e Ciganos alemães e membro do comité executivo do Movimento Internacional contra a Discriminação e o Racismo.

Ceija Stojka



Se o mundo não mudar já... se não se construir a paz – a verdadeira paz – uma paz que dê aos meus bisnetos a oportunidade de viver neste mundo, então não consigo encontrar uma explicação para ter sobrevivido a Auschwitz, Bergen-Belsen e Ravensbrück.

Ceija Stojka nasceu na Áustria. Tornou-se uma pintora, escritora e música de sucesso. Sobreviveu a três campos de morte durante o Genocídio e tinha apenas 12 anos de idade quando foi libertada de Bergen-Belsen. Cerca de 200 membros do seu círculo familiar não tiveram tanta sorte: todos eles foram assassinados durante o Genocídio.

Ceija começou por vender tapetes para ganhar a vida. Só muito mais tarde é que começou a pintar. Pintou o holocausto como forma de dar a conhecer os horrores por que passou juntamente com outros prisioneiros. Como contraste, retratou também o tempo antes da guerra e a sua vida feliz viajando e vivendo de acordo com os costumes ancestrais da sua cultura.

Tento sempre retratar os meus sentimentos e as minhas memórias. Quero mostrar o meu próprio mundo às pessoas. *É importante* compreendermos que somos todos seres humanos e que a arte nos permite viver e existir. A arte pode mostrar e ligar-nos a todos [...]

Rita Izsák



Quando eu era estudante, fui despedida de repente... sem motivo aparente. Fiquei zangada e foi quando entrei para o Centro Europeu dos Direitos dos Ciganos. Tornei-me um ativista dos direitos dos ciganos. Fui confrontada com esta terrível verdade e isso fez de mim uma lutadora.

Rita Izsák cresceu na Hungria. As suas primeiras experiências moldaram a sua determinação em sentir orgulho na sua identidade cigana e em lutar pelos direitos dos/as ciganos/as.

Rita foi marcada como “cigana” quando andava na escola e descobriu cedo que o seu pai tinha sido avisado por colegas de trabalho para não apresentar uma mulher cigana. Mais tarde, Rita foi despedida do seu trabalho por ser cigana.

Mas Rita prosseguiu os seus estudos concluindo uma licenciatura e mestrado em direito; aprendeu *várias línguas estrangeiras* e trabalhou em várias organizações na luta pelos direitos dos/as ciganos/as.

Rita Izsák trabalha atualmente no Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos onde exerce as funções de especialista independente das Nações Unidas para a questão das minorias. Monitoriza as questões de Direitos Humanos que afetam as minorias em todo o mundo, levando-as à atenção do público e do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Nicolae Gheorghe



Fui ensinado a ser romeno. Redescobri a minha identidade [...] Quero morrer como uma pessoa humana.

Quando criança, na Roménia, Nicolae Gheorghe foi encorajado a esquecer as suas raízes ciganas. Mas depois de se formar em filosofia e sociologia (onde foi o melhor da sua turma) sentiu a necessidade de se dedicar às questões ligadas à comunidade cigana. Tornou-se um respeitado líder e defensor dos direitos dos/as ciganos/as.

Durante a era comunista, Gheorghe esteve sob investigação por parte dos Serviços de Segurança, particularmente depois de escrever um artigo para a Rádio Liberdade sobre os problemas enfrentados pela população cigana na Roménia. Mais tarde, organizou uma campanha contra o governo Romeno pela aplicação do termo *romani* em vez de *tsigan* (cigano). A campanha foi bem-sucedida e rapidamente, ele passou a ser um especialista do Governo em minorias, bem como um conselheiro para a OSCE para questões relativas aos *romanis* e aos *sinti*.

Gheorghe fundou uma das principais organizações de direitos dos ciganos na Roménia, e mais tarde na Europa. Um dos seus objetivos foi encorajar os/as ciganos/as a organizarem-se em organizações cívicas e a trabalharem no sentido de promover e proteger os seus próprios direitos.

<p>Valdemar Kalinin</p> 	<p>Iva Bittová</p> 
<p><i>Ventos fortes sacodem os vidros da janela. Chove a potes. Mas que tempo reina nas planícies onde nasci? Diz-me, vento, se fores capaz. A neve branca cai sobre a Bielorrússia, ele responde, os Ciganos, falando a língua cigana, seguem para os festivais montados nos seus cavalos. – Então as nossas florestas resplendem ao sol.</i></p>	<p><i>Nunca concordei com pessoas que me disseram que tinha de fazer algo de uma certa forma. Isto é o que eu faço e isto é a minha vida. O que me interessa são as coisas simples. Acredito que se as pessoas estão descontentes com alguma situação, têm de dizer alguma coisa, ou não irão mudar nada. Eu sei que a vida não é fácil e tem muitas faces. Temos de observar e compreender as nossas diferenças.</i></p>
<p>Valdemar Kalinin nasceu na Bielorrússia, na antiga União Soviética e trabalhou durante muitos anos como professor. É hoje um poeta e escritor reconhecido, tendo escrito mais de 36 livros, poemas e artigos sobre os/as ciganos/as. Em 2001, completou uma tradução da Bíblia para o povo cigano,</p> <p>Kalinin vive na Inglaterra. É membro da Organização Mundial Roma Rromanipen (World Roma Organization “Rromanipen”) e Presidente do Conselho Cigano (Gypsy Council) do Reino Unido. Foi galardoado com prémios internacionais, incluindo prémios para a paz e o desenvolvimento cultural.</p> <p><i>“Não sobrou nenhum monumento de pé Exceto nas mentes dos idosos, nas florestas e no testemunho da terra decadente, Este homem mais velho declara: os ciganos estão aqui enterrados, não perturbe esta terra!</i></p> <p>(do poema “Vai chover” (“It’s Going to Rain”))</p>	<p>Iva Bittová é uma violinista, cantora e compositora de renome internacional. Nasceu na antiga República da Checoslováquia e começou a vida como atriz, tendo participado em várias longas-metragens.</p> <p>Possuidora de um estilo único, tanto no violino como no canto, podemos ouvi-la ora em gargalhada, ora a gorjear como um pássaro, ou a lançar-se numa atuação corporal. Bittová toca com os maiores grupos e orquestras de todo o mundo, atraindo grandes multidões.</p> <p>A sua música é imprevisível e nem sempre se consegue enquadrar dentro de “géneros” específicos. Iva mistura música folclórica com música clássica e <i>rock</i> para criar um estilo completamente pessoal.</p> <p><i>“Uma atuação de Iva Bittová a solo é diferente de qualquer outra experiência musical. É uma invocação do espírito [...] completamente imprevisível tanto na forma como no âmbito da sua apresentação”</i> (crítica do <i>InnerViews</i>)</p>

Imagem de Romani Rose retirada de:

www.balkanforum.info/f26/roma-europa-224794/index43.html

Imagem de Ceija Stojka retirada de:

<https://www.independent.co.uk/news/obituaries/ceija-stojka-holocaust-survivor-who-championed-roma-rights-8476111.html>

Imagem da Rita Izsák retirada de:

www.oslobodjenje.ba/vijesti/bih/romi-najugrozeniji-narod-u-bih

Imagem de Valdemar Kalinin retirada de:

<http://gypsy-life.net/foto-03.htm>

Imagem Nicolae Gheorghe retirada de:

<http://fra.europa.eu/en/news/2013/roma-activist-and-intellectual-nicolae-gheorghe-memorial>

Imagem de Iva Bittová retirada de:

www.innerviews.org/inner/bittova.html



Criança estrangeira

Sumário

Os participantes fazem o mapeamento de um conjunto de abusos comumente vividos por jovens ciganos/as, associando-os a direitos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

Duração:	90 minutos Será necessário mais tempo se o grupo não estiver familiarizado com os Direitos Humanos	Conceitos-chave Direitos Humanos · · racismo · discriminação · escola
Complexidade:	Nível 4	
Dimensão:	Mais de 12 participantes	

Objetivos

- ▶ Perceber como o antigitanismo muitas vezes leva à violação de inúmeros outros Direitos Humanos
- ▶ Sensibilizar os/as jovens ciganos/as para os direitos dos/as ciganos/as e para as violações dos Direitos Humanos que são mais comuns nas suas vidas.
- ▶ Relacionar os direitos expressos na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) com exemplos reais de abuso

Materiais

- ▶ Cópias da ficha “Criança estrangeira” na página 82 (uma cópia para cada grupo)
- ▶ Vários exemplares da CEDH (ver páginas 177-179 para uma versão abreviada). Irá precisar de pelo menos 2 cópias para cada grupo
- ▶ Flipchart e canetas marcadoras
- ▶ Tesoura e cola (opcional)

Preparação

- ▶ Prepare, para cada grupo, uma folha do *flipchart* e com a informação sobre ‘Criança Estrangeira’ no meio.

Instruções

1. Leia a história e peça aos participantes para adivinharem a que minoria se refere. Peça que comentem brevemente os seguintes aspetos:
 - ▶ Acha que a história é realista?
 - ▶ O comportamento que a criança experienciou é “aceitável”?

2. Informe-os sobre o facto de que todos os exemplos são típicos das experiências dos/as ciganos/as em países da Europa (e do mundo). Explique que quase todos são ilegais à luz da lei dos Direitos Humanos e ilegais em todos os países da Europa.
3. Entregue cópias da CEDH (abreviada) a todos e leia-a em conjunto. Responda a qualquer questão que surja, relacionada com o conteúdo dos direitos.

DICAS

- ▶ Se os participantes não estiverem familiarizados com os Direitos Humanos, pode usar a informação nas páginas 39-51 para lhes dar uma base sobre o tema. Pode também começar por realizar uma atividade de introdução aos Direitos Humanos, como por exemplo, “Representa o Teu Papel”, ou “Bingo!” do Manual *Compass*, ou “Os Direitos dos Coelhoos” do Manual *Compasito*.
- ▶ Se estiver a trabalhar com um grupo cigano, ou se tiver participantes ciganos no grupo, pode dar-lhes a oportunidade de falarem sobre experiências semelhantes que se tenham passado com eles.

4. Peça aos participantes para criarem pequenos grupos de trabalho – cerca de 5 pessoas em cada grupo. Dê a cada grupo uma folha do *flipchart* com o texto sobre “Criança estrangeira”.
5. Peça-lhes para assinalarem no texto, no *flipchart*, qualquer ligação entre partes da história da criança e Direitos Humanos específicos. Dê um exemplo, se necessário.
6. Após 20-30 minutos, afixe cada folha na parede e dê aos participantes um tempo para observarem os trabalhos dos outros grupos. Peça-lhes que anotem as semelhanças e/ou diferenças.
7. Discuta os resultados e utilize a folha de apoio “Direitos Implicados” na página 83 para preencher os *flipcharts* preparados. Observe que muitos dos abusos da história envolvem mais do que um direito e que quase todos envolvem o direito de estar livre de discriminação.
8. Prossiga para o *debriefing*.

Debriefing

As questões a abordar no *debriefing* vão depender do seu grupo ser maioritariamente cigano ou não cigano. Escolha as mais apropriadas para o seu grupo.

Perguntas mais relevantes para os/as participantes não ciganos/as:

- ▶ Ficou surpreendido com o número de diferentes abusos que os membros da comunidade cigana sofrem habitualmente? Acha que algum/todos estes exemplos acontecem no nosso país?
- ▶ Imagine que ouviu, ou teve conhecimento de um comentário ofensivo sobre “todos/as os/as ciganos/as”: O que faria? Acha que faria alguma diferença se as pessoas se comesçassem a opor a tais comentários?
- ▶ Considera justo que algumas pessoas sejam tratadas dessa forma apenas por serem identificadas como pertencendo a um determinado “grupo”?

- ▶ O que é que realmente sabe sobre “todos/as os/as ciganos/as”?
- ▶ A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi escrita a pensar que há coisas não devemos fazer *a ninguém*, independentemente do que essas pessoas possam ter feito. Concorda?
- ▶ Como acha que se sentiria se fosse constantemente alvo de abusos por parte de outras pessoas no meio onde vive? Como reagiria?

Perguntas mais relevantes para os grupos ciganos:

Use a narrativa e a atividade das ligações para assegurar aos participantes que, embora este tipo de comportamento ainda seja muito comum, há pelo menos o reconhecimento “oficial” pelos governos de todo o mundo de que o mesmo é inaceitável. Tem também havido muitos sucessos de organizações e indivíduos no trabalho de combate ao racismo e à discriminação contra a comunidade cigana.

Aplique algumas das seguintes perguntas para explorar as questões:

- ▶ Já passou por algo semelhante ao que se relata na história? Conhece quem tenha passado por isso?
- ▶ Sabia que muito destes comportamentos são uma violação dos Direitos Humanos e que são ilegais?
- ▶ Saber disto faz alguma diferença na forma como encara tal comportamento? Acha que ter este conhecimento ajuda a que, pelo menos, haja um reconhecimento formal do que é inaceitável?
- ▶ Lembra-se de outros exemplos, não mencionados no texto, em que tenha sido tratado injustamente? Acha que alguma dessas situações terá sido uma violação dos Direitos Humanos?
- ▶ Conhece alguma organização ou pessoas que trabalhem no combate a este tipo de comportamentos? Pode dar algum exemplo de sucesso?
- ▶ Como pode fazer uso das informações sobre Direitos Humanos para apoiar os membros da sua comunidade?

DICA:

Se os participantes partilharem exemplos de experiências por que tenham passado, situações essas que requeiram uma atenção particular, deverá certificar-se de que faz o seguimento das mesmas. Em situação alguma poderá deixá-los sentir que não há nada que possam fazer perante abusos. Consulte a secção “Informação Adicional” para algumas ideias sobre como lidar com estes casos. No mínimo, deverá certificar-se que estas pessoas se sentem apoiadas e que foi tomada devida nota de quaisquer preocupações. Aborde opções sobre como lidar com preocupações desta natureza.

Alternativas

- ▶ Usar a Declaração Universal dos Direitos Humanos em vez da Convenção Europeia, no desenrolar da atividade.

Sugestões para o seguimento

- ▶ Apresente ao grupo uma lista com algumas das organizações que trabalham para os direitos dos/as ciganos/as, ou para os Direitos Humanos em geral, ou peça-lhes que eles próprios pesquisem sobre o tema.
- ▶ Consulte algumas das atividades na secção “Quatro passos para a ação” para explorar formas de o grupo poder abordar algumas das violações dos Direitos Humanos comumente enfrentadas pelas comunidades ciganas.
- ▶ Incentive os participantes a juntarem-se ao Movimento Contra do Discurso de Ódio e a tomarem medidas contra o discurso de ódio *online*. Mais informações estão disponíveis em www.nohatespeechmovement.org

Informação Adicional

- ▶ Ver capítulo sobre Direitos Humanos (páginas 39-51) e sobre a Convenção Europeia (páginas 177-179).
- ▶ Ver informação sobre “Direitos das Crianças” (página 135) e “Discriminação na Educação”.
- ▶ Encontra várias ferramentas de trabalho e exemplos de casos de sucesso na proteção dos direitos dos/as ciganos/as, no site do Centro Europeu dos Direitos dos Ciganos: www.errc.org. Outras organizações dedicadas aos Direitos Humanos, como seja a Amnistia Internacional, também disponibilizam relatórios de casos de denúncia de abusos dos direitos dos/as ciganos/as.

Fichas Informativas

Criança estrangeira

Dizem-me que sou estrangeiro, embora tenha nascido aqui, assim como os meus pais. Na escola, fui colocado numa turma especial para crianças “estrangeiras”, tal como como os meus irmãos e irmãs. Não podemos frequentar aulas “normais”. Todos sofremos *bullying* por parte das outras crianças porque somos “diferentes”. Os professores não fazem nada em relação a isso. Pior, alguns professores implicam connosco. *Eles* nunca são castigados.

As pessoas não nos querem por perto. Nem sequer nos conhecem, mas gritam logo connosco, ou batem-nos por sermos quem somos, ou por sermos quem eles pensam que somos. Bem, nós somos crianças, tal como eles. E como devemos comportar-nos perante alguém que grita connosco e nos bate? É suposto gostarmos dessas pessoas?

Se formos à polícia, muitas vezes não nos ouvem. Dizem-nos que deve ter sido culpa nossa, porque somos todos causadores de problemas. Como é que eles sabem? Pensei que eram os tribunais que decidiam isso. A polícia está sempre a mandar-nos parar nas ruas sem razão. Dizem-nos que acham que roubámos e que têm de nos revistar. Às vezes sou parado seis vezes por dia, mas nunca roubei nada.

Já ouvi falar de pessoas como eu que estiveram na prisão e foram espancadas por agentes prisionais. Porque é que alguém que bate noutra pessoa não é punido? Os agentes prisionais também têm de cumprir a lei.

Muitas vezes, os próprios membros do Governo também nos insultam. Como se todos na minha comunidade fossemos iguais, todos criminosos. Bem, nós não somos. Todas as comunidades têm algumas pessoas que cometem crimes. O governo não insulta “todos” noutra comunidade, só porque alguns deles cometem crimes. Porque é que nunca contam as histórias boas? Ou as histórias normais? As nossas histórias normais são boas, tal como as deles.

Na televisão e na *Internet*, as pessoas dizem o que muito bem entendem sobre nós. Estou farto de ver grupos do Facebook a dizerem-nos que somos sujos, ou estúpidos, ou coisas muito piores. Dizem-nos que devíamos sair do país, ir para casa, arranjar um emprego como toda a gente. O meu pai adoraria ter um emprego. Ninguém o vai empregar porque ele é um “cigano”.

Como podemos viver assim? Como é suposto sentirmo-nos quando todos dizem coisas desagradáveis a nosso respeito, mesmo sem nos conhecer? É difícil: às vezes não quero sair à rua com medo de que gritem comigo, ou me batam.

Ficha ‘Solução’: direitos implicados

É provável que todos os exemplos impliquem o direito a estar livre de discriminação (Artigo 14 ou Protocolo 12). Outros direitos que podem estar implicados:

Aulas ou escolas especiais para crianças ciganas	Protocolo 1, Artigo 2.º
Professores a implicar com as crianças	Pode implicar o Artigo 8.º (Vida privada). Se o abuso for muito grave, o Artigo 3.º. Se prejudicar a sua educação, pode envolver o Protocolo 1, Artigo 2.º.
Professores impunes	Se ninguém estiver a levar as queixas a sério, Artigo 8.º (ou o Artigo 3.º, no caso de abuso muito grave). Possivelmente o Protocolo 1, Artigo 2.º.
Pessoas a “gritar” com a pessoa cigana	Talvez o Artigo 8.º se o abuso for grave, acontecer de forma regular, e se a polícia não estiver a fazer nada a esse respeito.
Agressão física	Talvez o Artigo 8.º se a polícia não estiver a responder às queixas; se o espancamento for muito grave, ou acontecer de forma regular, o Artigo 3.º.
Não prosseguimento de queixas por parte da polícia	Artigo 8.º ou 3.º, dependendo da gravidade da queixa. Se houver ameaça à vida das pessoas, pode implicar o Artigo 2.º.
Ser mandado parar e revistado pela polícia	O Artigo 5.º (Liberdade) se as pessoas forem paradas muito regularmente sem razão plausível. Também o Artigo 8.º (Vida privada).
Agressão física por parte de agentes prisionais	Pode implicar o Artigo 3 se o espancamento for muito grave. Também o Artigo 8.º.
Impunidade dos agentes prisionais	O Artigo 3.º se o espancamento for muito grave. Também o Artigo 8.º.
Abusos por parte de membros do Governo	O Artigo 8.º se o abuso for muito grave e estiver a afetar a forma como os outros tratam os/as ciganos/as.
Abuso na <i>Internet</i> /na comunicação social	Pode não constituir uma violação estrita dos Direitos Humanos, porque não ser responsabilidade de um funcionário público. O abuso teria de ser muito grave e teria de haver queixas formais ignoradas pelos funcionários públicos.
Não conseguir emprego por ser cigano/a	Pode constituir violação do Artigo 8.º, particularmente se alguma organização governamental se recusar a empregar alguém por ser cigano/a.
Ter medo de sair para as ruas	Se houver uma ameaça real para as crianças ciganas nas ruas e a polícia não fizer nada, pode envolver os Artigos 8.º, 3.º (ou 2.º).

Discriminação na educação

Quando andava na escola fui alvo de gritos insultuoso anticiganos por ser cigana. Primeiro andei na escola primária em Brno, onde estudei até ao 3.º ano. A professora era racista e fazia-me bullying por ser a única criança cigana da turma. Eu ficava de tal forma ansiosa, nervosa e em stress com a escola todas as manhãs que vomitava.

Tentei esquecer e, portanto, há muita coisa que não me lembro; mas eu era uma criança perspicaz, entusiasta e uma aluna dedicada; continuei sempre a pôr a mão no ar, mas ela nunca me chamou. Nunca aceitou a minha presença. Nunca me deu uma oportunidade. Ignorou-me. Senti que ela realmente me detestava.

Sentia vergonha de mim mesma. Havia muitos insultos anti ciganos, dirigidos aos ciganos como um grupo único. Lembro-me que algumas das crianças até eram simpáticas, mas odiavam os/as ciganos/as. Eu sou cigana e, como tal, levei isso a peito, claro. Senti-me em conflito porque, por um lado, senti que gostavam de mim como pessoa, mas que odiavam o ovo cigano; e eu sou cigana. Na verdade, eles viam-me como não cigana. Tive sempre de me defender contra os preconceitos e estereótipos anti ciganos deles.

Testemunho de Klara (24), uma cigana originária de Brno, República Checa (atualmente a viver em Inglaterra), incluída em 'Barabaripen – Jovens ciganos falam de discriminação múltipla' (www.coe.int/youth/roma)

Exemplos de discriminação na Europa

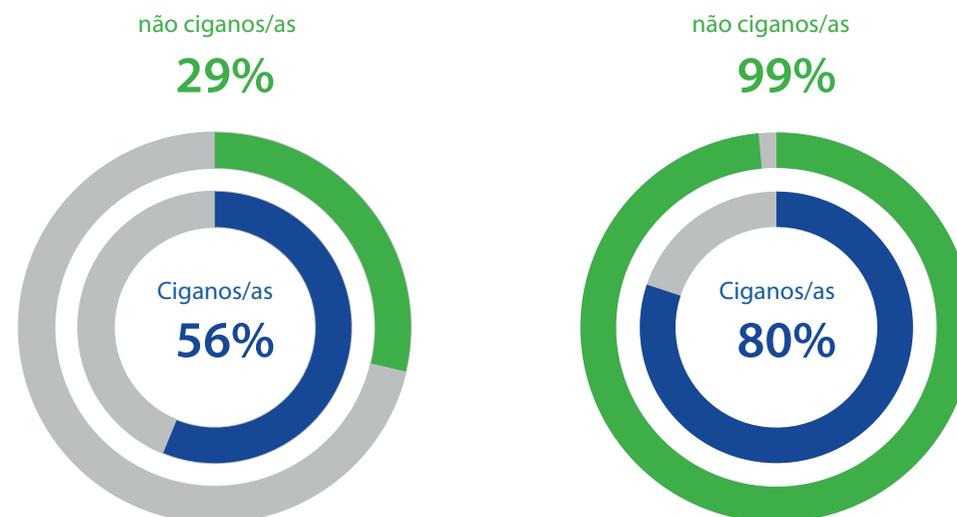
- ▶ Em muitos países, incluindo Albânia, França, Geórgia, Grécia, Portugal e Rússia, os ciganos e os "travellers" foram excluídos das escolas, ou abandonaram o ensino. Isto é frequentemente resultado de discriminação direta ou indireta.
- ▶ Na Albânia, foi recusado às crianças ciganas o acesso às escolas por falta de vacinação.
- ▶ Na República Checa, 35% dos alunos colocados em escolas práticas, ou em aulas para pessoas com deficiências mentais leves são ciganos, apesar dos/as ciganos/as constituírem menos de 3% da população.
- ▶ Mais de 60% dos/as ciganos/as na Sérvia ainda não completaram a escola primária. Algumas das razões apresentadas incluem "problemas financeiros" (49,8%), e a falta de documentos, como certidões de nascimento e prova de residência.
- ▶ Na Grécia, algumas escolas continuam a recusar-se a registar crianças ciganas. Por vezes, isto é resultado da pressão exercida por pais não ciganos.
- ▶ Em Portugal, o abandono escolar nos/as ciganos/as é muito elevado. As crianças ciganas por vezes enfrentam a hostilidade de pais não ciganos que pressionam os funcionários da escola a não matricular ciganos/as; Foram registados casos de pais que afixaram sinais de "Não aos Ciganos".
- ▶ Na Roménia e na Bulgária, 15% das crianças ciganas nunca se inscrevem no sistema educativo. As taxas de abandono dos/as ciganos são quatro a seis vezes mais elevadas do que a média nacional.

- ▶ As taxas de matrícula dos ciganos no ensino secundário rondam em média os 10% na Europa Central e de Leste.
- ▶ A matrícula de ciganos no ensino superior é, em média, inferior a 1% na maioria dos países europeus.
- ▶ A frequência escolar entre os ciganos/as é também frequentemente afetada pela pobreza e outros fatores socioeconómicos, por exemplo, a ausência de transportes públicos ou de fundos para o transporte, ou a incapacidade de pagar vestuário, almoço ou material escolar.

"Com que idade é que acabaste a escola?"

Percentagem de inquiridos com 16 anos ou mais que abandonaram a escola antes de atingirem os 16 anos de idade

Taxas de alfabetização autodeclaradas dos respondentes com 16 anos ou mais



Nota: O círculo externo representa respostas de não ciganos/as; o círculo interno representa respostas de ciganos/as.

- ▶ 56% dos/as ciganos/as deixaram a escola antes dos 16 anos de idade. Já dos/as não ciganos/as, apenas 29% abandonou a escola antes desta idade.
- ▶ 80% dos/as ciganos/as com mais de 16 anos de idade declararam-se alfabetizados. 99% dos/as não ciganos/as declararam-se alfabetizados.

O inquérito foi realizado em 2011 pela Agência dos Direitos Fundamentais (FRA). Foram entrevistados 10.811 ciganos e 5.508 não ciganos/as que vivem em 11 estados membros da UE. Mais informações podem ser encontradas em <http://fra.europa.eu/en/news/2014/take-closer-look-roma-survey-results>



Boas notícias, más notícias

Sumário

Este é um jogo de “boas notícias, más notícias” onde os participantes continuam uma pequena narrativa sobre uma rapariga cigana com preocupações de saúde.

Duração:	60 minutos	Conceitos-chave Sistema de Saúde · Direito à Saúde Direitos Humanos · Discriminação · · Desigualdade
Complexidade:	Nível 1	
Dimensão:	10-15 participantes	

Objetivos

- ▶ Sensibilizar para a discriminação das comunidades ciganas na prestação de cuidados de saúde
- ▶ Analisar o direito à saúde
- ▶ Explorar formas de abordar a prestação inadequada de cuidados de saúde

Instruções

1. Explique o jogo “boas e más notícias” aos participantes. O facilitador lê uma breve narrativa e os participantes devem continuar a história com boas e más notícias alternadamente. Estas são as únicas “regras”:
 - ▶ Cada notícia deve ser bastante breve, e deve fazer sentido no seguimento da história.
 - ▶ Uma boa notícia deve ser sempre seguida de uma má notícia, e vice-versa.
 - ▶ As notícias devem ser (relativamente) realistas!
2. Se necessário, dê um exemplo, como o que a seguir se apresenta. Peça mais duas ou três notícias para continuar a história.

EXEMPLO:

Recebi uma carta no correio esta manhã...

BOAS NOTÍCIAS: A carta dizia que foi descoberto petróleo na região e que todos nós vamos ser muito ricos!

MÁS NOTÍCIAS: Vão deitar abaixo todas as casas para construir o poço de petróleo.

BOAS NOTÍCIAS: De qualquer das formas, a minha casa já estava a e assim eu não vou precisar de fazer as reparações....

3. Quando estiver claro para todos, leia então a narrativa da página 88 e pergunte se alguém gostaria de continuar a história com uma “boa notícia”. Abaixo, algumas dicas podem ajudar a facilitar o jogo.
4. Dê cerca de 15 a 20 minutos para que a história se desenvolva. Depois, anuncie a história e convide os participantes a refletir sobre a atividade.

Debriefing

O *debriefing* vai depender em grande parte das questões que surgiram no decurso da atividade. Pode também depender do facto do seu grupo ser maioritariamente cigano ou maioritariamente não cigano, e do quanto se identificam com a experiência de Tsura na primeira parte da narrativa.

Comece com algumas perguntas explorando as reações dos participantes à atividade, antes de analisar as questões levantadas pela história.

Questões gerais sobre a atividade

- ▶ Gostou da atividade? Diga o que gostou e o que não gostou.
- ▶ Quão fácil foi pensar em notícias? Foi mais fácil pensar em boas ou más notícias? Porquê?
- ▶ O que achou da nossa história final? Acha que é realista? Explique o porquê da sua resposta

Perguntas sobre discriminação nos cuidados de saúde

Use os diagramas da página 91 para mostrar aos participantes que a discriminação nos cuidados de saúde é muito comum para as comunidades ciganas. Se tem participantes ciganos/as pode perguntar se alguém gostaria de partilhar a sua própria experiência. Neste caso, é importante ter a sensibilidade necessária e avançar apenas se que o resto do grupo demonstrar empatia.

- ▶ O dizem os gráficos?
- ▶ Como explica a diferença nas estatísticas para ciganos/as e não ciganos/as? Enumere algumas das razões.
- ▶ Acha justas estas diferenças?
- ▶ O que acha que se poderia fazer para acabar com as diferenças na prestação de cuidados de saúde?

Pode fazer uma lista com a sugestões dos participantes. Pode também remetê-los novamente para a história, nomeadamente para algumas das formas como Tsura agiu.

Termine a atividade com informação sobre “Direitos de saúde” a partir da página 90. Explique que todos os governos na Europa têm a obrigação de assegurar o acesso de todos aos cuidados básicos de saúde e a obrigação de assegurar que os mesmos são prestados de forma igualitária, sem discriminação.

Informação Adicional

- ▶ A informação sobre discriminação nos cuidados de saúde (página 90) é bastante relevante para esta atividade. Poderá ainda consultar a informação sobre discriminação na página 49 e a informação geral sobre “Direitos Humanos” (páginas 39-51).

Alternativas

- ▶ Se o grupo for grande, pode fazer a atividade das histórias em grupos mais pequenos. Deverá considerar algum tempo para os grupos fazerem os seus comentários sobre a atividade.

Sugestões para o seguimento

- ▶ Se o seu país for um dos 11 países que participaram na pesquisa do PNUD/FRA (<http://fra.europa.eu/DVS/DVT/roma.php>), poderá analisar os dados do seu país com o grupo. Se o seu país não fizer parte, desafie os participantes a pesquisar informação sobre a prestação de cuidados de saúde, ou a identificar preocupações na saúde para com a comunidade cigana. Podem pesquisar se existe alguma organização a trabalhar sobre o tema; podem encontrar-se com representantes ciganos/as e saber mais sobre a sua experiência. Paralelamente, podem ainda consultar o último relatório nacional do Comité Europeu dos Direitos Sociais (que supervisiona a Carta Social Europeia) e procurar se há alguma referência ao tema da discriminação na prestação de cuidados de saúde.

Material de apoio

Narrativa

O meu nome é Tsurá. Tenho 17 anos e sou cigana. Há muitos anos que sofro de dores de cabeça graves e nos últimos 3 meses comecei a perder peso. Deixei a escola sem grandes habilitações, principalmente por causa do meu problema de saúde. Atualmente não tenho emprego. A médica nunca levou a sério a minha doença. Fui a uma consulta há pouco tempo e a médica disse-me que não havia problema algum e que eu tinha de recompôr minha vida.

Agora pergunte a alguém se pode continuar a história com uma boa notícia...

Dicas para o funcionamento do jogo:

- ▶ Se os participantes não estiverem familiarizados com o jogo, apoie-os nas primeiras notícias. Pode fazer perguntas como: “o que acha que aconteceu a seguir?”, ou “o que Tsurá fez a seguir?”, ou dar alguns dos exemplos abaixo para indicar o tipo de notícias que os participantes podem trabalhar.
- ▶ Tente encorajar todos a participar: não permita que apenas algumas pessoas escrevam a história. Se a discussão for difícil de organizar, pode introduzir a “vareta palavra” – a pessoa que tiver a vareta na mão tem de continuar a história.
- ▶ Outra coisa que pode fazer é introduzir um “cartão mágico” que permite milagres ocasionais (bons ou maus)! Quando alguém usa o “cartão mágico”, os outros devem tomar nota. Lembre-se de que a magia só ocorre muito raramente, portanto o cartão não deve ser usado muitas vezes.
- ▶ Se a história ficar enalhada, ou chegar ao fim (talvez a Tsurá morra por causa da doença dela), enquanto facilitador, poderá introduzir uma nova linha de história para continuar o jogo. Abaixo, alguns exemplos de como poderá fazê-lo.
- ▶ É importante permitir que os participantes dirijam a história, mas deverá assegurar a coesão face ao problema inicial da discriminação nos cuidados de saúde. Traga a história de volta à queixa da Tsurá, caso a mesma se desvie muito para outras áreas. Pode usar os exemplos abaixo, ou outros, para analisar mais profundamente questões particulares, por exemplo:
 - focar no tipo de dificuldades mais comumente sentidas pelas comunidades ciganas no acesso aos cuidados de saúde e focar nas ações que os indivíduos podem levar a cabo no sentido de garantir que recebem cuidados de saúde adequados.
 - para se concentrar em coisas que a comunidade não cigana pode fazer para trazer à atenção pública a questão da discriminação dos/as ciganos/as nos cuidados de saúde.

Exemplos de intervenções:

- ▶ BOA NOTÍCIA: O médico que tinha ignorado as queixas da Tsurá foi retirada da prática clínica após uma investigação.
- ▶ MÁ NOTÍCIA: Outras pessoas começaram a apresentar os mesmos sintomas que Tsurá.
- ▶ BOA NOTÍCIA: A comunidade local decidiu organizar uma campanha de sensibilização da população.
- ▶ MÁ NOTÍCIA: Muitas pessoas foram presas numa grande manifestação pública de apoio a Tsurá e a outras pessoas com problemas de saúde.
- ▶ BOA NOTÍCIA: Um ambientalista concordou em realizar um estudo sobre a poluição de uma fábrica local.

Direitos de Saúde

O nosso estado de saúde pode ter um enorme impacto em todos os aspetos da vida quotidiana. Uma saúde precária afeta não apenas nosso estado geral de bem-estar físico e mental, mas também as perspectivas de emprego, o nível de rendimento, a capacidade nos relacionarmos ou de ser parte ativa da sociedade e muitas outras áreas. No caso dos/as jovens, pode ainda afetar o seu processo educativo.

Esta é uma das razões pelas quais os cuidados de saúde adequados são considerados como um direito humano. Todos os países da Europa – e a maioria dos países no mundo inteiro – consagra a proteção deste direito. Infelizmente, a realidade é um pouco diferente.

O direito à saúde

Os Estados Parte no presente Pacto reconhecem o direito de todas as pessoas a desfrutar do mais alto padrão de saúde física e mental possível.

Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC)

O direito à saúde está vinculado tanto no PIDESC como na Carta Social Europeia (CSE)². Não se trata do direito a “ser saudável”: nenhum Governo poderá garantir isso. É antes o direito a poder aceder a cuidados de saúde de qualidade adequada e a poder fazê-lo livre de discriminação.

As obrigações do Governo em matéria de Direitos Humanos com respeito aos cuidados de saúde dependem, em certa medida, do estado da economia. Por outras palavras, da capacidade do Governo de “pagar” os cuidados de saúde. *No entanto*, por mais rico ou pobre que seja um país, os cuidados de saúde assegurados devem ser oferecidos livres de discriminação. Nenhum Governo pode oferecer melhores cuidados de saúde a umas pessoas e menos bons a outras, independentemente destas os poderem ou não, pagar.

Discriminação direta, indireta e estrutural

Se o estado médio de saúde de um determinado sector da população, por exemplo, dos/as ciganos/as, for significativamente pior do que o da população como um todo, tal é indicativo de discriminação no que diz respeito aos direitos à saúde. Qualquer discriminação é uma violação dos Direitos Humanos.

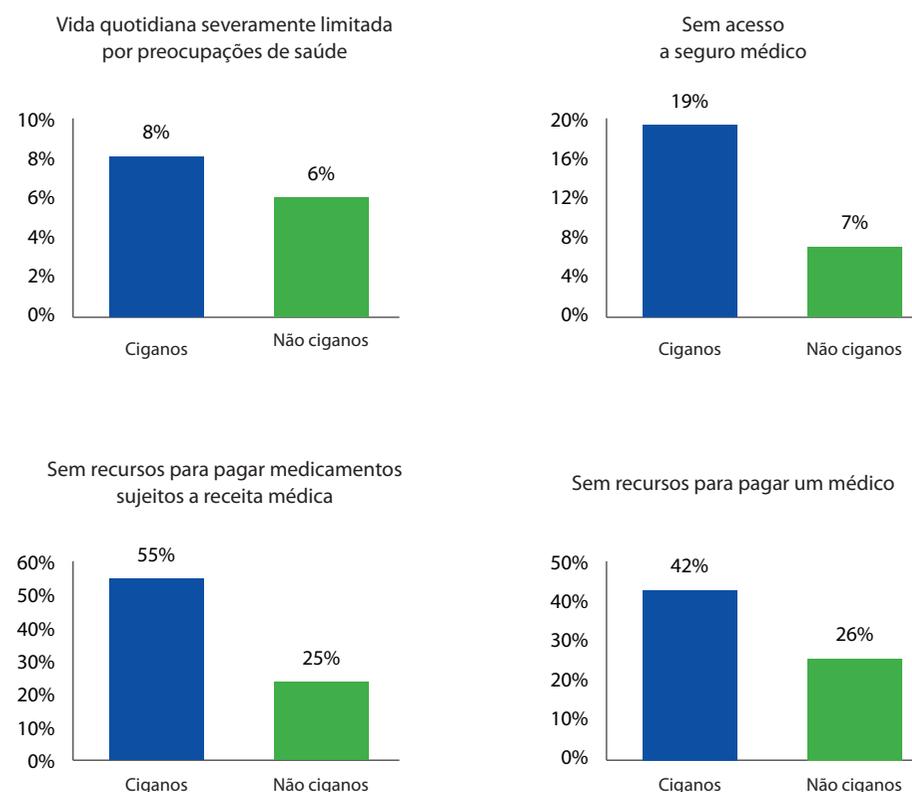
Por vezes a discriminação é óbvia e direta. Por exemplo, quando um médico se recusa a receber, ou a tratar uma paciente cigana, ou quando uma mulher cigana é esterilizada sem o seu consentimento; ou não lhe é dado conhecimento de se estar a realizar um aborto, ou uma cesariana. Estas situações ainda acontecem em alguns países europeus.

Saúde define-se com um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidades.

Organização Mundial da Saúde

O que se verifica mais frequentemente é a discriminação contra os/as ciganos/as nos cuidados de saúde ser indireta ou “estrutural”, não podendo ser imputada a um indivíduo em particular. As tabelas seguintes oferecem alguns exemplos de discriminação na prestação de cuidados de saúde para com os/as ciganos/as em 11 países da UE.

O estado dos cuidados de saúde dos/as ciganos/as: resultados do inquérito realizado em 11 países da UE³



3. Inquérito realizado em 2011 pelo FRA/PNUD na Bulgária, República Checa, França, Grécia, Hungria, Itália, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia e Espanha. Acessível em: <http://fra.europa.eu/DVS/DVT/roma.php>. Note que os gráficos apresentam a média dos 11 países. Em alguns países a diferença entre ciganos e não ciganos é maior do que a apresentada.

2. Consulte a página 44 para obter mais informações sobre estes tratados.



Os cuidados de saúde e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem

A Convenção Europeia é um instrumento de Direitos Humanos muito mais forte do que o PIDESC ou a CSE. Embora não inclua o direito à saúde, estão vinculados na Convenção outros direitos que estão relacionados com os cuidados de saúde e que podem ser usados para denunciar casos de más práticas, tais como:

- ▶ O direito à vida privada (Artigo 8.º): direito que protege contra invasões à privacidade e também relacionado a questões de dignidade.
- ▶ O direito a estar livre de tratamentos desumanos e degradantes (Artigo 3.º): este direito refere-se aos casos de sofrimento grave que resultam de uma ação (ou falta de ação) do Estado.
- ▶ O direito a estar livre de discriminação (Artigo 14.º e Protocolo 12.º).

Lembre-se que usar a Convenção Europeia não significa necessariamente que tenha que levar um caso a tribunal.

Boas relações

Sumário

Esta atividade consiste na dramatização de uma situação de agravamento das relações entre duas comunidades imaginárias – ciganas e não ciganas. Os participantes tentam apaziguar o conflito usando ‘mensageiros’ para comunicar com o outro lado.

Duração:	120 minutos (com entrada em cena)	Conceitos-chave Conflito · Relações comunitárias Mediação · Racismo · Negociação Discurso de ódio · apaziguar · · comunicação
Complexidade:	Nível 4	
Dimensão:	8-16 participantes	

Objetivos

- ▶ Explorar o papel das pessoas externas numa situação de apaziguamento de conflito.
- ▶ Compreender algumas necessidades e preocupações das comunidades ciganas e não ciganas
- ▶ Colocar em prática competências de negociação

Preparação

- ▶ Para esta atividade irá precisar de espaço suficiente para que os grupos se possam reunir, sem interferir nos outros grupos
- ▶ Distribua cópias das fichas das páginas 97-102
 - **Cenário, e distribuição de papeis:** uma cópia por pessoa (ou projete um slide)
 - **Cartões com o papel dos mediadores:** o suficiente para metade dos participantes
 - **Cartões com o papel dos representantes das/os jovens:** o suficiente para a outra metade dos participantes (divididos igualmente entre ciganos/as e não ciganos/as)
 - **Cartões de processo (opcional):** o suficiente para todos os representantes das/os jovens (metade do grupo)

O seu grupo é cigano/não cigano/misto?

Nesta atividade, obtêm-se melhores resultados trabalhando com um grupo não misto. O tópico contém questões sensíveis, algumas das quais requerendo uma abordagem mais profunda para poderem ser tratadas da forma adequada. Pode ser mais difícil conseguir fazê-lo juntando representantes de ambas as comunidades presentes.

Se o seu grupo for misto

Pondere realizar a encenação em torno de uma comunidade diferente, que não a comunidade cigana. Pode, por exemplo, representar imigrantes, homossexuais, portugueses de origem africana, ou outro grupo comumente sujeito a atos racistas. No final da atividade, use o *debriefing* para estabelecer paralelismos com a comunidade cigana.

Se o seu grupo inclui participantes apenas de comunidades ciganas ou não ciganas:

Os participantes terão de se colocar na posição do "outro lado". Incentive-os a não adotarem posições extremas ou radicais. O objetivo é tentarem perceberem as crenças e os medos da outra comunidade, mesmo que eventualmente não concordem com os mesmos.

Instruções

Início da atividade (opcional)

1. Peça aos participantes que pensem num episódio passado consigo, no qual tenham tido uma discussão, ou um conflito sério com alguém. Por exemplo, com um amigo, com um "inimigo", com o pai, com um professor. Como é que se sentiram? Peça voluntários para contar a experiência ao grupo.
2. Peça-lhes então que recordem então como se comportaram durante o conflito: conseguiram agir de forma calma? Tentaram perceber a perspetiva da outra pessoa? Ou reagiram com raiva e insultos? Convide alguns dos participantes a partilhar e pergunte-lhes acham que o seu comportamento afetou o conflito: ajudou a encontrar uma solução, ou piorou as coisas?
3. Recorde que, muitas vezes, quando estamos zangados ou feridos, comportamo-nos de uma tal forma que só piora a situação. Somos guiados exclusivamente pela emoção e o conflito sai agravado. Explique que muitas vezes, numa situação de conflito, pode ajudar ter a intervenção de uma pessoa de fora, uma pessoa que não represente nenhum dos lados, cujo papel possa ser o de ajudar a encontrar uma saída para o problema.

Atividade principal

4. Apresente o episódio a encenar e explique o papel dos mensageiros (ver a distribuição de papéis e os cartões dos mensageiros, a partir da página 97). Certifique-se que a mecânica da atividade é clara para todos e que todos compreendem os pontos-chave relativamente os mensageiros.

Fase de pré-negociação

5. Use as instruções na página 103 para dividir os participantes em mensageiros, representantes ciganos e representantes não ciganos (Etapas 1-3 na página 103).
 - ▶ Dê aos grupos cerca de 10 a 15 minutos para discutir a história e os seus papéis.
 - ▶ Em seguida, crie grupos para as negociações (Etapas 4-5 na página 103).

Reunião inicial

6. Dê cerca de 5 a 10 minutos para que cada representante jovem se encontre com um representante da outra comunidade. Lembre-os de que os mensageiros apenas observarão o processo nesta reunião.

Fase de Negociação

7. Conclua a reunião inicial e informe os representantes dos/as jovens que, a partir desse momento, só poderão comunicar uns com os outros através dos seus mensageiros e nunca diretamente.
 - ▶ Informe-os de que dispõem de cerca de 20 minutos para chegar a um acordo melhor.
 - ▶ Relembre os mensageiros de que devem sempre validar com os seus representados, as propostas da outra parte; qualquer acordo deve ser aprovado por ambos as/os representantes das/os jovens.
 - ▶ Distribua cópias do Cartão de Processo (páginas 99-100 – opcional) por todos os representantes das/os jovens que os devem preencher nos horários dos encontros entre mensageiros.
8. Passados 20 minutos, ponha um fim às negociações e reúna todos de novo para o *debriefing*.

Debriefing

Comece por tirar toda a gente do papel. Pode, por exemplo, pedir a cada um que diga seu próprio nome e faça um gesto físico; peça a cada um que diga uma coisa de que gostem.

Perguntas sobre a atividade como um todo:

- ▶ Gostou da atividade? Do que gostou e/ou não gostou?
- ▶ Conseguiu chegar a um acordo com a outra parte? Peça aos grupos para fazerem um breve resumo.
- ▶ O que achou do seu papel? O que achou fácil e o que achou difícil?

Perguntas sobre o papel dos mensageiros

- ▶ Acha que o resultado teria sido diferente se tivesse negociado diretamente com a/o representante da juventude? Explique o porquê da sua resposta.
- ▶ Quais as vantagens e desvantagens de usar uma pessoa de fora para conduzir as negociações?
- ▶ Será que os mensageiros conseguiram manter-se neutros, ou começaram a defender um determinado lado? Peça aos mensageiros para falar honestamente sobre isso e aprofunde se acharam a tarefa fácil.

Perguntas sobre o processo

- ▶ As principais exigências de ambos os lados mudaram no decorrer do processo?
- ▶ Conseguiu compreender melhor a forma de pensar da outra parte?
- ▶ Qual foi a coisa mais importante para si no decorrer das negociações?

Perguntas sobre a relevância da atividade

- ▶ Considera a situação encenada realista? Poderia acontecer na sua comunidade?

DICAS:

- ▶ Pode perguntar quantos participantes ciganos têm relações próximas com a comunidade não cigana, e vice-versa.
- ▶ Se a opinião foi de que a situação encenada não seria passível de acontecer, peça-lhes que pensem se o seria para outras comunidades – por exemplo, imigrantes, homossexuais, ou outras minorias étnicas

- ▶ A atividade contribuiu para compreender como poderá a “outra” comunidade *realmente* se sentir?
- ▶ A atividade fê-lo pensar em coisas que, enquanto indivíduo, poderia fazer de forma diferente?
- ▶ Consegue pensar em formas de evitar que as coisas cheguem a palco de marchas de protesto contra outras comunidades? Há alguma coisa que possamos fazer enquanto grupo?

Alternativas

- ▶ Pode usar um conflito real sobre o qual os participantes queiram falar, ou no qual estejam envolvidos. Isto pode ser útil para ajudá-los a ver o outro lado.
- ▶ Se os participantes não se sentirem confiantes na representação do seu papel sem ajuda, cada grupo pode ser duplicado: cada grupo de negociação passará a ter 4 representantes dos/as jovens e 4 mensageiros/as.

Sugestões para o seguimento

- ▶ Esta atividade é uma boa introdução à ideia da mediação. Pode consultar o Programa de Formação de Mediadores Ciganos no âmbito do Conselho da Europa (<http://romed.coe-romact.org/>).
- ▶ Se os laços entre os seus jovens e a comunidade cigana/não cigana são pobres, explore formas de trabalhar para os melhorar. Enquanto facilitador, pode estabelecer contato com grupos de jovens da outra comunidade?

Fichas Informativas

Organização

1. Familiarização com os papéis (10-15 minutos)

Representantes reúnem-se com outros do mesmo grupo.

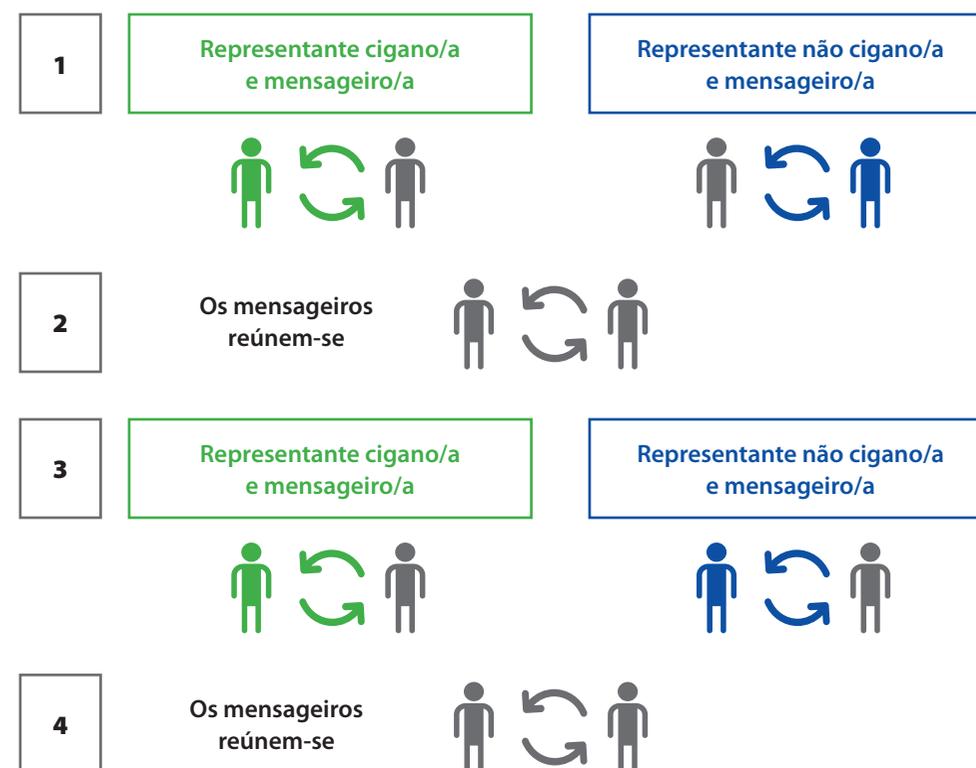
2. Reunião inicial entre representantes ciganos e não ciganos (5-10 minutos)

Encontros de 1 para 1 entre representantes de jovens ciganos/as e não ciganos/as. Os/as mensageiros/as são apenas observadores nesta fase: não falam. Esta é a única vez que os/as representantes ciganos/as se encontram com representantes não-ciganos/as.

3. Processo de Negociação

Todas as negociações decorrem através dos/as mensageiros/as. Os/as mensageiros/as devem reportar os resultados das conversas regularmente aos representantes das/os jovens.

O processo de negociação



... e assim sucessivamente

Narrativa

Numa cidade de média dimensão, duas comunidades vivem lado a lado, mas raramente interagem. Uma dessas comunidades é cigana. Existem apenas cerca de 400 ciganos/as e a população da cidade é de 40.000 habitantes. A comunidade cigana vive quase toda em 3 bairros afastados do resto da cidade e com pouco contacto com o exterior. As escolas que os seus filhos frequentam têm poucos – ou nenhuns – alunos/as não ciganos/as e os/as jovens tendem a socializar dentro da sua “própria” comunidade: os/as ciganos/as com ciganos/as; os/as não ciganos/as com não ciganos/as.

Os meios de comunicação social e os políticos identificam frequentemente a população cigana como sendo a causa do crime, e os/as ciganos/as são acusados de serem preguiçosos e de não quererem trabalhar. Os/as ciganos/as têm vivido com esta realidade durante muitos anos, mas recentemente a situação tem vindo a piorar.

Também nas ruas, a situação tem-se deteriorado, com um número crescente de incidentes racistas contra a população cigana. Na maioria das vezes trata-se de situações de abuso verbal e ocorrem fora do bairro cigano – nas lojas, nas ruas e noutros espaços públicos. Há uma semana, no entanto, houve um ato de violência física contra um adolescente cigano e os seus amigos decidiram “ripostar”. Desde então, o problema tem vindo a aumentar, com pessoas feridas de ambos os lados.

Um grupo de jovens da população não cigana convocou uma marcha de protesto que passará pelo meio de um dos bairros ciganos. Centenas de pessoas inscreveram-se através do Facebook e um dos partidos de extrema-direita também está a convocar os seus simpatizantes. A probabilidade de haver violência no dia da marcha é elevada. As pessoas de ambos os lados estão preocupadas que a marcha agrave ainda mais o problema.

Um grupo de jovens ciganos/as convocou um encontro com os/as organizadores/as da marcha para tentar que mudem a sua posição.

Personagem: jovem não cigano/a

Irá desempenhar o papel de membro do grupo de jovens não ciganos/as que convocou a marcha. Está farto/a da violência contra os membros da sua comunidade e quer enviar uma forte mensagem aos/as ciganos/as no sentido de respeitarem o seu direito a viver numa comunidade pacífica. Duas pessoas foram gravemente feridas num recente episódio de violência e muitos dos membros da sua comunidade consideram que os/as ciganos/as nem sequer deveriam aqui viver. No geral, a sua organização aceita que a comunidade cigana permaneça desde que cumpra as regras. Por outras palavras, desde que não causem problemas e acabem com a criminalidade!

Os/as representantes ciganos/as convocaram uma reunião para adiar a marcha. Na sua perspetiva, contudo, a marcha é muito importante para mostrar que as pessoas na sua comunidade estão preocupadas com a segurança dos/as jovens. Se a sua organização cancelar a marcha, essas pessoas vão sentir-se enganadas. Foram pessoas da comunidade cigana que causaram o problema e, como tal, cabe-lhes a elas resolvê-lo.

- ▶ Pense no que vai dizer ao/à representante cigano/a quando se encontrar com ele/ela.
- ▶ Tente decidir o que é mais importante para si: quais as suas principais exigências e os pontos dos quais não pode abrir mão.

Tente decidir o que é mais importante para si: quais as suas principais exigências e os pontos dos quais não pode abrir mão

Você representa o papel de membro do grupo da juventude cigana que convocou o encontro. O seu grupo está muito preocupado que a marcha se torne violenta, pois muitos grupos extremistas anunciaram que iriam participar. A vossa comunidade está farta da forma como os/as ciganos/as são vistos/as pela comunidade não cigana e farta que sejam tratados como criminosos/as e “forasteiros/as”. Muitas das vossas famílias têm uma história na cidade que remonta a séculos atrás: esta cidade é sua, tanto como o é de qualquer outra pessoa.

Não se pode deixar a marcha avançar. Você sabe que só vai piorar as coisas. No entanto, também quer usar a reunião para tentar persuadir o grupo de jovens não-ciganos/as a ajudar a resolver alguns dos outros problemas enfrentados pela sua comunidade. Você sabe que mesmo que a marcha seja cancelada, é provável que a violência nas ruas continue e acha que a violência é toda culpa deles.

- ▶ Pense no que vai dizer ao/à representante não cigano/a quando se encontrarem.
- ▶ Tente decidir o que é mais importante para si: quais as suas principais exigências e quais os pontos dos quais não pode abrir mão.

Personagem: mensageiro

O papel é ser neutro neste processo. Será alocado/a a uma das comunidades, mas não deve tomar partido por nenhuma. Enquanto mediador não irá falar durante a primeira reunião entre os representantes, mas irá conduzir todas as negociações depois disso.

Pontos a reter sobre o seu papel:

- ▶ O seu principal objetivo é comunicar com o mensageiro que representa a outra comunidade e contribuir para quês e chegue a um acordo entre ambas as partes.
- ▶ Pode fazer sugestões, mas deve tentar não dar conselhos. Está a agir em representação de outra pessoa. É a opinião dessa pessoa que importa.
- ▶ Tudo que você decidir com o outro mensageiro deve ser comunicado de volta à parte que está a representar. Não tem de transmitir tudo o que a pessoa que representa diz, mas...
- ▶ ... lembre-se que os representantes dos jovens são **as únicas pessoas** que podem aprovar o acordo final!

Use a primeira reunião com os outros mensageiros/as para estruturar a forma como irá abordar o seu papel:

- ▶ Que perguntas deve fazer a quem vai representar?

Ficha de processo para os representantes dos jovens

Vá preenchendo esta ficha nos intervalos, enquanto o seu mensageiro estiver em reunião com a outra parte. A ficha é apenas para seu uso pessoal: ninguém terá acesso à mesma.

Após a reunião inicial (com o/a outro/a representante dos/as jovens)

Acha que vai conseguir chegar a um acordo? Se sim, como? Se não, porque não?	
Quais são as suas principais exigências agora?	
O que acha que são as principais exigências da outra comunidade?	
O que gostaria de dizer agora ao/à outro/a representante?	

Após a primeira reunião com o/a seu/sua mensageiro/a

Consegue chegar a acordo com a outra comunidade?	
Quais são as suas principais exigências agora?	
Quais as principais exigências da outra comunidade?	
O que gostaria de dizer a seguir?	

Após a segunda reunião com o/a seu/sua mensageiro/a	
Consegue chegar a acordo com a outra comunidade?	
Quais são as suas principais exigências agora?	
Quais as principais exigências da outra comunidade?	
O que gostaria de dizer a seguir?	
Após a terceira reunião com o/a seu/sua mensageiro/a	
Consegue chegar a acordo com a outra comunidade?	
Quais são as suas principais exigências agora?	
Quais as principais exigências da outra comunidade?	
O que gostaria de dizer a seguir?	

Instruções para a constituição dos grupos

Etapa 1

Dividir os participantes em grupos iguais de mensageiros/as e representantes dos/as jovens.

Representantes de juventude



Mensageiros/as



Etapa 2

Dividir o grupo de jovens representantes em dois: uma metade representa as/os jovens ciganas/os; a outra metade as/os não ciganas/os.

Ciganos/as



Não ciganos/as

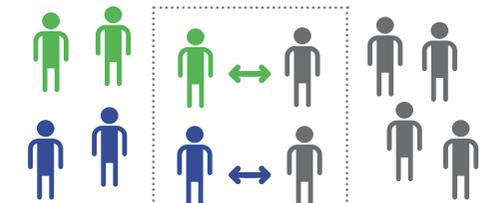


Etapa 3

Entregue cópias do argumento e das fichas dos personagens a cada grupo. Dê aos grupos de 10 a 15 minutos para discutir o argumento e o seu papel. (Se o grupo for grande, pode ser necessário subdividir os grupos).

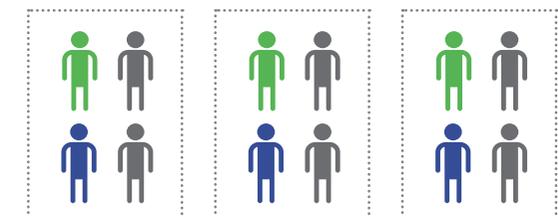
Etapa 4

Atribuir 1 mensageiro/a a cada representante.



Etapa 5

Formar subgrupos compostos por um/a representante das/os jovens de cada lado, com os/as seus/suas respetivos/as mensageiros.





Direito à habitação

Sumário

Esta atividade simula uma audiência perante o Comité Europeu dos Direitos Sociais sobre uma queixa (real) no âmbito da habitação para ciganos em Itália. As partes podem ser realizadas em sessões separadas.

Duração:	Introdução: (opcional): 30 minutos Preparação para a audiência: 30-40 minutos Audição: 30 minutos (mínimo) Debriefing: 30 minutos
-----------------	---

Complexidade:	Nível 4
----------------------	---------

Dimensão:	12-18 participantes
------------------	---------------------

Conceitos-chave
Direito à Habitação · Direitos Humanos
Acampamentos · Ciganos · Despejo · Discriminação
Carta Social Europeia · Comité Europeu dos Direitos Sociais

Objetivos

- ▶ Compreender as necessidades básicas de habitação enquanto direito.
- ▶ Sensibilizar para as condições de habitação enfrentadas por muitas comunidades ciganas
- ▶ Praticar técnicas de defesa e de argumentação
- ▶ Fazer uma introdução à Carta Social Europeia

Preparação

- ▶ Preparar cópias das fichas das páginas 108-111:
 - Descrição dos personagens – entregar a alguns elementos de cada grupo
 - “Os Artigos” – uma cópia por pessoa
 - “Informações Adicionais Sobre Os Direitos” – para o Comité (opcional)
- ▶ Para esta atividade, irá precisar de um espaço onde os 3 grupos possam trabalhar de forma independente e um espaço que permita ter todos juntos, para a encenação da audiência.

Instruções

Introdução (opcional):

1. Passe em revisão os princípios básicos dos Direitos Humanos, ou peça que recordem o que sabem sobre o tema. Use a informação da página 39 como ponto de partida.

2. Faça um rápido levantamento do grau de conhecimento do grupo em relação ao direito à habitação:
 - ▶ Questione sobre o porquê de a habitação ser considerada uma necessidade humana básica (um direito humano) e que consequências podem derivar do facto não se ter uma habitação adequada (ou não ter de todo).
 - ▶ Questione se acham que, no seu país, está assegurado o direito à habitação para as várias comunidades étnicas.
 - ▶ Debata o significado “discriminação” perguntando o que acham que comprova que um grupo está a ser alvo de discriminação em relação à habitação?

Poderá usar a tabela da página 112 para estabelecer uma comparação entre as condições de habitação das comunidades ciganas e não ciganas.

Atividade principal:

3. Explique que a atividade consiste na simulação de uma audiência perante o Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS), sobre acampamentos ciganos em Itália. A situação é baseada num caso real.
4. Distribua cópias de “Os Artigos” (página 110) e leia a informação em conjunto com os/as participantes. Certifique-se de que todos/as compreendem os deveres do governo no que diz respeito ao direito à habitação e que compreendem o conceito de discriminação (consulte a página 111 para mais informação).

DICAS:

Se os/as participantes não estiverem familiarizados com a Carta Social Europeia (CSE) e com o Pacto Social Europeu (PSE), use a informação abaixo para os enquadrar.

A CSE é um tratado do Conselho da Europa que protege os direitos e liberdades sociais e económicos – tais como a ausência de pobreza, o direito à saúde e o direito à habitação. Ao contrário da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), não existe um tribunal para deliberar sobre potenciais violações da Carta Social. Neste caso, o Comité Social analisa os relatórios dos governos e emite “Conclusões” em matéria de conformidade com a Carta.

Muitos governos europeus aplicam o mecanismo legal de “queixa coletiva” através do qual determinadas organizações podem apresentar uma petição coletiva ao Comité.

O caso discutido nesta atividade é baseado num caso real de uma queixa apresentada pelo Centro Europeu dos Direitos dos Ciganos, ao abrigo deste mecanismo.

5. Explique como a audiência irá decorrer:

Ordem dos acontecimentos:

Passo 1: Os/as residentes ciganos/as expõem a sua argumentação (5 min.)

Passo 2: Representantes do governo apresentam a sua argumentação (5 min.)

Passo 3: Membros do ECSR fazem perguntas aos/às representantes ciganos/as (10 min.)

Passo 4: Os membros do ECSR fazem perguntas aos/às representantes do Governo (10 minutos)

Passo 5 (opcional): Argumentação final de cada uma das partes

Passo 6 (opcional): Tempo para os membros do ECSR discutirem as suas conclusões. Os outros grupos poderão usar este tempo para refletir sobre como correu a audiência.

Passo 7: Votação pelos membros do ECSR (votação em separado para cada um dos 4 princípios)

6. Divida os participantes em 3 grupos iguais: representantes ciganos/as, representantes do Governo italiano e representantes do Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS). Dê aos/às participantes 30 minutos para se prepararem para a audiência: devem analisar os personagens, eleger os porta-vozes e certificar-se de que estes estão bem preparados para fazer a apresentação dos argumentos na audiência.
7. Entregue os cartões com os personagens a cada grupo. O grupo CEDS também deverá receber a "Informação Adicional Sobre os Direitos".
8. Dê aos grupos tempo para ler os seus papeis. A seguir, verifique que todos compreenderam bem o que é suposto fazerem e lembre-os do tempo de que dispõem para se preparar para a audiência.
9. Após cerca de 30 minutos, reúna todos novamente e dê início à audiência. Relembre-os da ordem dos passos (ver ponto 5 acima).

DICAS:

- ▶ Será necessário ter alguém a presidir a audiência: pode ser o próprio facilitador a desempenhar este papel, ou alternativamente, pode convidar os participantes a voluntariarem-se para esta função.
- ▶ Informe os/as participantes de que, quando o Comité dirige uma pergunta a um grupo, qualquer pessoa desse grupo pode responder.
- ▶ Lembre-os/as de que, para falar, tem de ser o presidente a dar a palavra. Recomende que façam intervenções sucintas durante o período de interrogatório. Pode inclusivamente estipular um limite de tempo (1 minuto).

10. Terminada a fase de argumentação, os membros do Comité deverão passar à fase de votação e chegar a um veredicto. Ou seja, decidir sobre se houve violação de cada um dos 4 princípios. Nesta etapa, o/a facilitador/a poder convidar os membros do comité a exporem

brevemente as razões do veredicto. É importante, contudo, não permitir essa exposição despolete o reinício do debate.

11. O/a facilitador/a deve, por fim, apresentar um breve resumo daquilo que foi a decisão do Comité no caso real, em que se comprovou haver, de facto, violação dos 4 princípios (para mais detalhes, consultar a página 113).

Debriefing

Comece por tirar todos do personagem. Cada pessoa pode, por exemplo, dizer o nome e partilhar uma coisa sobre si mesmo. Abaixo apresentam-se algumas das perguntas que pode aplicar na reflexão conjunta sobre a atividade

Questões gerais sobre a atividade

- ▶ O que achou desta atividade? Diga o que gostou e o que não gostou.
- ▶ Foi fácil desempenhar o seu papel? O que foi fácil e o que foi difícil?
- ▶ Ficou surpreendido/a com alguma informação sobre os problemas vividos pela comunidade cigana?
- ▶ Acha que existem problemas semelhantes no seu país?
- ▶ O que achou da decisão final: como teria votado?

Perguntas sobre os direitos

Se não fez a atividade introdutória, use algumas das perguntas do ponto 2 para discutir o direito à habitação

Poderá sentir necessidade de adaptar as perguntas abaixo caso tenha participantes a viver em condições difíceis.

- ▶ Na sua opinião, porque é que é tão importante ter uma habitação 'adequada'?
- ▶ Que impacto acha que teria na sua vida não ter eletricidade, água ou uma casa de banho dentro de casa?
- ▶ Acha justo que algumas crianças tenham de crescer nestas condições?

Alternativas

- ▶ A atividade pode ser organizada como uma série de sessões separadas. Se a audiência for realizada em data posterior, dará mais tempo para a preparação e a argumentação também pode ter mais tempo alocado.

Sugestões para seguimento

- ▶ Os/as participantes podem pesquisar sobre as condições habitacionais para grupos ciganos e não ciganos no seu próprio país.
- ▶ A audiência pode ser realizada como uma peça de teatro para a comunidade local ou para a escola local.

Informação Adicional

- ▶ Consulte a página 112 para algumas estatísticas sobre as condições habitacionais dos/as ciganos/as e dos/as não ciganos/as em diferentes países europeus.
- ▶ Consulte a página 113 para decisões do Comité Europeu dos Direitos Sociais relativas a este caso.

- ▶ O site do Centro Europeu dos Direitos dos Ciganos (www.errc.org) tem muita informação sobre Direito à Habitação para comunidades ciganas.

Fichas Informativas

Residentes Ciganos/as

Enquadramento

O seu acampamento tem muita gente e as condições de vida são terríveis. Tem água corrente e eletricidade, mas não é suficiente para satisfazer as necessidades de todos os que ali vivem. Não há esgotos e o acampamento está infestado de insetos e ratos.

É um acampamento ilegal em termos de localização, mas não há nenhum local autorizado nas proximidades para onde se possa mudar. Todos esses locais estão sobrelotados e não podem albergar mais ninguém. Nenhum dos habitantes do seu acampamento tem capacidade para pagar uma renda de aluguer num local privado e todos foram informados de que não há habitação social disponível.

O seu medo é que o acampamento receba ordem de despejo. Acampamentos vizinhos ilegais foram despejados recentemente e a experiência foi assustadora e violenta para os/as residentes. A polícia chegou a meio da noite e aqueles/as que tentaram resistir foram tratados de forma muito agressiva. Algumas pessoas foram feridas. Não lhes foi dada nenhuma alternativa de local para se mudarem, ou foi-lhes dada indicação de locais "autorizados", mas já sobrelotados.

A sua tarefa

Tem de provar ao Comité Social Europeu que o seu direito à habitação não está a ser respeitado.

1. Discuta como as informações acima podem ser usadas para apoiar a sua reivindicação. Considere os 3 deveres que constam do Artigo 31.º e o dever do Artigo E, e prepare argumentos para demonstrar como estes deveres estarão a ser violados.
 - ▶ Para o Artigo E (não discriminação) deverá ter em conta se os/as ciganos/as são mais desfavorecidos/as do que outros grupos nas áreas relevantes.
2. Decida quantas pessoas irão falar em nome do grupo. Na audiência, terá um total de 5 minutos para apresentar o caso. Após as apresentações, o Comité fará perguntas ao grupo. Todos devem estar prontos para responder a quaisquer perguntas.

O Governo

Enquadramento

Na sua opinião, o Governo não violou o direito à habitação. A queixa refere-se a um acampamento em local não autorizado e os/as ciganos/as não deveriam estar ali a viver. Este tipo de locais tem de ser encerrado, o que significa despejar os/as residentes.

Pela sua parte, já autorizou uma série de acampamentos ciganos e esses locais receberam condições básicas para habitação. As condições são satisfatórias e os/as residentes podem mudar-se para estes locais. Grupos ciganos queixam-se que esses locais estão sobrelotados e que não podem acomodar nenhum/a residente novo/a, mas a seu ver, isso não é da sua responsabilidade.

Na sua opinião, o Comité e os/as residentes ciganos/as têm de compreender que o Governo lida com muitas exigências diferentes de todos os setores da sociedade. Não é financeiramente possível satisfazer todas as exigências de imediato.

A sua tarefa

O seu objetivo é demonstrar que fez tudo o era possível para respeitar o direito dos/as residentes ciganos/as à habitação.

1. Discuta como se pode usar a informação acima para apoiar a sua posição. Os/as residentes ciganos/as apresentarão argumentos para o acusar de não respeitar os 3 deveres contidos no Artigo 31.º e o dever expresso no Artigo E. Como tal, terá de preparar contra-argumentos e dar evidência de como está a cumprir tais deveres.
 - ▶ Para o Artigo E (não discriminação) deve considerar se os/as ciganos/as são mais desfavorecidos/as que outros grupos nas áreas relevantes.
2. Decida quantas pessoas irão falar em nome do Governo. Na audiência, dispõe de um total de 5 minutos para apresentar o seu caso. Após as apresentações, o Comité fará perguntas ao grupo. Todos devem estar prontos para responder a quaisquer perguntas.

Comité Europeu dos Direitos Sociais

Enquadramento

Os grupos ciganos referem que os locais não autorizados são insalubres, sem condições para viver. Por exemplo, não há água corrente, nem eletricidade suficiente para todos. Têm medo de ser despejados, eventualmente de forma violenta e não têm mais para onde ir. O governo não lhes deu habitação alternativa, não podem pagar um arrendamento privado e todos os locais autorizados já estão completamente sobrelotados.

O Governo diz ter providenciado locais autorizados para os/as ciganos/as se poderem instalar, onde as necessidades básicas estão asseguradas. Existe o propósito de despejar todos os acampamentos não autorizados e foi transmitido aos residentes que devem encontrar alojamento alternativo. O Governo afirma não poder oferecer habitação social a todos devido a restrições orçamentais.

O seu papel

Na audiência, cabe-lhe ouvir os argumentos de ambos os lados e decidir se terá havido violação dos direitos.

- ▶ Há 3 princípios distintos no artigo 31.º e um princípio comum no artigo E. No final, deverá votar sobre cada princípio separadamente.
- ▶ Para o Artigo E (não discriminação), deve considerar se os/as ciganos/as são mais desfavorecidas em relação a outros grupos sociais ou étnicos que diz respeito à habitação.

A sua tarefa antes da audiência

1. Use o tempo de preparação para discutir a informação sobre o Direito à Habitação e para pensar sobre as perguntas que irá fazer.
2. Faça uma lista das perguntas mais importantes e decida quem as fará. Lembre-se que terá apenas 10 minutos para questionar cada lado.

Os Artigos

Adaptado da Carta Social Europeia Revista

Artigo 31.º – Direito à Habitação

Com vista a assegurar o exercício efetivo do direito à habitação, as Partes comprometem-se a tomar medidas destinadas a:

- 1) Favorecer o acesso à habitação de nível suficiente;
- 2) Prevenir e reduzir o estado de sem-abrigo, com vista à sua eliminação progressiva;
- 3) Tornar o preço da habitação acessível às pessoas que não disponham de recursos suficientes.

Artigo E – Não discriminação

Certifique-se de que todos os direitos da Carta, *incluindo* os acima mencionados, são respeitados sem discriminação.

Informação adicional sobre os direitos

Direito à habitação (Artigo 31.º)

- ▶ O artigo 31.1 garante o acesso a habitação de nível suficiente. Devendo por tal entender-se “*uma habitação que seja estruturalmente segura, incluindo de um ponto de vista sanitário e de saúde, não sobrelotada, cujo título de ocupação tenha suporte legal*”.
- ▶ O abrigo temporário não é considerado *suficiente* no âmbito da CSE: as pessoas devem ter acesso a uma habitação decente “*dentro de um período razoável*”.
- ▶ Devem ser disponibilizadas alternativas de alojamento e o Governo “deve tomar as medidas necessárias para providenciar habitação social nova”.
- ▶ Assegurar acesso a habitação social a grupos desfavorecidos – este ponto pode ser uma prioridade (ver a informação sobre discriminação abaixo).
- ▶ Quaisquer despejos devem ser justificados, devem estar de acordo com a lei e devem ser “*levados a cabo em condições que respeitem a dignidade das pessoas em causa*”.

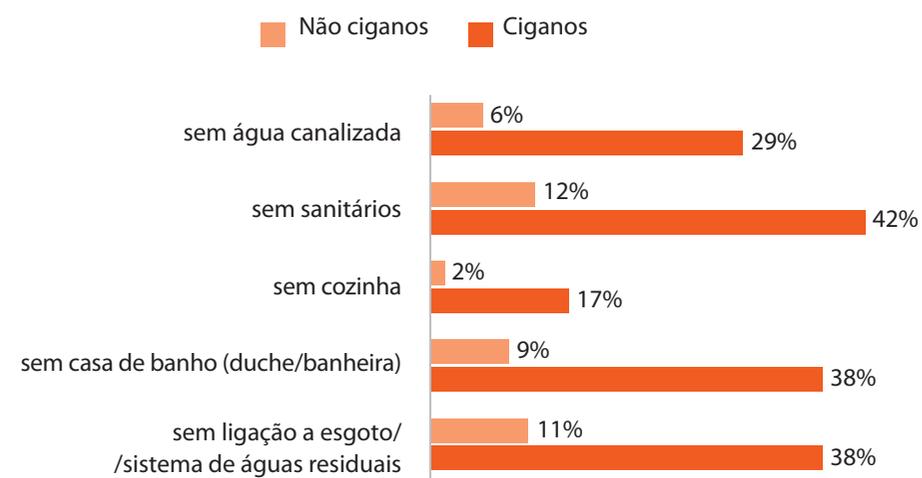
Não-discriminação (Artigo E)

“... um dos princípios subjacentes aos direitos sociais protegidos pela Carta é o da solidariedade e a inclusão social” (do ERRC vs. Grécia, queixa n.º 15/2003).

- ▶ A não-discriminação significa que os Estados devem “respeitar a diferença” e garantir que os acordos sociais não são passíveis de gerar situações de exclusão social.
- ▶ A “igualdade de tratamento” também significa que não deve haver discriminação indireta. Isto significa que o Governo deve ter em conta eventuais diferenças relevantes entre a comunidade cigana e outros grupos sociais. Poderá ser necessário adotar políticas específicas para a comunidade cigana no sentido de evitar situações de desalojamento.

Lares, habitação e Direitos Humanos

Condições de alojamento para ciganos e não ciganos



Notas⁴:

- ▶ Os números no gráfico referem-se à percentagem de respostas dentro de cada segmento. Por exemplo:
 - 6% dos não ciganos/as inquiridos/as responderem não ter água canalizada dentro da casa
 - 29% dos/as ciganos/as inquiridos/as referiram não ter água canalizada dentro de casa.
- ▶ O inquérito foi realizado na Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Hungria, Croácia, República Checa, República da Moldávia, Montenegro, “antiga República Jugoslava da Macedónia”, Roménia, Sérvia e Eslováquia.
- ▶ No entanto, problemas desta natureza existem em toda a Europa. Foram realizados despejos de zonas de habitação cigana em países como França, Portugal, Reino Unido, Grécia, Suécia, Noruega e muitos outros. As condições habitacionais dos/as ciganos/as, mesmo quando não se verificam despejos, são, em média, notavelmente piores do que as existentes para a população não cigana. Isto indica uma discriminação subjacente contra a população cigana.

Conclusões do Comité

Centro Europeu dos Direitos dos Ciganos vs. Itália⁵

A informação que se segue diz respeito ao caso retratado na atividade e é retirada da “Decisão quanto ao Mérito”, do Comité. Note-se que, para cada ponto, foi requerido ao Governo Italiano que apresentasse prova do cumprimento das suas obrigações nos termos da Carta. Por esse motivo, cada uma das conclusões do Comité inclui a expressão “A Itália não demonstrou...”.

Promover o acesso a habitação adequada

O Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS) deliberou existir violação do artigo 31.1 juntamente com o artigo E (não discriminação).

O Governo não conseguiu fazer prova de ter tomado as medidas adequadas para assegurar que os/as ciganos/as teriam acesso a habitação em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer as suas necessidades particulares.

Despejos

O CEDS considerou haver violação do artigo 31.2 e do artigo E.

O Governo não conseguiu demonstrar terem os despejos sido efetuados dentro do garante jurídico adequado, ou necessário. Mais, não conseguiu demonstrar não ter havido violência injustificada contra a comunidade cigana. Tão pouco não conseguiu demonstrar terem sido disponibilizadas acomodações alternativas.

Falta de habitações permanentes

O CEDS considerou ter havido violação dos artigos 31.1 e 31.3, assim como do artigo E.

O Governo não conseguiu demonstrar ser o direito dos/as ciganos/as à habitação social “efetivo na prática”. Não demonstrou serem os critérios utilizados para a atribuição de habitação isentos de discriminação.

Discriminação

O ECSR encontrou uma violação do Artigo E (não discriminação) em cada um dos casos acima. A população cigana foi discriminada em todos os aspetos do seu direito à habitação.

“O Comité relembra que o princípio da não discriminação no Artigo E, considera também a discriminação indireta. A incapacidade do governo de tomar em consideração o enquadramento diferente dos/as ciganos/as, ou de introduzir medidas especificamente destinadas a melhorar as suas condições de habitação, incluindo a possibilidade de acesso efetivo a habitação social, constitui evidência de violação do Artigo 31.1 e 3, assim como do Artigo E⁶.”

4. Pesquisa realizada pela Agência dos Direitos Fundamentais (FRA) em 2010, em 7 estados membros da UE. Acessível em: <https://fra.europa.eu/en/survey/2012/roma-pilot-survey>.

5. ERRC vs. Itália, Queixa coletiva n.º 27/2004, Decisão quanto ao mérito, 7 dez. 2005.

6. *Ibid.*



Esculturas humanas

Sumário

Trata-se de exercício criativo de partida para um trabalho de grupo. Os/as participantes usam a escultura para examinar alguns dos obstáculos que os/as jovens enfrentam e explorar possíveis soluções.

Duração:	60 minutos (mínimo)	Conceitos-chave Direitos Humanos · Jovens Desvantagem Social · · Discriminação · Pobreza Empoderamento
Complexidade:	Nível 1	
Dimensão:	Máximo 20	

Objetivos

- ▶ Olhar para algumas das preocupações relativas aos Direitos Humanos que as/os jovens enfrentam, particularmente jovens ciganos/as
- ▶ Examinar as causas da desigualdade e da discriminação
- ▶ Encontrar formas de abordar algumas destas preocupações

Preparação

- ▶ Peça a cada participante para trazer de casa, pelo menos 2 coisas que já não usem. Podem ser objetos para deitar fora, ou reciclados, como garrafas de plástico, papelão, jornal, caixas de cartão, sacos plásticos, latas, etc.
- ▶ Certifique-se que também leva consigo uma seleção de itens para adicionar aos que forem trazidos pelos participantes.
- ▶ Fica-cola/fita de pintor em quantidade
- ▶ Papel de *flipchart* e cartolinas
- ▶ Marcadores, canetas coloridas

Instruções

1. Pergunte aos/às participantes o que entendem por Direitos Humanos. Certifique-se de que todos estão familiarizados com o conceito fundamental dos Direitos Humanos e faça uma revisão geral de algumas das ideias chave. Se necessário, pode usar a informação do capítulo dedicado aos Direitos Humanos.

DICA:

- ▶ Se tiver tempo, faça uma atividade introdutória para os/as familiarizar com o conceito de Direitos Humanos. Poderá usar a atividade "Representa o teu papel", ou "Desenha-me uma palavra" do *Compass* (www.coe.int/compass); ou "Advertising Human Rights" (Fazer um anúncio sobre Direitos Humanos [tradução livre]), "Red Alert" (Alerta Vermelho [tradução livre]) ou "What If?" (E Se? [tradução livre]) do *Compasito* (www.coe.int/compass).

2. Promova uma breve discussão sobre quais os direitos dos/as jovens que os/as participantes acham que são mais frequentemente violados. Quais os direitos que acham que são mais frequentemente violados em relação aos/às jovens ciganos/as?
3. Divida os participantes em grupos de cerca de 4 a 5 pessoas e distribua os objetos pelos grupos. Certifique-se de que há pelo menos 2 objetos por pessoa em cada grupo. Os grupos devem ter ainda papel, canetas e fita adesiva ou fita de pintor.
4. Alerta os/as participantes para a condição de, na primeira parte da atividade, não podem falar. Informe-os/as de que dispõem de 15 a 20 minutos para criar uma *persona* com os objetos que receberam. Todos os objetos devem ser usados e a escultura final deve representar uma pessoa jovem que esteja a passar por uma situação de severa privação dos seus Direitos Humanos.

DICAS:

- ▶ Se quiser garantir que alguns dos grupos se focam nos/as jovens ciganos/as, pode especificar que a escultura deve representar um membro de uma minoria étnica do país, ou mesmo um/a jovem cigano/a.
- ▶ Assegure-se de que os/as participantes não discutem ideias entre si nesta fase. Informe-os/as de que a discussão virá mais tarde e que, naquele momento, são artistas a trabalhar em silêncio.

5. Quando os grupos tiverem terminado as suas esculturas, diga-lhes que podem então falar uns com os outros. Devem agora discutir o/a 'jovem' que criaram e chegar a conclusões comuns sobre algumas das suas características-chave. Deverão nomear um/a porta-voz para falar em nome do/a jovem representado/a.
6. Escreva as seguintes perguntas no *flipchart* para orientar as discussões dos grupos:

Sobre a *persona* que criaram

- ▶ Como se chama?
- ▶ Que idade tem?
- ▶ Onde mora?
- ▶ Quem são os seus amigos, família ou conhecidos?
- ▶ Quais dos seus direitos estão a ser violados?
- ▶ Como é que isto aconteceu? Como é que esta pessoa acabou a sofrer desta maneira?
- ▶ Quais são os seus sonhos, esperanças, medos?
- ▶ Acrescente qualquer outra coisa importante sobre o/a seu/sua jovem...

7. Quando os grupos estiverem prontos, organize todas as esculturas para que possam ser vistas por todos. Mostre cada escultura alternadamente e convide os grupos a fazer perguntas ao/à “jovem” (escultura) para tentarem adivinhar de quem se trata e quais os direitos de que estão a ser privados. Um/a representante do grupo que criou a escultura deve falar em nome do/a jovem representado/a.
8. Quando os grupos tiverem estabelecido alguns dos fatos chave, peça-lhes que apresentem sugestões sobre como a/o jovem representado/a na escultura pode mudar as circunstâncias e melhorar as suas perspetivas de vida. Escreva as sugestões num *flipchart*.
9. Repita esta dinâmica para todas as esculturas. Adicione à lista todas as soluções novas que forem surgindo e tome nota também de todas as sugestões que sejam comuns a várias esculturas.
10. Opcional: depois de apresentadas todas as esculturas e mediante a lista de soluções elaborada, os/as porta-vozes devem voltar aos seus grupos e cada grupo deve seleccionar as soluções mais adequadas à sua persona. Podem ainda acrescentar outras soluções. Indique então que devem agora fazer alterações à sua escultura de forma a ilustrar a sua escolha de solução. Por exemplo, incluindo um cartaz, ou acrescentando elementos extra ao desenho original.

Debriefing

Use o momento do *debriefing* e avaliação para dinamizar uma discussão sobre ações práticas que o grupo poderá empreender para fazer face às violações habitualmente experienciadas pelos/as jovens ciganos/as.

- ▶ Como decidiu que *persona* representar na sua escultura? Foi fácil chegar a um acordo no seu grupo?
- ▶ A sua escolha foi baseada mais na sua experiência pessoal, ou no seu conhecimento geral sobre o problema no país como um todo (ou na Europa)?
- ▶ Quais as causas para os/as jovens acabarem numa situação como esta? No seu entender, qual a razão para os/as jovens ciganos/as serem particularmente vulneráveis?

DICAS:

- ▶ Se estiver a fazer este exercício para uma ação a planear pelo grupo, escreva no *flipchart*, a lista das razões. Se mencionarem razões gerais, como por exemplo, o desemprego, encoraje-os a refletir sobre o porquê de haver uma maior probabilidade de desemprego no seio da comunidade cigana do que noutros grupos.
- ▶ Escreva as razões no lado esquerdo e deixe espaço no lado direito para as soluções, ou ações que podem desenvolver.

- ▶ Acha que as soluções que encontrou para os casos representados nas esculturas são realistas? Porque sim ou porque não?
- ▶ De que forma acham que outras pessoas, ou vocês próprios, poderão contribuir para melhorar a situação das/os jovens que se veem privados dos seus direitos?

DICAS:

- ▶ Esta pergunta será a base da discussão sobre a forma de agir. Escreva as sugestões do grupo no lado direito do *flipchart*.
- ▶ Encoraje-os a pensar no que poderão fazer, não só para resolver casos particulares, mas para atacar o problema como um todo. Por exemplo, encontrando formas de criar pressão política, ou fazendo campanhas públicas de sensibilização para as desigualdades enfrentadas pelas pessoas da comunidade cigana.

Alternativas

Como alternativa à escultura, a atividade pode ser feita com desenho, ou colagem.

Sugestões para o seguimento

Use a próxima sessão para explorar as sugestões que ficaram no *flipchart* depois do *debriefing*.

- ▶ Pergunte aos/às participantes qual das sugestões poderia ser implementada pelo grupo. Marque as que parecem viáveis.
- ▶ Discuta estas sugestões e tente chegar a um consenso sobre uma que o grupo gostasse de levar adiante.
- ▶ Use o guia de planeamento na secção ‘Quatro passos para a ação’ para seguir o passo a passo até à ação.
- ▶ Depois é avançar! Não se esqueça de fazer o balanço após da ação ter sido posta em prática.

Mais informações

- ▶ Ver as informações de base sobre Direitos das crianças (página 135) e sobre Direitos Humanos (páginas 39-47).
- ▶ Os testemunhos na página 156 descrevem a experiência de três jovens ciganos nos seus encontros com a polícia.



Bingo cigano

Sumário

Trata-se de uma atividade de *quiz*, com perguntas e respostas sobre o povo cigano. Os participantes devem trabalhar em equipas pequenas e testar os seus conhecimentos sobre o tema.

Duração:	60 minutos (mínimo)	Conceitos-chave História do povo cigano · Minorias Discriminação · Direitos Humanos Cultura Cigana · Identidade · História
Complexidade:	Nível 1	
Dimensão:	10-30 participantes	

Objetivos

- ▶ Sensibilizar a população cigana para os seus direitos
- ▶ Perceber de onde surgiu a imagem que as pessoas têm dos/as ciganos/as
- ▶ Incentivar a pesquisa sobre tópicos que afetam a comunidade cigana.

Preparação

Faça um cartão de 'Bingo' para cada grupo (cerca de 5-6 pessoas), desenhando uma tabela com 4 colunas e 4 filas numa folha A4 (imagem abaixo). Numere as células da tabela, conforme o exemplo

1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16

Instruções

1. Informe os/as participantes de que irão participar num questionário para testar seus conhecimentos sobre o povo cigano. Divida-os em equipas de cerca de 5 a 6 pessoas e entregue um cartão de bingo a cada grupo.
2. Explique então que as regras da atividade são semelhantes às do tradicional jogo BINGO (caso os participantes conheçam o jogo). Leia as regras (página 120) e certifique-se de que todos as compreendem.

3. Dê início ao jogo com o questionário. Pode fazer as perguntas fora de ordem para tornar o preenchimento da tabela do bingo mais interessante!
4. No final, forneça as respostas corretas para eventuais perguntas que não tenham saído (ver páginas 122-123 para respostas). Em seguida, reúna todo o grupo para o *debriefing*.

Debriefing

- ▶ Ficou surpreendido com o quanto sabia e/ou não sabia sobre o povo cigano?
- ▶ Quais foram as perguntas mais difíceis?
- ▶ Quais as questões mais controversas no seu grupo? Como resolveu a discordância?
- ▶ Alguma das respostas o surpreendeu? Porquê?
- ▶ Acha que esta informação é importante? Porque sim, porque não?

DICAS:

- ▶ Adicionalmente, poderá explorar algumas das perguntas que tenham tido muitas respostas erradas, aprofundando a informação que terá estado na base dessas respostas, ou o porquê de não saberem a correta.
- ▶ Casa alguém tenha errado a última pergunta (rasteira), use a informação de apoio sobre racismo e discriminação (páginas 49-51). Pode também consultar o capítulo introdutório sobre "Anticiganismo" (páginas 24-37).

Alternativas

- ▶ As pessoas fazerem o jogo individualmente em vez de em equipa. Também poderá distribuir cópias das perguntas a cada participante e permitir que cada um trabalhe ao seu próprio ritmo. Desta forma terão mais tempo para ponderar as respostas.

Sugestões para o seguimento

- ▶ Sugira que os/as participantes trabalhem em grupo ou individualmente para elaborar uma lista de outras questões que possam ter sobre o povo cigano, ou coisas que gostariam de saber. As questões poderão ser submetidas anonimamente, para que as pessoas não inibam de fazer perguntas controversas.
- ▶ Depois de ter a lista de perguntas, analise quantas poderão ser respondidas por outras pessoas no grupo. Para esta dinâmica pode usar o modelo do "aquário", tal como na atividade "Vamos falar de sexo!" do *Compass* (www.coe.int/compass). Qualquer pergunta que não possa ser respondida por outros participantes pode ser pesquisada pelo grupo como um todo.

Informação Adicional

- ▶ Use a informação de apoio 'Respostas ao Quiz sobre o Povo Cigano' nas páginas 122-123. Deverá ainda remeter para as tabelas das páginas 173-175 ("Estimativa da população cigana na Europa") para encontrar as respostas às perguntas 7 e 8.

Material de apoio

Regras do Jogo

- ▶ Esta atividade é uma variante do jogo Bingo: para ganhar é necessário acertar preencher uma linha, ou coluna completa com respostas certas.
- ▶ As perguntas são lidas uma a uma e terá apenas um curto espaço de tempo para discutir a resposta no seu grupo. Certifique-se que os outros grupos não ouvem a discussão do seu grupo!
- ▶ Escreva a sua resposta acordada no quadrado correspondente à pergunta. Caso não haja unanimidade no grupo, faça uma votação rápida.
- ▶ Assim que tiver uma linha ou coluna totalmente preenchida, grite "BINGO!". O jogo será interrompido para verificar as suas respostas.
 - Se todas as respostas estiverem corretas, você é o vencedor dessa ronda e a sua equipa ganha 100 pontos!
 - Se alguma das respostas estiver incorreta, perde 100 pontos.
- ▶ Depois de um BINGO, o jogo continua e o resto das perguntas são lidas. Todos os grupos continuam a responder às perguntas, mesmo aqueles que já perderam pontos através de um BINGO incorreto.
- ▶ Pode gritar BINGO quantas vezes quiser, mas apenas para novas linhas ou colunas. Isto é, a partir do momento que alguém grite "bingo" para uma dada linha ou coluna, mais ninguém poderá preencher essa mesma linha/coluna).

Perguntas

1. Quando é que o povo cigano chegou à Europa pela primeira vez?
2. De onde veio originalmente?
3. Dê um exemplo de discriminação histórica contra os ciganos (no seu país ou na Europa).
4. Indique o nome de uma personalidade cigana famosa.
5. Cite uma obra de arte, música, literatura ou outra realização cultural de um artista cigano.
6. Dê um exemplo atual de discriminação comum contra os/as ciganos/as (no seu país ou na Europa).
7. Quantos ciganos/as existem no seu país?
8. Que percentagem da população deste país é cigana?
9. Indique uma organização que trabalhe em prol dos direitos dos/as ciganos/as.
10. Dê um exemplo de uma causa de sucesso na luta pelos direitos dos/as ciganos/as.
11. Quantos ciganos/as existem na Europa?
12. Que percentagem da população europeia total é cigana?
13. Quantos ciganos/as se estima que tenham morrido em consequência do Holocausto (na Europa como um todo)?
14. Que percentagem da população cigana total se pensa ter morrido como resultado do Holocausto (na Europa como um todo)?
15. Diga dois países, além da Alemanha, nos quais a autoridade local tenha participado no Genocídio contra o povo cigano.
16. Qual destes é o teste mais fiável para saber se alguém é cigano? (PERGUNTA COM RAS-TEIRA!)
 - ▶ Nome/Apelido?
 - ▶ Código genético?
 - ▶ Estilo de vida?
 - ▶ O que gosta/não gosta?

Respostas do Bingo Cigano

1. Quando é que o povo cigano chegou à Europa pela primeira vez?

Estima-se que tenha chegado por volta do século XII. Existem registos fidedignos de assentamentos de ciganos e de ciganas na Europa por volta do ano de 1400.

Considere correta qualquer resposta dentro do período 1100-1400.

2. De onde veio originalmente? Da Índia

3. Dê um exemplo de discriminação histórica contra o povo cigano (no seu país ou na Europa).

Há várias respostas possíveis. Dê os seguintes exemplos caso os participantes não consigam responder: escravidão na Roménia, esterilização forçada na Eslováquia (e em outros lugares), a Grande Razia “Cigana” na Espanha, expulsões, deslocação de crianças, linchamentos ou operações oficiais de “limpeza”, casamentos proibidos, detenção ou prisão arbitrária – em quase todos os países europeus a partir do século XIV (e, em alguns casos, até aos dias de hoje). As numerosas violações durante o Holocausto também poderiam ser mencionadas. (Ver página 61 para mais informação).

4. Indique o nome de uma personalidade cigana famosa.

Inúmeras respostas possíveis. Pode consultar o site www.imninalu.net/famousGypsies.htm e a atividade “Lutadores pelos Direitos do Povo Cigano” para alguns exemplos.

5. Cite uma obra de arte, música, literatura ou outra realização cultural de um/a artista cigano/a.

Existe um vasto número de respostas corretas possíveis. Pode consultar as fontes sugeridas na pergunta anterior para algumas referências. Aceite também como respostas certas, as músicas de Django Reinhard, atuações do bailarino Joaquín Cortés, filmes com Bob Hoskins, e assim por diante.

6. Dê um exemplo atual de discriminação comum contra os/as ciganos/as (no seu país ou na Europa).

Existem muitos exemplos possíveis, em variadíssimos domínios: saúde, educação, emprego, tratamento por parte da polícia ou de agentes de autoridade, habitação, etc. Tente que os/as participantes especifiquem a discriminação em si e não refiram apenas a grande área em que se insere (por exemplo, “saúde”).

7. Quantos pessoas ciganas existem no seu país?

Consulte a tabela nas páginas 173-175. Informe os/as participantes antecipadamente sobre a margem de erro para considerar a resposta correta. Por exemplo, até 50.000 de diferença para o número correto.

8. Que percentagem da população deste país é cigana?

Consulte a tabela nas páginas 173-175. Se os participantes tiverem dificuldade com percentagens, pergunte em cada 100 pessoas, quantos são ciganos/as, seguindo a tabela:

- ▶ 1% é 1 pessoa em cada cem.
- ▶ 0,1% é 0,1 pessoas em cada cem (ou 1 pessoa em cada mil).
- ▶ 0,01% é 0,01 pessoas em cada cem (ou 1 pessoa em cada dez mil).

9. Indique uma organização que trabalhe em prol dos direitos dos/as ciganos/as.

Existem várias respostas possíveis. A nível europeu, exemplos incluem o Centro Europeu dos Direitos das Pessoas Ciganas (CEDC), o European Roma Information Office, o Fórum Europeu dos Ciganos e Travellers (ERTF). Estão incluídas também organizações que trabalhem sobre os Direitos Humanos de uma maneira geral, tais como o Conselho da Europa, Amnistia Internacional, European Network Against Racism, Minority Rights Group International, etc. Para informação sobre algumas organizações locais de ciganos/as, consulte o site www.errc.org/cikk.php?cikk=3583.

10. Dê um exemplo de uma causa de sucesso na luta pelos direitos do povo cigano.

Existem várias respostas possíveis. Exemplos incluem: a campanha pelo reconhecimento do genocídio dos ciganos e processos no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (por exemplo, contra a esterilização das mulheres ciganas e a educação segregada). Pode também ter exemplos locais tais como uma campanha para prevenir o despejo, ou para acabar com a discriminação no local de trabalho.

11. Quantos/as ciganos/as existem na Europa?

Aproximadamente 6 milhões na União Europeia; aproximadamente 11 milhões nos Estados membros do Conselho da Europa. É importante deixar claro sobre que “Europa” incide a pergunta. Aceite como correto qualquer resposta dentro de uma margem de erro de 1 milhão.

12. Que percentagem da população europeia total é cigana?

Aproximadamente 1%. Aceite como correto qualquer coisa abaixo de 5%.

13. Quantas pessoas ciganas se estima que tenham morrido em consequência do Holocausto (na Europa como um todo)?

As estimativas mais baixas são cerca de 0,5 milhões de pessoas. As estimativas mais altas são três vezes superiores: 1,5 milhões. Aceite como correta as respostas dentro deste intervalo.

14. Que percentagem da população cigana total se pensa ter morrido como resultado do Holocausto (na Europa como um todo)?

As estimativas variam de cerca de 30% a 80%, com as estimativas mais elevadas a serem mais amplamente aceites. Aceitar como correta qualquer resposta entre 50% e 80%. Aqui, mais uma vez, pode fazer a pergunta de forma alternativa, perguntando quantos ciganos morreram em cada cem. Esclareça que 50% são 50 pessoas em cada 100.

15. Diga dois países, além da Alemanha, onde as autoridades locais participaram do Genocídio contra os ciganos.

Quase todos os países que foram ocupados pela Alemanha ou aliados com o regime nazi participaram do Genocídio, por exemplo, Polónia, Hungria, Croácia, Roménia, Áustria, etc. Consulte o “Direito de Lembrar” para mais detalhes sobre como as autoridades locais facilitaram o Genocídio em diferentes países (www.coe.int/youth/roma).

16. Qual deste é o teste mais fiável para saber se alguém é cigano/a (...)?

A resposta correta é que nenhuma das características apresentadas é um “teste” fiável. O único teste realmente fidedigno é o de alguém se autoidentificar como cigano/a. Não existem características físicas comuns, mesmo a nível genético, que sejam partilhadas por todos os/as ciganos/as e exclusivas deste povo. O mesmo é válido para os “gostos” e para o “estilo de vida”. Embora um nome de família cigana possa indicar que um dos antepassados de uma pessoa terá sido cigano, se essa pessoa é, ou não, cigana está muito mais dependente do que ela se considera ser. Da mesma forma, alguém com um sobrenome “não cigano” pode facilmente considerar-se cigano.



Autocolantes criativos

Sumário

Os participantes desenham um conjunto de etiquetas autocolantes que representam pontos de vista dos/as ciganos/as sobre problemas-chave. Estes autocolantes são usados depois para discutir sobre aspetos da identidade cigana e preconceitos comuns.

Duração:	90 minutos (ou menos com menos autocolantes)	Conceitos-chave Identidade · Preconceito Racismo · Discriminação · Estereótipos Casa · Educação · Trabalho · Religião
Complexidade:	Nível 1	
Dimensão:	Mais de 12	

Objetivos

- ▶ Analisar os estereótipos em torno da comunidade cigana
- ▶ Aprofundar a compreensão em relação a determinados aspetos da identidade cigana
- ▶ Explorar os conceitos de racismo, discriminação e preconceito em relação aos/às ciganos/as

Materiais

- ▶ Papel A4 e canetas coloridas para cada grupo pequeno

Preparação

- ▶ Escreva as seguintes palavras num *flipchart*:

Educação, Trabalho, Família, Casa, Cultura/Identidade, Religião

Instruções

1. Apresente a brincadeira: o grupo vai colocar-se na pele de uma equipa de designers gráficos que trabalham numa agência criativa. O projeto é a criação de uma série de autocolantes que retratem as crenças culturais de diferentes nacionalidades e grupos. Para tal, os “designers” devem apresentar algumas ideias para a série: “autocolantes do povo cigano”.
2. Divida os participantes em grupos de trabalho pequenos (cerca de 4 ou 5 pessoas cada). Se tiver participantes ciganos e não ciganos, pode sugerir que sejam eles próprios a formar os grupos, de acordo com a forma se identificam a si mesmos. Isto ajudará a compreender as diferentes perceções entre ciganos/as e não-ciganos/as.
3. Distribua as folhas e as canetas coloridas e explique que os autocolantes devem ilustrar as 6 categorias escritas no *flipchart*. Dispõem de 40 minutos para criar um autocolante para cada categoria.

DICAS:

- ▶ Sugira que, para cada autocolante, e antes de partir para o “design”, cada grupo comece por fazer um *brainstorming* sobre as mensagens que querem transmitir. Poderão debater questões, como:
 - O que é que um pai cigano gostava que os seus filhos soubessem sobre educação? E sobre trabalho? E sobre a família? etc.
 - Há alguma particularidade na “mensagem cigana”?
 - Como podemos representar as ideias através de uma imagem simples?
- ▶ Relembre que os desenhos devem ser simples. Podem incluir algumas palavras se necessário, mas as peças finais devem ser pequenas e com poucos detalhes.

4. Após 40 minutos, convide os grupos a exporem os seus autocolantes à volta da sala. Dê aos participantes algum tempo para dar a volta a todos os trabalhos.
5. Reúna todos para a discussão final sobre a tarefa.

Debriefing

Dê início à discussão pedindo comentários sobre os autocolantes em exposição; use algumas das perguntas que se seguem para analisar as categorias mais a fundo.

Selecione as perguntas que mais se adequam aos participantes.

Perguntas sobre os autocolantes e sobre o trabalho em equipa:

- ▶ Selecione algumas das ‘mensagens’ representadas nos autocolantes sobre uma determinada categoria. Por exemplo, o que é os grupos acharam importante destacar em relação ao tema habitação.
- ▶ Existem temas, ou mensagens comuns aos autocolantes criados por diferentes grupos?
- ▶ Alguma destas mensagens é negativa?
- ▶ Alguém discorda destas mensagens? Na sua opinião tanto ciganos/as como não ciganos/as pensariam que as mensagens são “verdadeiras” ou importantes?
- ▶ Como escolheram o que representar nos autocolantes?
- ▶ De onde retiraram informação?
- ▶ Verificaram se a informação é fidedigna, se é verdadeira?

Perguntas sobre a identidade (cigana):

- ▶ O que sabe *realmente* sobre o povo cigano? Os/as ciganos/as são todos/as iguais?
- ▶ Na vossa opinião, qual a razão para haver tantas perceções negativas em relação ao povo cigano e o que acham que se pode fazer para as mudar.
- ▶ Quais são algumas das características positivas que conhece em relação ao povo cigano?

Perguntas sobre racismo e discriminação:

Pergunte aos/às participantes o que entendem por “racismo”, “discriminação”, “estereótipos” e “preconceito”. Consulte a secção relevante em “Termos chave”, se necessário (páginas 49-51).

- ▶ identifica crenças ou características “comuns” que sejam referidas por todos os elementos de um grupo? Há algum aspeto particular que partilhe com todos os elementos do seu grupo étnico?
- ▶ Como se sentiria se alguém se recusasse dar-lhe emprego por saber “como é a sua família” ou por “conhecer o seu tipo”?

Alternativas

- ▶ Reduzir o número de autocolantes é uma alternativa para reduzir o tempo total da atividade. Pode ainda selecionar diferentes temas, por exemplo: Entretenimento/Lazer, Profissões, Status Social, e assim por diante.
- ▶ Alternativamente, alguns grupos podem criar autocolantes para outros grupos nacionais ou étnicos, talvez o seu próprio. Isto permite comparar estereótipos entre diferentes grupos.

Sugestões para o seguimento

- ▶ Os participantes podem pesquisar sobre algumas das áreas onde os estereótipos negativos sobre os/as ciganos/as sejam comuns. O resultado da pesquisa pode depois ser apresentado sob a forma de apresentação/exposição com novos autocolantes a promover mensagens positivas.
- ▶ A atividade “Defensores dos direitos do povo cigano” fornece alguns modelos positivos, e outras listas podem ser encontradas nos *links* fornecidos na página 72.

Informação Adicional

- ▶ A informação em “Estereótipos e o Povo Cigano” (página 127) lista alguns estereótipos comuns relacionados com as categorias “autocolante” – que são, de facto, falsos.
- ▶ A informação disponibilizada sobre “Estereótipos e o Povo Cigano” explica como estes conceitos estão relacionados.

Estereótipos e o Povo Cigano

Há muitos estereótipos em relação ao povo cigano, muitos deles negativos. Políticos, comunicação social e público em geral, agem como tendo um conhecimento profundo do que é ser-se cigano. Mas o que é facto é que a maioria dos políticos, dos profissionais dos *media* e do “grande público” efetivamente não é cigana. Então, de onde vem este conhecimento exaustivo?

Na verdade, o povo cigano é um grupo culturalmente muito diverso. Começou a chegar à Europa há muitos séculos e desde então tem vivido em diferentes partes da Europa.

As pessoas de qualquer grupo étnico adaptam-se ao meio em que estão inseridas e muitas vezes assumem a prática cultural, os vícios e os valores dessas comunidades. Os/as ciganos/as na Alemanha terão muitas vezes mais semelhanças com outros povos alemães do que com os/as ciganos/as que vivem na Roménia. Mais, alguns/mas ciganos/as na Alemanha podem até ter mais em comum com um/a alemão/ã não cigano/a do que com um/a alemão/ã cigano/a. As pessoas são indivíduos e fazem as suas próprias escolhas!

O mesmo se passa com as famílias: nenhuma criança segue todas as crenças, ou características dos seus pais. Porquê assumir que as crianças ciganas seguem todas as crenças dos seus pais?

Os estereótipos podem ser úteis, e podem alertar-nos para possíveis características comuns, mas nunca devem ser considerados como um facto científico.

Alguns factos sobre as categorias de Autocolantes:

- ▶ Na Europa Oriental, a grande maioria da comunidade cigana é sedentária. Muito poucos grupos de ciganos/as têm mantido um estilo de vida nómada.
- ▶ A educação é tão importante para o povo cigano como para qualquer outro povo! No entanto, em muitos países europeus, os sistemas educativos discriminam as crianças ciganas. Por vezes os/as ciganos/as são até colocados em escolas especiais onde recebem uma educação menos boa. (Ver página 84).
- ▶ Os/as ciganos/as têm grande dificuldade em aceder a empregos devido à discriminação por parte de potenciais empregadores. Um inquérito da UE⁷ a 3.500 ciganos/as em sete países europeus revelou que 20% dos/as ciganos/as sentiram-se alvos de discriminação no emprego, ou quando procuravam trabalho.
- ▶ Não há uma religião “comum” para o povo cigano. Em determinados países, os/as ciganos/as podem ser mais propensos a acreditar na religião dominante. Por exemplo, muitos/as são católicos/as na Espanha, ortodoxos na Roménia e muçulmanos/as em áreas do sul dos Balcãs.
- ▶ Muitos/as ciganos/as têm um forte sentido da sua identidade como ciganos/as, mas mesmo esta identidade pode ser entendida de forma diferente por diferentes grupos regionais ciganos.
- ▶ Alguns/mas ciganos/as falam romani (a língua cigana), mas esta língua tem dialetos muito diferentes. Muitos/as ciganos/as nem sequer conhecem a língua cigana e falam apenas a língua do país onde estão instalados há séculos – húngaro, russo, romeno, alemão, etc.

7. http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/413-EU-MIDIS_ROMA_EN.pdf (2008)



Dá um passo em frente

Sumário

Esta é uma atividade de *role-play*/dramatização, tendo em conta algumas das dificuldades que os/as jovens ciganos/as (e outros/as jovens) enfrentam. Os/as participantes avaliam a facilidade com que conseguem levar uma vida “normal” no papel que lhes foi atribuído.

Duração:	60 minutos (versão curta)	Conceitos-chave Jovens · Direitos dos ciganos Direitos do povo cigano · · Igualdade · Sociedade Escolaridade · Deficiência · · Habitação · Emprego
Complexidade:	Nível 2	
Dimensão:	10-30 participantes	

Objetivos

- ▶ Sensibilizar para alguns dos obstáculos estruturais que inibem os/as jovens ciganos/as e outros jovens em situação desfavorecida
- ▶ Promover a empatia para com os/as ciganos/as e outros em situação desfavorecida
- ▶ Tomar consciência da importância da igualdade de oportunidades e da não discriminação

Preparação

- ▶ Use a lista de cartões de papel nas páginas 132-133 para selecionar um papel para cada membro do seu grupo. Também pode criar os seus cartões, especialmente adaptados ao seu grupo.
- ▶ Imprimir e recortar os cartões – ver as instruções (página 131).
- ▶ Precisar de espaço de forma a criar uma fila com todos os participantes lado a lado que, num determinado momento, terá de dar um passo em frente.

Instruções

1. Pergunte aos/às participantes se já alguma vez se colocaram na posição de outra pessoa. Pensam habitualmente nos desafios que outras pessoas podem estar a enfrentar?
2. Explique que, na atividade, cada participante irá receber uma “nova identidade” e que deverá imaginar como será a sua vida nesse novo papel.
3. Peça aos participantes para tirarem um dos cartões com a descrição dos papéis. Dê-lhes alguns minutos para poderem ler e pensar sobre a pessoa no cartão. Não deverão discutir-lo ou mostrá-lo a mais ninguém.

DICAS:

- ▶ Recomenda-se especial atenção na distribuição de papéis, tendo em conta eventuais problemas que os/as participantes possam estar a passar nas suas vidas “reais”. Evite atribuir a alguém um papel que possa ser constrangedor ou penoso.
- ▶ Se o grupo incluir participantes ciganos/as e não ciganos/as, não se preocupe muito ter cada um a representar um papel relativo à sua “própria” identidade. Será interessante ter uma mistura: algumas pessoas a representar a sua real identidade étnica e outras uma identidade diferente da sua. Poderá depois debater este tópico no *debriefing*.

4. Responda a todas as perguntas de esclarecimento sobre a atividade, ou referentes ao significado de termos usados nos cartões, mas tente desencorajar perguntas sobre os papéis atribuídos. Recomende que usem a imaginação!
5. Dê aos participantes algum tempo para entrarem no seu papel. Poderá ler (pausadamente) a lista de perguntas que se segue e pedir-lhes que pensem nas respostas. Mais uma vez, não deve haver discussão nesta fase.
 - ▶ Como se chama?
 - ▶ Imagine a sua casa: em que divisão passa mais tempo? Como é esse espaço?
 - ▶ O que faz num dia “normal”? Pense na manhã, na tarde e na noite.
 - ▶ O que faz no seu tempo livre? Com quem gosta de passar o tempo livre?
 - ▶ O que o/a faz feliz? Do que tem medo?
6. Quando todos se sentirem confortáveis com o seu papel, peça-lhes que se alinhem lado a lado, como se estivessem numa linha de partida. Explique que vai ler uma série de afirmações. Para cada afirmação, eles devem pensar se a mesma será verdade para a pessoa que estão a representar.
 - ▶ Se a afirmação for definitivamente verdadeira, devem dar um grande passo em frente.
 - ▶ Se parecer impossível, não se devem mexer de todo.
 - ▶ Se parecer possível, mas de certa forma improvável, deverão dar um passo pequeno.
7. Leia as afirmações uma de cada vez, fazendo uma pausa entre cada. Convide os/as participantes a olhar à volta, entre declarações, para verem onde os outros estão.
8. No final da atividade, peça aos participantes que se sentem na sua posição final. Cada participante deve apresentar-se brevemente. Também pode pedir a todos/as que estejam a representar um/uma jovem cigano/a que levantem a mão.
9. Peça aos participantes que olhem, mais uma vez para onde todos estão posicionados, e convide-os depois a voltar ao círculo para o *debriefing*. Encerre a sessão com algumas informações do material de apoio na página 135 (Direitos das crianças).

Debriefing

Comece o debriefing fazendo os participantes sair dos seus papéis. Pode por exemplo pedir a todos/as que fechem os olhos e que, depois de contar até três, gritem o seu nome (real).

Questões gerais:

- ▶ Quão fácil ou difícil foi imaginar-se no papel da sua jovem pessoa?
- ▶ Conhece alguém como a pessoa que representou? Tem alguma coisa em comum com essa pessoa?
- ▶ Qual foi a sensação de dar um grande passo em frente enquanto outros não se mexiam? Ou ficar parado enquanto os outros se moviam para a frente?
- ▶ Porque é que algumas coisas foram difíceis no seu papel? Sentiu que as dificuldades estavam a ser criadas por si (no papel) ou por outros/pela sociedade?

DICA:

- ▶ Dê um exemplo aos/às participantes, se necessário. Por exemplo, “achar a matemática difícil” ou “ser bom em música” são coisas que podem estar mais intimamente ligadas ao caráter ou habilidades naturais de alguém. Coisas como “não poder pagar para ir para a universidade” ou “ter de cuidar de um parente doente” são obstáculos externos.

Perguntas sobre as dificuldades enfrentadas pelos/as jovens ciganos/as

Comece por comparar as respostas daqueles que tinham as ‘mesmas’ cartas de papéis – uma representando um/a cigano/a e outra representando um/a não cigano/a. Pergunte aos membros de cada par até onde eles se moveram e tente identificar algumas das declarações em que os/as ‘não ciganos/as’ avançaram, enquanto que os/as ‘ciganos/as’ pararam.

- ▶ Algumas coisas são mais difíceis para os/as jovens ciganos/as do que para os/as não ciganos/as? Porquê?
- ▶ Parece-lhe justo que as crianças tenham oportunidades tão diferentes?
- ▶ Faça um *brainstorm* com os/as participantes sobre alguns dos “obstáculos” externos que impediram as pessoas com papéis de ciganos/as de avançarem. Algum desses obstáculos poderia ser removido? Quem, ou o quê teria de mudar para isso acontecer?

Reflexões sobre a atividade como um todo

- ▶ No seu entender, os papéis nos cartões, são realistas? A atividade reflete a “vida real”?
- ▶ O seu papel ajudou-o a olhar para outros/as jovens de forma diferente? Fez com que parecesse diferente – mentiu sobre algumas das coisas que acha fáceis ou difíceis na sua própria vida?
- ▶ A atividade mudou alguma das suas opiniões?

Pergunta para os/as participantes ciganos/as:

- ▶ Na sua opinião, o poderia a comunidade cigana fazer para enfrentar algumas das discriminações (tratamento injusto) que os/as jovens frequentemente sofrem?

Pergunta para participantes não ciganos/as:

- ▶ O que acha que a comunidade não cigana deve fazer para fazer face à discriminação que os/as jovens ciganos/as têm de enfrentar?

Pergunta para todo o grupo:

- ▶ Acha possível, a título individual, ou enquanto grupo, fazer alguma coisa a respeito da discriminação enfrentada pelos/as jovens ciganos/as?

Sugestões para o seguimento

- ▶ Use uma versão abreviada da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) para identificar algumas das questões relacionadas com os direitos na atividade, ou para analisar as preocupações que os próprios participantes sentiram.
- ▶ Veja a informação de apoio sobre “Direitos das crianças” (página 135) e utilize os 4 Princípios Orientadores, ou uma versão abreviada da CDC, para realizar uma auditoria ao grupo ou à escola. Peça aos/às participantes para elaborarem duas listas:
 - Exemplos de respeito pelos Princípios Orientadores
 - Exemplos de incumprimento dos Princípios Orientadores

O grupo pode tentar apresentar ideias para conseguir mover situações da segunda lista para a primeira lista.

Informação Adicional

- ▶ Utilize as informações da página 135 (‘Direitos das Crianças’) para mostrar aos participantes que muitas das diferenças de direitos ou oportunidades exploradas na atividade são proibidas pela legislação internacional.
- ▶ Consulte a informação em ‘Termos chave’ para explorar mais a fundo o racismo e a discriminação (páginas 49-51).

Esta atividade é uma adaptação da atividade ‘Take a step forward’ do *Compass, A Manual for Human Rights Education with Young People*: www.coe.int/compass.

Cartões informativos

Instruções para impressão dos cartões dos papéis

- ▶ A maioria dos cartões não especifica se a pessoa é cigana ou não cigana: podem ser usados para representar qualquer um dos dois. Terá de selecionar cerca de 5 cartões que serão usados duas vezes: uma para representar um/a jovem cigano/a, e outra para representar um/a não cigano/a.
- ▶ Faça 2 cópias de cada um destes cartões. Numa das cópias, escreva a palavra Cigano. Não escreva nada na outra cópia.
- ▶ Selecione papéis suficientes dos restantes cartões para o resto do grupo. Em metade destes cartões escreva a palavra Cigano.
- ▶ Explique aos participantes que alguns deles têm a sua identidade étnica escrita no cartão. Se não houver indicação de identidade étnica, eles devem assumir que são da população “maioritária”.
- ▶ Pode acrescentar outras identidades étnicas, se estas forem relevantes para o seu país ou região.

Tens 14 anos. Tu e a tua irmã vivem numa cidade pequena e frequentam a escola local. Os professores embirram contigo; as outras crianças também. Muitas vezes foges da escola e vais passear no bosque.	Tens 8 anos. Tu e os teus dois irmãos moram numa bela casa com um grande jardim e uma piscina. O teu pai é o gerente de um banco na tua cidade. A tua mãe cuida da casa e da família.
Tens 13 anos e és filho único. Vives sozinho com a tua mãe num apartamento na cidade. A tua mãe é deficiente e precisa de cuidados e tu és o/a seu/sua principal cuidador/a. Muitas vezes tens de faltar à escola porque ela precisa da tua ajuda.	Tens 11 anos e és o mais novo de três filhos. A tua família vive num pequeno apartamento numa cidade grande. O teu pai é mecânico, mas está desempregado há três anos. A tua mãe morreu quando ainda eras bebé.
Nascestes com uma deficiência e tens de usar cadeira de rodas. Moras num apartamento na cidade com os teus pais e duas irmãs. Ambos os teus pais são professores. Vocês têm 12 anos.	Tens 14 anos e o teu pai é um político famoso. Tens tudo o que precisas em casa e és o melhor da tua turma na escola. És <i>gay</i> , mas não te atreves a contar a ninguém.
Tens 15 anos e és o filho do embaixador americano no teu país. Frequentas a escola internacional e o teu pai coloca muita pressão sobre ti para teres boas notas. Usas óculos grossos e gaguejas um pouco.	Tens 9 anos e és filho único. Vives num prédio, numa cidade, com os teus pais. O teu pai trabalha na construção civil e a tua mãe trabalha ocasionalmente como mulher a dias. És muito bom em desporto.
Tens 12 anos. Saíste do teu país de origem há um ano e agora vives num “alojamento temporário” num novo país. A tua casa é muito húmida e não tem casa de banho, nem água corrente. A tua mãe fala muito bem a língua local e gostaria de trabalhar, mas ninguém quer empregar “Ciganos”.	Tens 10 anos e tens um problema aprendizagem, o que significa que os trabalhos da escola são um problema para ti. És mais alto do que todas as outras crianças, que têm apenas 8 anos. Ambos os teus pais trabalham e não têm muito tempo para te ajudar com os trabalhos de casa.

Tu e o teu irmão mais velho são muito bons em matemática, física e línguas – na verdade, são bons na maioria das coisas! Os teus pais são professores universitários. Eles colocam-te em cursos especiais e campos de treino a toda a hora para se prepararem para competições.	Tens 18 anos. O teu pai foi preso quando tinhas 11 anos e foste criado pelos teus avós. Agora eles estão ambos doentes e precisam de apoio financeiro. Tiveste boas notas na escola e queres estudar matemática na universidade.
Tens 17 anos. Não sabes quem eram os teus pais e viveste toda a tua vida entregue a ti próprio. És bom muito bom a dançar e adoras tocar guitarra de jazz. Tens poucas habilitações académicas e não tens dinheiro.	Tens 10 anos. Vives numa quinta no campo. O teu pai é agricultor e a tua mãe cuida das vacas, gansos e galinhas. Tens três irmãos e uma irmã.
Tu e os teus pais vieram para este país à procura de segurança, com o teu país de origem, o Afeganistão, em guerra. Vocês têm agora 12 anos e estão aqui há três anos, desde que tinham 9. Não sabes quando poderás voltar para casa.	Tens 14 anos. Nascestes nesta cidade, mas os teus pais mudaram-se da Nigéria para cá. Vives numa comunidade pobre e não há outros africanos negros no bairro. Estudas muito e és muito bom na escola.

Afirmações

- ▶ Falas 2 ou mais línguas.
- ▶ Estás feliz com a sua vida.
- ▶ Vives num local digno, com telefone, televisão e acesso à *Internet*.
- ▶ Tu e a tua família têm sempre dinheiro suficiente para satisfazer as tuas necessidades.
- ▶ Não és alvo de provocação nem és excluído por causa da tua aparência diferente.
- ▶ Frequentes uma boa escola e pertences a clubes e fazes atividades extracurriculares.
- ▶ Depois da escola tens aulas extra de música e desenho.
- ▶ Não tens medo de que a polícia te mande parar.
- ▶ Nunca te sentiste discriminado por causa das tuas origens, ou das origens dos teus pais, passado, religião ou cultura.
- ▶ Fazes exames médicos e dentários regulares, mesmo quando não estás doente.
- ▶ Tu e a tua família vão de férias uma vez por ano.
- ▶ Podes convidar amigos para jantar ou para dormir em sua casa.
- ▶ Quando chegar o momento, podes ir para a universidade, ou escolher qualquer emprego, ou profissão de que gostes.
- ▶ Frequentemente vês pessoas na TV, ou em filmes com quem te identificas e que vivem como tu.

- ▶ Tu e a tua família vão ao cinema, ao jardim zoológico, a museus, ao campo ou a outros lugares divertidos, pelo menos uma vez por mês.
- ▶ Tens roupas e sapatos novos sempre que precisas.
- ▶ Tens muito tempo e amigos para brincar.
- ▶ Tens acesso a um computador e *Internet*.
- ▶ Sentes-te apreciado pelo que podes fazer e encorajado a desenvolver todas as suas capacidades.
- ▶ Tens esperança de poder realizar os seus sonhos!

Direitos da Criança

As crianças têm Direitos Humanos tal como todos os outros seres humanos. No entanto, é reconhecido que as crianças têm uma necessidade especial de atenção devido à sua idade e vulnerabilidade. Por esse motivo, existe um tratado específico de Direitos Humanos dedicado aos direitos da criança: a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC).

A CDC não concede Direitos Humanos adicionais às crianças; apenas facilita o acesso aos direitos já consagrados para qualquer ser humano. Por exemplo, todos têm o direito de expressar a sua opinião, mas as opiniões das crianças são muitas vezes ignoradas. A CDC declara que as crianças devem ter permissão para expressar a sua opinião sobre qualquer questão que lhes diga respeito e que estas opiniões devem ser tidas em conta.

Princípios orientadores da CDC

Há quatro princípios orientadores, úteis para a compreensão dos direitos que constam da CDC. Estes princípios devem orientar o comportamento de todos os adultos em relação às crianças, mas acima de tudo, devem servir de orientação para as políticas do Estado nesta matéria. Para efeitos da CDC, entende-se por “criança” qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade.

Princípio 1: Não-discriminação (igualdade)

A maioria das pessoas sabe que a não-discriminação significa que as pessoas não devem ser tratadas de forma diferente apenas por causa da cor da pele, da identidade étnica, do género, ou de qualquer outro fator. Quando a polícia detém os/as ciganos/as só porque eles/as são ciganos/as, isso é discriminação. Quando as empresas se recusam a empregar alguém só porque ser cigano, isso é discriminação.

Contudo, a não discriminação também se aplica quando os direitos, ou oportunidades são injustamente limitados como resultado de uma dessas características. Esse comportamento designa-se por discriminação positiva, ou ação afirmativa.

Ação afirmativa:

Se uma pessoa com deficiência física não conseguir subir as escadas para uma entrevista de emprego, a entrevista deve ser realizada noutra local para que não haja lugar a discriminação.

Se uma criança cigana não falar fluentemente a língua local e essa condição prejudicar a sua educação, deve ser providenciado apoio ao seu desenvolvimento linguístico, ou educação na sua língua de origem. Caso contrário, o direito “igual” à educação não está a ser cumprido.

Princípio 2: Participação

As crianças têm o direito de participar nas decisões que as afetam. As crianças devem ser vistas como pessoas de pleno direito e devem ser sempre consultadas e as suas opiniões levadas em conta.



Princípio 3: O direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento

As crianças têm o direito à vida e o direito de se desenvolverem física e mentalmente; devem ser protegidas de ameaças e perigos externos, como por exemplo, abuso, privação grave ou doença; devem ter acesso ao que for necessário para o seu desenvolvimento saudável e bem-estar geral.

As crianças não são “responsáveis” pelas dificuldades a que podem estar expostas como consequência da sua identidade étnica, ou das decisões dos seus pais.

Princípio 4: O superior interesse da criança

Em todas as decisões que afetam as crianças, o melhor interesse da criança tem de ser posto em primeiro lugar. Adultos e Estado devem fazer o que for melhor para a proteção, desenvolvimento e bem-estar da criança.

Versão abreviada do CRC disponível no *Compass* (www.coe.int/compass).

Explica como é

Sumário

Esta é uma atividade que se debruça sobre as mensagens difundidas nos *media* e nas redes sociais sobre ciganos/as. Os/as participantes criam sua própria página com informações que gostariam de dar a conhecer aos seus pares.

Duração:	Pelo menos 2 horas. A atividade também poderia ser realizada em duas sessões de 1 hora cada.	Conceitos-chave Media · Redes sociais · Racismo · Discriminação Internet · Comunicação Viés · Preconceito · Evidência
Complexidade:	Nível 3	
Dimensão:	Máximo 20 participantes	

Objetivos

- ▶ Analisar as mensagens que os meios de comunicação social (e redes sociais) divulgam sobre os/as ciganos/as
- ▶ Pesquisar mensagens positivas e encorajar uma atitude crítica em relação aos “factos” sobre os/as ciganos/as
- ▶ Avaliar a “verdade” em relação às opiniões generalizadas e criar mensagens sobre o povo cigano para os/as jovens

Preparação

- ▶ Faça cópias da folha de tarefas na página 141.
- ▶ Será necessário acesso à *internet* e, pelo menos, um computador para cada 3 participantes.
- ▶ Necessita de cola, *flipchart*, papel colorido, marcadores, ou canetas coloridas.
- ▶ Opcional: jornais e revistas, ou a possibilidade de imprimir imagens a partir da *Internet*.

Instruções

Parte 1: Pesquisar mensagens correntes nos media

1. Pergunte aos/as participantes onde obtêm informação. Quais as fontes que usam e em quais confiam no acesso a informação sobre o que se passa à sua volta.
2. Pergunte-lhes porque confiam nesses meios como fontes de informação fidedigna. É sua prática habitual procurar interpretações alternativas? Alguma vez verificaram a veracidade dos “factos” apresentados nos seus sites favoritos?
3. Informe-os de que a atividade consiste numa análise da informação mais frequentemente difundida sobre a comunidade cigana, nos sítios visitados pelos/as jovens. Os/as participantes começarão por pesquisar alguns tópicos. A seguir irão criar a sua própria página

nas redes sociais onde divulgarão a informação que consideram importante dar a conhecer aos/às jovens.

4. Dependendo do número de computadores disponíveis, divida os/as participantes em pares, ou grupos (pequenos) de forma a que cada grupo tenha acesso à *Internet*. Atribua a cada par um dos conjuntos de *websites* de entre os listados abaixo.

Sites para grupos de pesquisa

1. Sites populares entre os/as jovens

Sites mais utilizados pelos/as jovens do grupo, para qualquer finalidade. Não têm de ser sites de “notícias”; podem incluir *feeds* do twitter, páginas de redes sociais, ou qualquer outra coisa.

2. Sites de notícias

Sites de notícias comumente usados ou “respeitados” no seu país. Se houver um canal nacional (com apoio do governo), os/as participantes devem analisá-lo.

3. Sites populares para jovens ciganos/as

Sites concebidos, ou utilizados por jovens ciganos/as; pode precisar de ajuda na identificação destes sites, caso não tenha ciganos/as no seu grupo. Algumas organizações internacionais estão listadas na página 123.

4. Campanhas ou grupos de ativistas sobre questões relacionadas com o povo cigano

Sites de organizações (de Direitos Humanos) que trabalham questões relacionadas com a comunidade cigana. Pode precisar de ajuda para os identificar. Algumas organizações internacionais estão listadas na página 123.

DICAS:

- ▶ Pode compilar, em grupo, uma lista de sites antes de começarem a pesquisa.
- ▶ Se os/as participantes tiverem dificuldade em encontrar informação (por exemplo, nos grupos 1 e 2), sugira que realizem pesquisas com o termo ‘cigano’, ou com alguns dos termos negativos mais habituais em relação aos/às ciganos/as. Lembre-os de que, caso não exista qualquer informação sobre o povo cigano num site de notícias que seja conhecido, este facto, por si só, já é uma constatação importante.
- ▶ Pode sugerir que os pares se revezem para procurar informações e tomar nota de quaisquer descobertas.

5. Distribua cópias da Folha de Tarefas (página 141) e esclareça todas as dúvidas.
6. Informe-os/as do tempo que têm para a primeira parte da atividade – a pesquisa. Deve dar-lhes pelo menos 30 minutos. Lembre os/as participantes da importância de tomarem notas sobre as suas descobertas, mesmo que alguns sites não tenham nenhuma informação sobre ciganos/as; devem também manter um registo de todos os sites que visitam.
7. Terminada a pesquisa, reúna os grupos e discuta brevemente algumas das principais conclusões. Peça comentários gerais sobre a informação que encontraram.

Parte 2: Criando as suas próprias mensagens

8. Crie novos grupos de forma a que cada grupo tenha entre 5 a 6 participantes. Idealmente, cada grupo deve conter pelo menos 1 representante de cada um dos grupos anteriores. Se tiver participantes ciganos/as e não ciganos/as, certifique-se de que os grupos contêm pessoas de ambas as comunidades.
9. Explique que cada grupo irá agora desenhar um novo site (ou página de uma rede social) para divulgar as mensagens que eles acreditam ser importantes dar a conhecer aos/às jovens. Lembre-os/as de que devem ter em conta o seguinte:

- ▶ Quais as principais mensagens do seu site?
- ▶ Quem é o seu principal público-alvo? (Por exemplo: todos/as os/as jovens não ciganos/as do país; jovens ciganos/as internacionais)
- ▶ Como pode tornar o seu site apelativo para o seu público-alvo?

10. Dê a cada grupo várias folhas de papel de *flipchart* e canetas marcadoras. Explique que mesmo que queiram criar um site real, a maioria dos sites começa em papel!
11. Dê pelo menos uma hora para trabalharem na estrutura do site e criarem alguns conteúdos como exemplo. Podem por exemplo estruturar a página de abertura do site, com as opções de temas para clicar (*links*) e aceder aos conteúdos. Podem dar exemplos destes mesmos conteúdos.
12. No final, apresente o resultado de todos os trabalhos, de forma a que todos possam ver. Dê aos participantes tempo para verem as páginas dos outros grupos.

Debriefing

Comece por pedir comentários aos participantes sobre as estruturas de sites criadas por outros grupos. Em seguida, explore algumas das seguintes perguntas.

Perguntas sobre os sites criados por grupos:

- ▶ Fica com curiosidade para visitar o site? Porque sim, ou porque não.
- ▶ Confiaria no site enquanto fonte de informação fidedigna?
- ▶ O site apresenta uma mensagem alternativa àquela encontrada na maioria dos sites que existem?

- ▶ A mensagem é geralmente negativa, geralmente positiva, ou “neutra” em relação à comunidade cigana?
- ▶ O que aprecia no site? Tem alguma sugestão sobre como melhorá-lo?

Perguntas sobre o trabalho em grupo:

- ▶ Foi fácil chegar a acordo no seu grupo sobre o que devia ser incluído?
- ▶ Houve diferenças de opinião significativas em relação às mensagens a transmitir? Como resolveu essas diferenças?
- ▶ Acha que a primeira parte da atividade influenciou a sua visão sobre como deveria ser o site? De que forma?

Perguntas sobre a atividade como um todo:

- ▶ A atividade afetou sua percepção sobre o povo cigano?
- ▶ A atividade mudou a sua percepção em relação à informação que encontra *online*?
- ▶ Acha que a atividade alterou a forma como lê ou pesquisa assuntos *online*? De que forma?
- ▶ Como se sentiria se lesse coisas a seu respeito, ou em relação ao grupo étnico a que pertence, semelhantes às que lê em relação ao povo cigano?

Alternativas

- ▶ A atividade pode ser realizada em duas sessões. Isto pode ser importante se a maioria dos/as participantes for não cigana e particularmente se existirem fortes preconceitos em relação aos/às ciganos/as. Neste caso, a discussão a seguir à fase de pesquisa pode requerer mais tempo para poder lidar com a questão do preconceito.
- ▶ Se os/as participantes preferirem trabalhar com meios digitais, a segunda parte da atividade pode envolver a real criação de uma página de redes sociais.

Sugestões para o seguimento

- ▶ Se os/as participantes não colocaram seu site *online*, poderão fazê-lo numa atividade de seguimento. Devem pensar em formas de promoção do site.
- ▶ Alerta os participantes para a Campanha do Movimento Sem Ódio e para o site *Hate Speech Watch* que permite o envio de casos de ódio *online* (ver www.nohatespeechmovement.org). Poderá também encorajar os participantes a terem contato *online* com exemplos de abuso ou preconceito racista. Consulte o manual Bookmarks do Conselho da Europa para mais ideias para trabalhar para abordar o discurso de ódio *online*.

Informação adicional

- ▶ Consulte a informação sobre alfabetização na *Internet* em *Bookmarks* para orientação sobre identificação de racismo/discriminação *online*.

Fichas

Folha de tarefas

Consulte sites da sua categoria e verifique se fazem referência ao povo cigano.

Para cada site, siga as perguntas da tabela abaixo. Dê exemplos sempre que possível e adicione qualquer outra informação sobre o site que possa ser relevante.

NOME / ENDEREÇO DO SITE:
1. Existem fotos/imagens a representar o povo cigano? <ul style="list-style-type: none"> ▶ Alguma destas é “positiva”? ▶ Há alguma “negativa”?
2. Existe alguma “informação” sobre ciganos/as? <ul style="list-style-type: none"> ▶ A informação apresenta uma visão geralmente positiva, geralmente negativa ou neutra em relação aos/às ciganos/as? ▶ É apresentada alguma prova de “factos”? ▶ Algum dos “factos” é obviamente falso?
3. Que palavras são comumente usadas para descrever os/as ciganos/as? <ul style="list-style-type: none"> ▶ São na maioria positivos, negativos ou neutros?
4. Há alguma declaração declaradamente racista? <ul style="list-style-type: none"> ▶ Se sim, é feita por figuras públicas, é a “opinião” dos jornalistas, ou outra situação?
5. Outros comentários.



Dez coisas

Sumário

Esta atividade consiste na criação de um autorretrato que identifique as coisas de que gostam e de que não gostam, em particular no que diz respeito às relações com as outras pessoas. A atividade será mais eficaz num grupo misto cigano e não cigano e serve para analisar preconceitos e comportamentos ofensivos.

Duração:	45 minutos (mínimo)	Conceitos-chave Semelhanças · Diferença · diversidade · Identidade · Necessidades · Direitos humanos · Relações humanas · Estereótipos · Racismo · Preconceito
Complexidade:	Nível 1	
Dimensão:	Máximo 20 participantes	

Objetivos

- ▶ Explorar os conceitos de semelhança, diferença, diversidade
- ▶ Olhar para as semelhanças entre as comunidades ciganas e não ciganas e para as diferenças dentro de cada comunidade
- ▶ Pensar no que é mais importante para os participantes nas suas relações com outras pessoas

Preparação

- ▶ Faça cópias da folha “Dez coisas” na página 145.
- ▶ Irá necessitar de cópias de revistas, cola, canetas coloridas e pedaços de papel para os participantes.
- ▶ Opcional: convidar os/as participantes a trazerem uma foto sua.

Instruções

1. Peça aos/às participantes que identifiquem alguma característica comum a todos/as na comunidade cigana, que não exista na comunidade não cigana. Fazer a mesma pergunta em relação à comunidade não cigana: se existe alguma característica comum a todos os/as ciganos/as, que não exista na comunidade não cigana.

DICAS:

- ▶ É pouco provável que os/as participantes encontrem alguma coisa. Se encontrarem, questione sobre se se trata de algo com que ambas as comunidades verdadeiramente concordariam.
- ▶ Pode explicar que os biólogos não encontraram nada a nível físico ou genético que seja exclusivo de membros de uma determinada “raça”. O conceito de raça é agora entendido como uma categoria social que não está fundamentada em nada tangível. Consulte a secção sobre racismo em “Termos chave” (página 51) para mais informações.

2. Explique a atividade e distribua a folha “Dez coisas” da página 145. Peça que todos preencham a tabela por si próprios. Se assim o desejarem, a sua folha não será partilhada com os outros.
3. Dê aos participantes cerca de 10 minutos para preencherem as suas folhas; depois distribua folhas em branco, cola e canetas coloridas. Convide todos a criar um “autorretrato” usando esses materiais e algumas das suas respostas para a primeira parte.

DICAS:

- ▶ Informe os/as participantes de que não têm de incluir as suas “Dez coisas” se não as quiserem partilhar e que podem incluir outras coisas que não estejam na lista original.
- ▶ Terão de dividir o seu retrato em duas metades: bandeiras vermelhas e verdes (ver a folha “Dez coisas” para exemplos).
- ▶ O objetivo é criar uma imagem que resuma o que pretendem que as outras pessoas saibam a seu respeito.

4. Dê aos/às participantes 15 minutos para a tarefa; depois convide todos/as a exporem os seus retratos pela sala. Dê algum tempo para que todos/as possam observar a exposição e peça-lhes que tomem nota de qualquer coisa que têm em comum com outra pessoa (e o nome da pessoa). Podem incluir coisas que não tenham sido incluídas no seu próprio retrato. Podem registar as suas semelhanças num esquema em estrela fazendo a ligação outras pessoas.

 Rowan: <i>não gosta de ser insultado</i> Karl: <i>não gosta de ver pessoas sofrer</i>	ICH 	 Mika: <i>gosta de festas</i> Nicole: <i>gosta de ver outras pessoas a rir</i>
---	--	---

5. Reúna todo o grupo para o *debriefing*.

Debriefing

Comece por pedir aos participantes que compartilhem coisas comuns com outros. Tire algumas bandeiras vermelhas e algumas verdes.

DICAS:

- ▶ Procure não descurar participantes que não sejam mencionados por ninguém. É quase certo que será possível encontrar no seu autorretrato alguma coisa com a qual outros/as se possam identificar.
- ▶ Não considere as bandeiras vermelhas como necessariamente negativas: estas podem trazer à tona pontos importantes sobre a sensibilidade das pessoas e sobre coisas comuns a todos os seres humanos como sendo dolorosas ou frustrantes. Por exemplo: “Fico incomodado quando as pessoas são rudes comigo”.

Use algumas das seguintes perguntas para analisar outras questões decorrentes da atividade:

Perguntas sobre a criação dos retratos:

- ▶ Até que ponto foi fácil criar o seu autorretrato?
- ▶ Apercebeu-se de alguma coisa importante que tenha deixado de fora, ao observar os retratos dos outros?
- ▶ A atividade ajudou-o a compreender melhor os outros no grupo?
- ▶ Houve alguma coisa que o/a tenha surpreendido? Porquê?

Perguntas sobre semelhanças e diferenças:

- ▶ Acha que existem mais semelhanças, ou mais diferenças, entre os membros do grupo? Havia mais diferenças com bandeiras vermelhas ou verdes?
- ▶ Como explica as diferenças que existem? (Neste ponto poderá explorar se os/as participantes atribuem essas diferenças ao género, identidade étnica, personalidade, etc.)
- ▶ Existe alguma coisa que seja partilhada por todos/as os/as participantes?

O que aprendemos com a atividade:

- ▶ Fê-lo pensar nalgum aspeto do seu comportamento?
- ▶ Fê-lo refletir sobre a forma como descreve, ou como se relaciona com outros grupos, por exemplo, de mulheres, ciganos/as, não ciganos/as, ou imigrantes?
- ▶ Conseguiria fazer uma lista de coisas em que todos os seres humanos precisem de outros seres humanos (e da sociedade)?

Poderá encerrar a atividade explicando que os Direitos Humanos internacionais contêm uma lista de necessidades básicas comuns a todos os seres humanos. Assegurar que essas necessidades sejam atendidas é a responsabilidade direta dos governos e a responsabilidade indireta de todos na sociedade.

Alternativas

- ▶ A atividade 'Quem sou eu' no Manual *Compass* (www.coe.int/compass) utiliza uma abordagem ligeiramente diferente para explorar questões semelhantes.

Sugestões para o seguimento

- ▶ Poderá aprofundar o conceito de Direitos Humanos. As atividades 'Criança estrangeira' neste manual abordam uma série de direitos que são comumente violados no que respeita a comunidade cigana. Algumas atividades introdutórias podem ser encontradas no *Compass*.
- ▶ Os participantes podem elaborar o seu próprio Código de Conduta com base nas bandeiras vermelha e verdes identificadas.

Informação Adicional

- ▶ A secção sobre racismo e discriminação nos "Termos chave" (páginas 49-51).
- ▶ Capítulo introdutório sobre 'Anticiganismo' (páginas 25-37).

Fichas

Dez coisas...	
Bandeiras verdes	
Algo que me faz feliz.	
Algo de que gosto nas outras pessoas.	
Algo que me faz sentir orgulhoso.	
Algo em que eu sou bom/boa.	
Algo que me faz rir.	
Bandeiras vermelhas	
Algo que me deixa zangado/a.	
Algo que me magoa.	
Algo que eu acho difícil.	
Algo que eu não gosto de ver nas outras pessoas.	
Algo que me causa frustração (que eu gostaria de mudar)	



Lembrar

Sumário

Esta é uma atividade tranquila e reflexiva sobre um testemunho pessoal de uma cigana vítima do Holocausto. Os participantes refletem sobre a experiência e compõem as suas próprias mensagens de apoio.

Duração:	90 minutos	Conceitos-chave Genocídio do Povo Cigano · · Holocausto Memória · Discriminação · · Solidariedade · Vítimas Empatia · Remédio
Complexidade:	Nível 2	
Dimensão:	Mais de 12 participantes	

Objetivos

- ▶ Saber mais acerca do que foi o Holocausto para o Povo Cigano
- ▶ Discutir a importância deste acontecimento hoje, tanto para as vítimas passadas, como para a sociedade em geral
- ▶ Sensibilizar para as necessidades da comunidade cigana em termos de reconhecimento e compensação

Materiais

- ▶ Papel e canetas para cada pequeno grupo
- ▶ Cópias da ficha de apoio (opcional)

Instruções

1. Comece por perguntar aos/às participantes o que sabem sobre os diferentes grupos que foram perseguidas no Holocausto. Têm conhecimento de que a população cigana foi identificada pelo regime nazi para “extermínio completo”?
2. Forneça informação com base no material de apoio na página 150 e peça aos participantes que comentem. Poderão refletir sobre o porquê de existir tão pouco conhecimento público em relação ao Genocídio do Povo Cigano, apesar da elevada consciência em relação ao Holocausto?

DICA:

- ▶ Para a discussão, pode usar também a lista de leis anti cigano aprovadas pelo governo alemão nos anos que antecederam o Holocausto e no decorrer do mesmo. Tais leis podem ser encontradas no manual “Right to Remember”, disponível em <http://enter.coe.int/roma/Media/Files/Right-to-Remember-A-Handbook-for-Education-with-Young-People-on-the-Roma-Genocide>

3. Explique que irá ler um relato de uma mulher enquanto criança durante o Holocausto. Peça-lhes que tentem colocar-se na posição da criança e imaginem como esta se terá sentido.
4. Leia o texto da página 149 e dê aos/às participantes algum tempo de silêncio para refletir sobre o que sentem.
5. Depois de alguns minutos, pergunte se alguém gostaria de partilhar os seus pensamentos
 - ▶ O que sentem em relação ao que ouviram?
 - ▶ Tinham conhecimento de que os/as ciganos/as e as ciganas eram tratados/as desta forma?
 - ▶ Como acham que a mulher – e outras como ela – se sentem em relação à forma como os ciganos são tratados nos dias de hoje?
 - ▶ Até que ponto acham que a sociedade tem apoiado e acompanhado as vítimas de crimes tão terríveis?
6. Explique que durante muitos anos, o povo cigano não foi reconhecido enquanto vítima do genocídio. Alguns receberam uma compensação muito pequena pelos crimes, mas só passados anos.
7. Questione sobre o que esperariam receber da sociedade se tivessem vivido uma experiência tão terrível. Que mensagens acham que poderiam ajudar ou apoiar?
8. Peça-lhes que elaborem uma resposta à autora da peça. O formato do trabalho é livre. Por exemplo, pode ser uma pintura, um poema ou uma carta. Informe-os de que este trabalho deve ser o mais pessoal possível e que ninguém terá de o partilhar se não o desejar.
9. Tente criar um espaço tranquilo e encorajar os participantes a refletir e a trabalhar de forma individual. Explique que o propósito da “mensagem” é criar uma expressão pessoal de apoio ou solidariedade. Caso alguém se sinta desconfortável com a tarefa, nesse(s) caso(s) permita que trabalhe em grupo.

DICA:

- ▶ Se houver tempo disponível, pode permitir que pesquisem sobre o contexto do relato: os países onde estes casos aconteceram, ou os próprios campos de concentração.

10. No final da sessão, pergunte se alguém gostaria de partilhar o seu trabalho com o grupo. Peça comentários sobre as contribuições, mas enfatize que as mensagens são muito pessoais e que os participantes devem ter isso em mente ao fazer os seus comentários.

Debriefing

Comece por encorajar os/as participantes a comentar a atividade e a informação partilhada. Acham que deveria existir um conhecimento mais generalizado sobre este assunto? Peça que enumerem razões e, a seguir, explore algumas das seguintes perguntas:

- ▶ Na vossa opinião, qual a razão para que todos os países da Europa continuem a recordar o Holocausto, apesar do mesmo ter acontecido há mais de 60 anos? Acham que ainda é importante?

- ▶ No seu entender, qual a razão para haver tão pouca consciência da experiência dos/as ciganos/as durante o Holocausto? Considera justa esta situação?
- ▶ Esta atividade influenciou a forma como vê a discriminação e o racismo continuados em relação às comunidades ciganas nos dias de hoje?
- ▶ De que forma considera (e se considera) que a experiência do Genocídio é relevante para os problemas atuais?
- ▶ Há alguma coisa que possa fazer para influenciar o governo ou outros na sua comunidade no sentido de criar uma consciência mais profunda em relação ao Genocídio Cigano?

Alternativas

- ▶ Alternativamente, o exercício criativo pode ser realizado por cada participante num período fora da sessão. Seguindo esta opção, deverá usar a sessão seguinte para rever os trabalhos. Esta alternativa pode permitir aos/às participantes dedicar mais tempo a explorar os detalhes e ao contexto do Genocídio.

Sugestões para acompanhamento

- ▶ Incentivar os/as participantes a pesquisar sobre o que aconteceu ao povo cigano no seu país durante o Holocausto e a descobrir o que tem sido feito para lembrar esses terríveis acontecimentos.
- ▶ Sugerir que o grupo elabore uma lista de coisas que acha que os sobreviventes (e parentes dos sobreviventes) gostariam que a sociedade fizesse para lembrar o Genocídio. Poderão escrever uma carta do grupo para o jornal local ou para os políticos locais expressando o seu desejo de ver tais mudanças.

Informação adicional

- ▶ Consulte o material de apoio “Genocídio Cigano: factos-chave” (página 61) para algumas informações de apoio sobre o Genocídio Cigano.
- ▶ Consulte o material de apoio “After the Roma Genocide” (página 150) para informação sobre a falta de reconhecimento e compensação por crimes cometidos contra os/as ciganos/as.
- ▶ Consulte o manual ‘Direito de Lembrar’ para mais informação, recursos e atividades sobre o Genocídio dos Ciganos. A publicação está disponível em <http://enter.coe.int/roma/Media/Files/Right-to-Remember-A-Handbook-for-Education-with-Young-People-on-the-Roma-Genocide>.

Ficha de Apoio

Maria Pedro – uma cigana deportada para Auschwitz

“Viajámos durante dois dias e meio. Chegámos a Auschwitz no meio da noite. A minha família estava toda ali: os meus pais, os meus irmãos Eduard e Josef [...] e as minhas três irmãs Antónia, Josefina e Katharine com seus maridos e filhos [...]. Amontoaram-nos nos barracões. Ao amanhecer, tomávamos chá em enormes tigelas. Estava a beber o meu chá lá fora em frente ao quartel quando vi, pela primeira vez, algo tão terrível que nunca poderei apagar – uma pilha de corpos nus. A visão dos cadáveres aterrorizou-me tanto que voltei para dentro do barracão [...].

Em Birkenau, todos tivemos de fazer trabalho escravo. Eu trabalhei na construção da estrada do acampamento, a carregar pedras pesadas. A minha cunhada e os seus três filhos adoeceram com tifo e morreram na enfermaria. Foram os primeiros membros da nossa família a morrer em Auschwitz. Em seguida, o marido da minha irmã Josefina morreu de pneumonia, que apanhou enquanto fazia trabalhos pesados no campo. Depois morreu o seu filho mais velho e assim foram morrendo os membros da nossa família, uns atrás dos outros. A minha irmã Josefina Steinach teve nove filhos e todos morreram no campo, exceto um. Até hoje, não consigo perceber como os outros oito sobreviveram até ao início de agosto de 1944, que foi quando todos foram mortos com gás. A minha irmã poderia ter vivido. Eles queriam mandá-la para o campo de concentração de Ravensbruck antes da liquidação do Zigeunerlager. Ela recusou por causa dos filhos. Disse aos homens das SS que não ia embora sem os seus filhos. Morreu na câmara de gás quando partia o último veículo de Auschwitz [...]. A minha mãe também ficou em Auschwitz. Fiz tudo o que estava ao meu alcance por ela, mas um dia ficou doente. Tinha febre alta e o “Blockaltester” (preso mais velho do barracão) anunciou que a minha mãe tinha de ir para o bloco da enfermaria. Tinha furúnculos por todo o seu corpo. Lancetaram as bolhas e esfregaram-nas com um líquido amarelo. Ela começou a ver coisas e morreu vários dias depois. O meu pai e a minha irmã Antónia também morreram em Auschwitz [...].

Acabei no barracão das crianças em Birkenau. Era o último barracão do lado mais próximo da entrada de Birkenau [...]. Estava destinado especificamente a crianças. Eu cuidava das crianças durante o dia e servia-lhes o jantar ao meio-dia. Aquele barracão foi também onde a orquestra ensaiou. Lembro-me muito bem de König, um membro das SS; afinal de contas, ele açoitou-me. Estava presente em quase todas as execuções a tiro e à chegada de novos vagões.

König chicoteou-me porque eu me defendi. Aconteceu por causa dos filhos da minha irmã Josefina. Ela não recebeu comida para eles. Eu vi – e outros também viram – como König deu um caixote cheio de comida à enfermeira do campo. Tudo o que eu queria era que as crianças tivessem algo para comer. Por isso queixei-me. Foi no dia em que uma equipa de inspeção das SS veio ao acampamento [...]. Quando a inspeção acabou, voltámos aos barracões. Passado pouco tempo, o supervisor do barracão apareceu e chamou o meu número. Tinha de ir ao Schreibstube (escritório). König estava à espera, de pé, com as pernas afastadas. Uma mão no bolso e, na outra, um chicote que estalava contra as suas botas altas. Identifiquei-me, dando o meu número. Então König dirigiu-se a mim e bateu-me na cara com tanta força que caí no chão. A seguir, levou-me para outro barracão. Tanto quanto me lembro, era a carpintaria. Ali, às suas ordens, tive de me despir e vestir um par de calções de banho molhados, que tinham sido encharcados com uma espécie de líquido preto. Tive de me deitar num cavalete e contar. contei até sete – lembro-me disso como se tivesse acontecido há pouco – e contei e contei, e depois caíram os primeiros golpes. Eu tinha de continuar a contar; à vez contava e gritava de dor. Pensei que não ia sobreviver àquilo. Enquanto me açoitava assim, ele dizia-me: “Vais morrer como um animal nas minhas mãos! Vou lembrar-me dessas palavras até morrer [...].”

Depois do Genocídio do Povo Cigano

- ▶ Muito tempo passou até que os/as sobreviventes ciganos/as do Holocausto fossem reconhecidos como tal e mais ainda para que fossem compensados/as pelas terríveis experiências que tiveram de suportar. Nenhum cigano/a foi convidado/a a testemunhar nos Julgamentos de Nuremberga e foram necessários mais de 30 anos para que o governo da Alemanha Ocidental admitisse ter identificado os ciganos/as como povo alvo para o regime nazi.
- ▶ Muitos grupos e pessoas ciganas fizeram campanha ativa para o reconhecimento e compensação. O governo alemão foi finalmente forçado a reconhecer a base racial para o tratamento dos/as ciganos/as e das ciganas em 1979, após uma greve de fome de 12 ativistas ciganos/as. Só então, muito poucos sobreviventes ciganos/as se tornaram elegíveis para compensação.
- ▶ Para ex-prisioneiros de Auschwitz, a compensação estipulada foi de apenas 2,50 euros por dia. É claro que, mesmo para aqueles capazes de a reclamar, a compensação chegou quase 35 anos após o fim do Genocídio. A maioria daqueles/as que poderiam ter sido elegíveis tinham morrido, entretanto. Viveram o Holocausto e viveram uma geração de “memórias” do Holocausto. O seu próprio sofrimento havia sido esquecido.
- ▶ Em 2012, quase 70 anos após o fim da guerra, foi finalmente inaugurado em Berlim um memorial de homenagem às vítimas ciganas do Holocausto.

Em 2005, o Parlamento húngaro declarou o dia 2 de agosto como Dia em memória dos ciganos vítimas do holocausto. Em 2011, o Parlamento polaco fez o mesmo.

A data recorda o extermínio do “Zigeunerlager” (“Campo Cigano”) em Auschwitz-Birkenau, em 1944. Alguns outros países assinalam a data oficiosamente e muitas organizações não-governamentais organizam agora atos de memória em torno desta data.

- ▶ Outros países que participaram no genocídio dos/as ciganos/as têm sido igualmente lentos a reconhecer a extensão dos crimes. Em 1997, mais de 50 anos após o evento, a Hungria tornou-se o primeiro país da Europa Central e Oriental a oferecer uma compensação global aos/às sobreviventes ciganos/as. Na altura havia já poucos sobreviventes.
- ▶ O facto de haver um desconhecimento tão generalizado em relação ao sofrimento do povo cigano durante o Holocausto em todos os países da Europa é uma indicação clara de que o reconhecimento tem sido insuficiente. Os crimes nunca podem ser devidamente “compensados”; o dano nunca pode ser remediado. Não há desculpa, porém, para o esquecimento, particularmente enquanto outras vítimas são lembradas e enquanto o preconceito e o cunho de bode expiatório persistirem.

Na escola aprendemos sobre a guerra, mas não sobre o Holocausto – e quem se preocuparia com o que aconteceu a um/a cigano/a, ou a uma cigana? Nasci na Eslováquia e mudei-me para Olomouc aos 8 meses de idade. Cresci num mundo separado dos outros checos. Ninguém na escola estava interessado em conhecer-nos. Eu estava feliz em ir para a escola, mas as crianças chamavam-me “cigana fedorenta” e ninguém se sentava ao meu lado.

Valeria Bockova, cujo marido era o filho de um sobrevivente de Auschwitz.

Quatro passos para a ação



Sumário

Este é um processo que se divide em quatro etapas, culminando no desenvolvimento de um plano de ação contra o anticiganismo. As atividades de cada fase centram-se nas relações entre os/as ciganos/as e a polícia, mas o modelo também pode ser usado para abordar outras questões.

As quatro etapas podem ser executadas independentemente umas das outras, e nem todas são necessárias para as ações que o seu grupo decida implementar. Se o tempo for curto ou se os participantes já tiverem uma ideia do que gostariam de fazer, poderá saltar diretamente para o plano de ação (na página 170). Uma ação sem a preparação envolvida nos estágios 1-3 ainda pode ser muito eficaz e dará aos/às participantes experiência e uma base para desenvolverem.

Etapa 1: Identificar o problema e o objetivo de forma clara

Atividade: *Aquilo que vemos e o que gostaríamos de ver.*

Esta atividade tem como foco a ação policial para com a comunidade cigana. Os participantes fazem teatros para retratar a forma como veem as relações com a polícia no presente e a forma como gostariam de as ver no futuro.

O objetivo da Etapa 1 é delinear o problema e o objetivo geral e motivar os/as participantes a agir.

Etapa 2: Identificar as mensagens-chave

Atividade: *Formas de influenciar*

A atividade consiste numa análise sobre o que leva as pessoas fazerem coisas que inicialmente não queriam fazer e de como podemos influenciar os outros para que mudem o seu comportamento ou atitudes. Os participantes elaboram uma lista de argumentos a serem utilizados para abordar as atitudes racistas em relação aos/às ciganos/as.

O objetivo da Parte 2 é pensar em estratégias de comunicação e reforçar os argumentos contra o anticiganismo.



Parte 3: Selecionar uma tarefa exequível

Atividade: *Passos base*

Os/as participantes identificam passos pequenos, mas basilares na construção do cenário desejado (na Parte 1). Questões mais fáceis de trabalhar, mas que, uma vez tratadas, vão criando uma base mais sólida para conseguir chegar ao problema maior da discriminação policial.

O objetivo da Parte 3 é ter uma noção mais clara das questões que contribuem para o problema geral e isolar aspetos menores nos quais o grupo pode trabalhar.

Parte 4: Metodologia a seguir e Planeamento

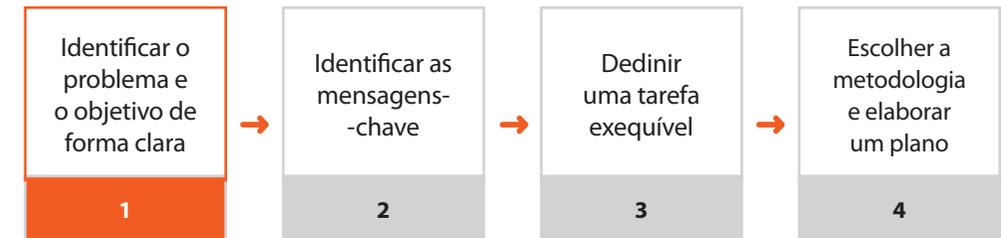
Atividade: *Planeamento de uma ação*

Os participantes analisam a metodologia a adotar no objetivo de comunicar as suas mensagens e desenham um plano de ação.

O objetivo da Parte 4 é desenvolver competências de planeamento e organização, que permitam aos/às participantes agir na comunidade.

Depois de qualquer ação organizada pelo seu grupo, deve realizar uma sessão de debriefing e avaliação da mesma.

Parte 1: O que vemos e o que gostaríamos de ver



Sumário

Esta atividade analisa a relação das forças policiais com a comunidade cigana. Os/as participantes irão fazer teatros para retratar a forma como veem as relações com a polícia no presente e a forma como gostariam de as ver no futuro.

Duração:	60 minutos	Conceitos-chave Polícia · Direitos humanos Discriminação · Abuso de poder Aplicação da lei · Mudança
Complexidade:	Nível 2	
Dimensão:	10-30 participantes	

Objetivos

- ▶ Identificar práticas injustas na forma como a polícia se relaciona com a comunidade cigana
- ▶ Pensar sobre o papel da polícia numa sociedade que respeita os Direitos Humanos
- ▶ Motivar os participantes a agirem contra o anticomunismo

Preparação

- ▶ Opcional: cópias dos testemunhos na página 156.
- ▶ Espaço suficiente para diferentes grupos prepararem uma pequena peça de teatro e um "palco" para que possam apresentar a peça a outros.

Instruções

1. Peça aos/às participantes algumas associações de palavras com a palavra "polícia". Escreva as sugestões no *flipchart*.
 - ▶ Se todas as sugestões forem negativas, pergunte rapidamente que papel é *suposto* a polícia desempenhar numa sociedade ideal.
 - ▶ Se as sugestões forem na sua maioria positivas, pergunte se os/as participantes acham que todos os outros grupos teriam a mesma opinião.

2. Explique que, uma vez que os agentes da polícia estão autorizados a agir em nome do Estado, têm obrigações legais nos termos da lei dos Direitos Humanos. Isto significa que os/as agentes podem ser questionados se não respeitarem os direitos humanos. Relembre aos participantes que a não discriminação é um direito humano fundamental.
3. Divida os/as participantes em grupos com cerca de 4 a 6 pessoas em cada. Peça a cada grupo para desenvolver dois pequenos teatros de mímica, cada um com uma duração não superior a 60 segundos. As duas encenações mímicas devem transmitir as seguintes perguntas:
 - ▶ Como vê a relação entre a polícia e as comunidades ciganas?
 - ▶ Como gostaria de ver essa relação?

DICAS:

Se o seu grupo é não cigano:

Podem ter pouco conhecimento em relação aos problemas enfrentados pelas comunidades ciganas nas suas relações com a polícia.

- ▶ Poder usar alguns dos estudos de caso na página 156 para ilustrar a extensão do problema. Estes testemunhos podem ainda ser o tema do seu exercício de mímica.
- ▶ Use a informação de apoio na página 158 para que os/as participantes interiorizem que os problemas dos casos exemplo são muito comuns para as comunidades ciganas.

4. Dê aos grupos cerca de 20 minutos para se prepararem e convide-os então a apresentar as suas representações de mímica. No final de cada atuação, pergunte aos que estavam a assistir, o que interpretaram da mímica. Nesta fase, não peça comentários sobre se a representação foi realista; explique que este ponto será abordado no *debriefing*.
5. Agradeça a todos/as e reúna os grupos para o *debriefing*.

Debriefing

Comece por discutir o conjunto das atuações como um todo.

- ▶ Quais foram as diferenças entre as mímicas concebidas por grupos diferentes? Quais as semelhanças?
- ▶ Como explica as semelhanças e as diferenças entre a mímica de diferentes grupos para “o que vemos”?
- ▶ Se lhe tivessem pedido para representar “a forma como a polícia se relaciona com a comunidade não cigana”, a sua mímica teria sido diferente?

Se o seu grupo é não cigano:

- ▶ Ficou surpreendido com os testemunhos de jovens ciganos/as?
- ▶ Como explica o comportamento e as atitudes da polícia? São justos?
- ▶ Como se sentiria se experienciasse este tipo de tratamento da polícia?

Perguntas para todos/as os/as participantes:

- ▶ Quão semelhantes eram o segundo conjunto de mimos (“como gostaríamos de ver as relações policiais”)?
- ▶ Achas que estas mímicas representaram algo que podia acontecer? Porque sim, ou porque não?
- ▶ Consegue pensar em alguma coisa que possa fazer para nos aproximar do segundo cenário?

Explique que esta questão será abordada na próxima parte da atividade. Se os/as participantes parecerem pessimistas quanto à realidade da mudança de comportamento da polícia, peça-lhes que pensem nas pessoas que começaram as primeiras campanhas contra o tráfico de escravos, ou nos africanos negros que começaram a luta contra o apartheid, ou em outras campanhas de sucesso na história. Lembre-os de que coisas que na altura pareciam “impossíveis” foram, de facto, alcançadas!

Informação adicional

- ▶ Use a informação em ‘Atuação Policial e Direitos Humanos’ (páginas 158-159) para ilustrar as ligações com os Direitos Humanos e para mostrar aos/as participantes que grande parte do comportamento da polícia em relação à comunidade cigana é ilegal à luz da lei dos Direitos Humanos e (normalmente) também à luz das leis nacionais.
- ▶ Use alguns dos testemunhos dos/as ciganos/as nas páginas 156-157 se o seu grupo for maioritariamente não cigano. Estes são exemplos reais de experiências comuns para os/as ciganos/as.

Alternativas

Pode usar a abordagem “dois mimos” para explorar outro assunto se isso for mais adequado para o seu grupo. As etapas 3 e 4 desta secção também focam o problema da ação policial, mas podem ser adaptadas a outras termas.

A ação da Polícia: testemunhos pessoais

Os testemunhos são retirados de Barabaripen-Young Roma speak about multiple discrimination [Jovens ciganos falam de discriminação múltipla] (www.coe.int/youth/roma).

Peter (28), um cigano de uma cidade do nordeste da Hungria, que vive em Inglaterra.

Peter celebrava o seu aniversário com três membros de sua família. Os seus vizinhos chamaram a polícia, que lhe disse para ficar calado. Quando Peter perguntou se deveria sussurrar com os seus convidados...

“Os polícias estavam irados e ameaçaram que se tivessem que nos admoestar mais uma vez, estaríamos em apuros”. Falaram connosco com maus modos, como falam habitualmente com os/as ciganos/as”. Falaram-nos com altivez. Perguntei-lhes porque nos estavam a falar daquela forma, mas não devia ter feito essa pergunta [...]. Perguntaram sobre o dono do apartamento. Como o apartamento era meu, tive de me voltar de costas. Algemaram-me e levaram-me preso. Fiquei à espera até à manhã seguinte. Mas algo mais aconteceu enquanto estive detido. Estava sentado numa cadeira no corredor quando cinco ou seis policiais com máscara chegaram com escudos, armas e bastões. Estavam a chegar ou a sair para uma missão. Cumprimentei-os, dizendo: “Boa tarde!”. Foi tudo o que eu disse. Um deles disse-me para me levantar e bateu-me no peito com tanta força que caí. A cadeira quase se desmanchou. E foram-se embora. Na manhã seguinte disseram-me que eu tinha de assinar um papel. Eu quis lê-lo. Sou um cigano que conhece os seus direitos e com quem não podem simplesmente fazer o que lhes apetece. Os polícias não me perceberam e responderam. “Tu nem sequer sabes ler! Para que é que queres ler o papel?” Respondi, “Se ler, assino”. Por fim, lá me deixaram lê-lo. Declaravam que eu estava sob o efeito de drogas quando me detiveram. Não fazia qualquer sentido; eu nunca consumi drogas! No nosso acampamento, as drogas eram uma coisa completamente desconhecida. Recusei-me a assinar o papel. Disse que não tinha dinheiro, mas que chamaria um advogado, se necessário”.

Freju (36), natural de Golem-Kavaja, Albânia, residente em Tirana.

Freju é gay e vive com o seu parceiro. Nem a sua família nem a família do seu parceiro conseguem aceitar.

“Uma coisa ainda pior aconteceu quando os irmãos do meu parceiro com quem vivemos na mesma casa bateram no meu parceiro e em mim em 2011. Quando fomos à polícia para denunciar o caso, riram-se de nós. Em vez de aceitar a nossa queixa, retiveram-nos na esquadra durante a noite, por 10 horas. Despiram-nos e bateram-nos. Durante toda a noite vinham à nossa cela gozar connosco, porque lhes dissemos que nos amávamos e que vivíamos juntos. Denunciámos o caso ao Serviço de Auditoria Interna – o departamento da Polícia que trata das queixas contra a má conduta da polícia. Não houve acompanhamento do caso ou punição dos/as perpetradores/as. Também denunciámos o caso à Comissária para a Proteção contra a Discriminação, mas o seu gabinete encerrou o caso, não tendo encontrado provas da má conduta por parte dos/as polícias”.

Florin (20), Ciureia, Roménia

Florin vem de uma família cigana tradicional e vive numa pequena cidade da Roménia.

“A polícia mandava-me parar muitas vezes só por eu estar a andar na rua. Simplesmente mandavam-me parar e faziam-me ir à esquadra. Passaram-me multas por coisas imagináveis. Como eu tinha medo de contar aos meus pais, sempre que isto acontecia, eu rasgava a multa em mil pedacinhos. Mas eu sabia que estava inocente. Um dia, na véspera de ano novo eu estava a chegar ao fundo da minha rua com uns rapazes que também ali viviam. Um deles tinha uns petardos e acendemos dois. Não sei porquê, mas um dos rapazes viu um carro da polícia a aproximar-se e, sem motivo, gritou: “Polícia!” e começou a correr. Eu também corri. O carro da polícia começou a perseguir-nos até que o polícia gritou: “Para ou eu disparo”. Eu parei e caí de joelhos. Eles saíram do carro e começaram a bater-nos. Bateram-me na cabeça com a arma enquanto gritavam, ‘Malditos ciganos. Vocês não servem para nada Ciganos. Fiquem no chão!’ Passaram-nos uma pesada multa e tive de passar um dia numa cela. Não entendo porque agiram de forma tão cruel!”

A ação da Polícia e os Direitos Humanos

Eu vi tudo... quando [o meu marido] tocou na vedação, um polícia deu-lhe um violento pontapé e ele caiu. A polícia retirou-se imediatamente. A ambulância foi chamada por alguns vizinhos.

Steluta, uma cigana que vive em França. O marido foi operado a uma fratura do fémur e passou seis meses num centro de reabilitação.

A polícia disse-nos que não nos podia proteger... disseram-nos: "Não podemos fazer nada. Portanto, vocês assumem a responsabilidade [por permanecerem nas vossas casas]". Deviam levar os vossos filhos, as vossas famílias e partir".

Maria, uma jovem mulher cigana de Etoliko, Grécia

O papel da polícia é proteger os indivíduos e assegurar que a lei seja cumprida. Estão autorizados a usar a força, mais do que o cidadão comum, a fim de desempenhar o seu papel. No entanto, o uso da força pela polícia é estritamente limitado pelas leis nacionais e pela lei dos Direitos Humanos: nunca aplicável para prejudicar ou punir indivíduos ou grupos.

Apesar disso, os casos de violência policial contra as comunidades ciganas estão bem documentados e são muito comuns. Em parte, por esta razão, em muitos países, é frequente os/as ciganos/as não quererem recorrer à polícia perante situações de ameaça ou abusos por parte de outros membros da comunidade. Isto demonstra que o povo cigano está duplamente desprotegido: não tem, por parte da polícia, a proteção normal que assiste aos outros cidadãos e teme abusos da própria polícia.

A polícia, enquanto representante do Estado, tem a responsabilidade e o dever legal de não usar os seus poderes para violar os direitos individuais. Mas, para além do dever de não violar direitos diretamente, a polícia tem outras responsabilidades: é obrigada a assegurar que os ciganos e as ciganas, como qualquer outra comunidade, sejam devidamente protegidos e se sintam seguros dentro da sociedade. Isto significa que mas situações em que a polícia não tratem dos crimes de ódio contra os/as ciganos/as, ou não garantam uma proteção adequada, podem também eles estar a violar os Direitos Humanos.

Exemplos de violações dos Direitos Humanos pela polícia

Violações do direito à vida

- ▶ Se a polícia for diretamente responsável pela morte de alguém sob sua custódia
- ▶ Se alguém morrer por falta de proteção policial adequada.
- ▶ Se a polícia não acompanhar um caso de morte causada pelas ações de terceiros.

Violações do direito a estar livre de tratamentos desumanos e degradantes

- ▶ Se a polícia for diretamente responsável por assediar ou abusar de alguém sob a sua custódia
- ▶ Se a Polícia não garantir proteção a alguém que está em perigo de ser abusado por outra pessoa.
- ▶ Se a Polícia não acompanhar os casos em que foram cometidos abusos

As formas menos graves de abuso podem ser protegidas pelo Direito à vida privada.

Violações do direito a um julgamento justo

- ▶ Se a Polícia falsificar ou adulterar provas
- ▶ Se a Polícia tentar influenciar testemunhas (incluindo o uso de ameaças físicas ou abuso)
- ▶ Se a Polícia fizer uso de "confissões" extraídas por meio de ameaças ou pela força

Direito à liberdade

- ▶ Deter alguém sem razão válida ou por muito tempo. Ou ainda, manter alguém em custódia sem acusação formal.

Direito a estar livre de discriminação

- ▶ Tratamento mais restritivo ou que oferece menos proteção do que aquele que seria prestado a um não-cigano ou a uma não-cigana. Por exemplo, mandar parar, fazer uma busca, confiscar bens, não acompanhar crimes, etc.

Entre 16% e 32% dos/as ciganos na República Checa, Grécia, Polónia, Hungria e República Eslovaca foram vítimas de agressão, ameaça ou assédio grave por motivos raciais.

A maioria dos incidentes de agressão, ameaça e assédio grave não foram relatados à Polícia. As principais razões para não denunciar estes crimes incluem a convicção de que nada mudaria como resultado dessa denúncia, ou de que são situações normais que acontecem a toda a hora.

Resultados de um inquérito da Agência dos Direitos Fundamentais (FRA), EU-MIDIS Data in focus report 6: Minorities as victim of crime, 2012



Parte 2: Formas de influenciar



Sumário

Os/as participantes devem refletir sobre o tipo de coisas que nos fazem mudar de opinião sobre alguém ou alguma coisa. Irão elaborar uma lista de argumentos a serem usados para envolver outros na redução da discriminação policial contra os/as ciganos/as.

Duração:	60 minutos	Conceitos-chave Discriminação · Antipsiedade Prejúgio · Persuasão Influenciar a comunicação · · Solidariedade
Complexidade:	Nível 3	
Dimensão:	10-30 participantes	

Objetivos

- ▶ Praticar a argumentação contra o anticiganismo
- ▶ Pensar em diferentes formas de comunicar as mensagens
- ▶ Explorar formas de atrair apoiantes para uma campanha

Preparação

- ▶ Irá precisar de papel A4, fita-cola e canetas marcadoras para trabalho em grupo.

Instruções

1. Peça aos/às participantes que reflitam em privado sobre uma situação em que tenham mudado de ideias sobre algo por influência de outros (algo que tenham feito, ou dito).

Dê alguns exemplos possíveis:

- ▶ Não queria fazer alguns trabalhos da escola, mas a professora disse que não podia ir para casa enquanto não tivesses terminado.
- ▶ Não queria ajudar em casa ou na escola, mas alguém o convenceu de que poderia ser divertido.
- ▶ Não gostou de alguém que mais tarde se tornou amigo.

2. Coloque as perguntas abaixo no *flipchart*. Peça aos/às participantes que reflitam sobre o caso que tinham em mente:
 - ▶ Quem o persuadiu? Pense em alguém que tenha tido alguma influência.
 - ▶ Porque mudou de ideias?
 - ▶ Que argumentos, métodos ou ideias foram os mais persuasivos? Porquê?
 - ▶ Quais foram menos persuasivos? Porquê?
3. Convide alguns/mas dos/as participantes a partilhar as suas respostas. Poderá também explorar também o que motivava as opiniões originais (que mais tarde mudaram).
4. Elabore com o grupo, uma lista de razões que levam as pessoas a mudar de opinião sobre as coisas. Escreva-as no *flipchart*. Alguns exemplos podem incluir: obter mais informação, ver as coisas de um ponto de vista diferente, estar preocupado com as consequências, querer fazer o que seus amigos fazem, e assim por diante.
5. Explique que fazer mudanças na sociedade muitas vezes passa por mudar mentalidades. Às vezes estamos a tentar mudar as opiniões dos que nos rodeiam; às vezes temos objetivos maiores em mente, e queremos influenciar as pessoas em posições de poder. O anticiganismo é um problema tão profundamente enraizado na sociedade que mudar as opiniões das pessoas – acabando com os preconceitos – pode ser um objetivo importante em si mesmo.
6. Divida os/as participantes em grupos e dê a cada grupo folhas A4. Peça aos grupos que apresentem o máximo de argumentos possível para persuadir as pessoas a apoiar uma campanha para melhorar a forma como a polícia se relaciona com a comunidade cigana. Devem escrever cada ‘argumento’ numa folha A4.

DICAS:

- ▶ Lembre os/as participantes de que a argumentação pode ser formulada seguindo diferentes estratégias: apelar a sentimentos de solidariedade ou simpatia, provocando choque, aprofundado a informação [sobre o tema]; alguns/mas podem ainda passar pela oferta de “incentivos”.
- ▶ Recomende que tentem formular cada argumento de forma breve, idealmente numa única frase
- ▶ Incentivar os/as participantes a usar a lista elaborada na primeira parte para pensar em argumentos que possam ser persuasivos para diferentes audiências.

7. Após cerca de 15-20 minutos, convide os grupos a gravar a sua argumentação na sala. Dê aos/às participantes algum tempo para verem a argumentação de outros grupos. Caso vejam argumentos iguais aos seus, ou muito próximos, devem reordenar as respetivas folhas no *flipchart* de forma ficarem lado a lado.
8. Quando todos tiverem olhado para os argumentos, reúna todo o grupo para o *debriefing*.

Debriefing

- ▶ Acha a atividade útil? Porque sim, ou porque não?
- ▶ Foi fácil arranjar argumentos diferentes?
- ▶ Acha que as pessoas ficariam convencidas com os seus argumentos? Quais achou mais convincentes?
- ▶ Que dificuldades prevê ao tentar usar esta argumentação? Como pode preparar-se para essas dificuldades?

Termine a atividade introduzindo alguns dos tópicos das páginas 163-164 ("Formas Influenciar"). Distribua cópias da tabela e fale brevemente com os/as participantes. Explique que a próxima atividade irá explorar as ideias com mais detalhe.

Formas de influenciar

Ativismo significa quase sempre mudar a mentalidade das pessoas de forma a que estas ajam de uma determinada maneira que não aconteceria se não tivessem mudado a sua forma de pensar. Por vezes, os ativistas tentam mudar a mentalidade de pessoas com poder direto na alteração de políticas ou comportamentos. Por exemplo, conseguir que os políticos aprovem novas leis; que os polícias se comportem de forma diferente em relação aos/às ciganos/as; fazer com que os professores e as professoras tratem uma criança de forma justa na escola. Muitas vezes, porém, é demasiado difícil influenciar diretamente os que estão no poder: há demasiados polícias, os políticos não ouvem e os/as professores/as não veem razão para mudar.

Quando este é o caso, os/as ativistas tentam conquistar mais apoiantes. Quando um número suficiente de pessoas envia a mesma mensagem aos que estão no poder, é mais provável que sejam ouvidas.

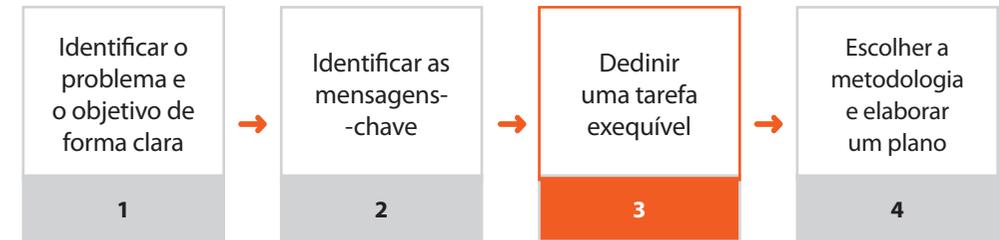
No entanto, parte do problema em relação ao anticiganismo é que o preconceito contra o povo cigano é muito profundo e muito comum entre o público em geral. Pode ser difícil conquistar apoiantes. Isso significa que, muitas vezes, ao trabalharmos no combate ao anticiganismo, antes reunir apoiantes para mudar a mentalidade das pessoas no poder, temos primeiro de mudar a mente daqueles que ainda não estão prontos para nos apoiar.

As tabelas seguintes apresentam apenas alguns dos métodos que podemos usar quando tentamos trazer mudanças. Há muitos mais!

Formas de influenciar diretamente as pessoas no poder	
	
Exercendo pressão sobre aqueles em posição de influenciar diretamente o curso dos acontecimentos	<ul style="list-style-type: none">▶ Falar de leis ou Direitos Humanos: dizer-lhes que a ação é ilegal▶ Mostrar-lhes o "custo" (financeiro, legal ou outro) de não fazer mudanças▶ Ameaçar "ir a público" se não forem feitas alterações▶ Tornar público: entrar em contato com a comunicação social ou apoiar organizações▶ Avisar sobre a possibilidade de ação judicial▶ Conseguir que outros apoiem as mudanças que propõe (organizar uma campanha)
Oferecendo "incentivos" àqueles/as capazes de influenciar eventos diretamente	<ul style="list-style-type: none">▶ Oferecer um "acordo" (por exemplo, não tornar público) se forem feitas alterações▶ Persuadindo-os/as de que será melhor para eles/as (por exemplo, melhores relações comunitárias, vantagens económicas, sem má publicidade)



Parte 3: Caminho de Pedras



Sumário

Os participantes analisarão algumas das subquestões que contribuem para o problema das relações entre a polícia e as comunidades ciganas. Explorarão algumas dessas subquestões para desenvolverem estratégias de abordagem das mesmas.

Duração:	180 minutos	Conceitos-chave Estratégia · Mudança · Ativismo Discriminação estrutural Grupos-alvo · Influência · Comunicação
Complexidade:	Nível 4	
Dimensão:	10-30 participantes	

Objetivos

- ▶ Examinar alguns dos fatores que causam ou contribuem para as más relações entre a polícia e as comunidades ciganas
- ▶ Valorizar a importância das pequenas mudanças na sociedade
- ▶ Identificar possíveis grupos-alvo e mensagens para uma ação na comunidade

Preparação

- ▶ Prepare dois letreiros: “Fácil” e “Impossível”. Afixe um letreiro em cada extremidade da sala. Certifique-se de ter espaço suficiente entre ambos de forma a que todos os participantes fiquem em linha.
- ▶ Faça cópias da imagem dos “Pedras do Caminho” (página 169). Irá precisar de pelo menos uma cópia para cada grupo pequeno (4 ou 5 pessoas).
- ▶ Selecione 8-10 dos passos para ler aos/às participantes. Escolha pelo menos um de cada um dos 6 blocos.
- ▶ Opcional: fazer cópias da tabela da página 164 (“Formas de influenciar”).

Instruções

1. **Introdução:** Comece por recordar os cenários ideais que o grupo compôs na Parte 1. Peça-lhes então que se posicionem na linha que vai de um letreiro ao outro, escolhendo

Formas de influenciar as pessoas... ... que podem influenciar as pessoas no poder	
Mudar a opinião pública crenças, atitudes e motivação	<p><i>Fornecendo informação sobre:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ A Lei/Direitos Humanos ▶ O impacto do anticiganismo nas pessoas/comunidades (estatísticas/histórias pessoais, etc.) ▶ História, cultura, valores, feitos do povo cigano ▶ Comparações com outros países/regiões ▶ As consequências positivas de uma sociedade igualitária
Mudança de mensagens nos media	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fornecer aos/às jornalistas informação sobre o ponto acima ▶ Construir boas relações pessoais com jornalistas individuais ▶ Criar os seus próprios canais de media, por exemplo, redes sociais ▶ Denunciar mensagens falsas ou injustas (escrever para jornalistas ou canais de media)
Gerar apoio e solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Estabelecer relações entre as comunidades ciganas e não ciganas ▶ Contar histórias pessoais sobre as conquistas dos ciganos e sobre o impacto da discriminação ▶ Reforçar a compreensão das pessoas sobre igualdade e Direitos Humanos ▶ Obter pessoas ou organizações influentes para apoiar a sua causa

um ponto entre 'Fácil' e 'Impossível' conforme o quão fácil/difícil consideram alcançar esse mesmo cenário. Peça alguns comentários às pessoas que estão em diferentes pontos.

- Peça aos/às participantes para memorizarem o lugar escolhido. Seguidamente leia a pedra de caminho que selecionou. Dê tempo a cada um dos/as participantes para repensarem a sua posição na linha conforme considerarem se o grau de dificuldade aumentou ou diminuiu.

Exemplos:

- ▶ Diga aos/às participantes que imaginem que “existem Leis para lidar com o racismo e a discriminação”. Com este pressuposto, acham que se torna mais fácil, ou mais difícil concretizar o cenário ideal? Peça-lhes que se posicionem na linha de acordo a sua opinião atualizada. (Pode decidir dizer-lhes que tais leis existem de facto, em todos os países!)
- ▶ A seguir, diga-lhes para imaginar que a primeira pedra para construir o caminho ainda está no lugar. Leia então mais uma pedra: “Não ciganos denunciam abusos contra ciganos/as”. Os/as participantes acham que o cenário ideal se tornou mais fácil ou mais difícil de alcançar? Peça-lhes que escolham um novo lugar na linha.
- ▶ Faça o mesmo para as outras pedras que selecionou.

- Dependendo do tempo disponível, peça comentários entre a leitura das diferentes posições, por exemplo, de uma pessoa que mudou de posição e de uma pessoa que não mudou.
- Antes de reunir novamente os/as participantes, peça-lhes que esqueçam todas as pedras de caminho e pensem novamente nas relações que existem hoje entre os/as ciganos/as e a polícia. Se tivessem de responder à primeira pergunta novamente, onde se posicionariam agora na linha? Será que a tarefa parece agora mais fácil?
- Reúna os/as participantes para discutir a atividade. Peça algumas reflexões:
 - ▶ Quem mudou a sua posição ao longo da linha? Porque é que a tarefa parece ter-se tornado mais fácil ou mais difícil?
 - ▶ Imagine que o seu ‘cenário ideal’ não era aquele que apresentou na mímica, mas sim uma das pedras de caminho da imagem. Seria mais fácil concretizar algum destes objetivos? Por exemplo, seria mais fácil fazer algo para tornar mais positiva a imagem da comunidade cigana?
 - ▶ A sua posição sobre a primeira pergunta foi diferente no final da atividade? É mais fácil abordar o problema se pudermos abordar pequenas coisas que fazem a diferença?
 - ▶ Poderia fazer alguma coisa para ajudar a colocar as pedras no lugar?
- Atividade principal:** Explicar que a maioria das campanhas que visam fazer mudanças profundas na sociedade levam tempo. Mas isso nunca foi um impedimento! O importante é pensar em cada pequena conquista como um passo certo no caminho para um objetivo a longo prazo. As pedras de caminho são muito importantes porque tornam o objetivo final mais fácil de ser alcançado.

- Relembre os/as participantes das “Formas de influenciar” discutidas no final da atividade anterior (ver a informação de apoio e o quadro nas páginas 163-164). Explique que ao tomar medidas, é importante pensar nas pessoas que pretende alcançar e que tipo de mensagens serão mais persuasivas para essas pessoas.
- Divida os/as participantes em grupos e dê a cada grupo uma cópia da imagem do “Caminho de Pedras”. Pode ainda facultar-lhes uma cópia da tabela das “Formas de influenciar”. Explique que cada grupo pequeno deve identificar uma pedra de caminho para trabalhar. A tarefa é tentar identificar formas de colocar esta pedra no lugar.

DICAS:

- ▶ Se possível, tente não ter mais de 3 (ou 4) pequenos grupos. O *debriefing* será mais fácil e mais eficaz se tiver menos grupos para comentar.
- ▶ Poderá dividir os 6 blocos da imagem pelos grupos e pedir-lhes que identifiquem uma pedra do “seu” bloco. Isto assegurará que cada grupo se ocupe de um problema diferente.
- ▶ Alguns dos blocos podem parecer mais difíceis de abordar: pode optar por focar nos blocos do lado esquerdo da imagem.
- ▶ Se tiver mais grupos e precisar usar os blocos do lado direito, lembre aos grupos de que eles não têm de ‘resolver’ o problema imediatamente! Apenas precisam de identificar formas de o abordar.

- Peça aos grupos que identifiquem uma pedra que queiram colocar no caminho e, a seguir, discutam as perguntas da folha de tarefas (página 168).
- Dê-lhes cerca de 45 minutos para selecionar uma pedra e para a discussão. Peça a seguir que cada grupo apresente as suas respostas.

Debriefing

Use o *debriefing* para discutir as diferentes estratégias sugeridas pelos grupos. As seguintes questões podem ser usadas para orientar a discussão em torno da apresentação de cada grupo.

- ▶ Quais são as vantagens e desvantagens de trabalhar nesta pedra?
- ▶ De que forma poderia a tarefa para o grupo alvo selecionado ajudar a colocar a pedra no devido lugar?
- ▶ Até que ponto acha que as mensagens serão eficazes para chegar ao público-alvo?
- ▶ Que resultados poderíamos esperar obter enquanto grupo, caso trabalhássemos neste problema?

Termine a atividade pedindo aos/às participantes que, depois de saírem, reflitam sobre as diferentes estratégias apresentadas. Explique que na sessão a seguir, uma das pedras deverá ser selecionada pelo grupo para todos trabalharem sobre ela.

- ▶ Enfatizar que a escolha não será feita com base na “melhor” estratégia, mas sim na identificação da pedra que mais se adequa ao grupo.
- ▶ Reforçar que a escolha deve ter por base as competências do grupo como um todo, na perspetiva de avaliarem onde está a melhor probabilidade de conseguirem alcançar o resultado desejado.

- ▶ Esclarecer que a estratégia pode sempre ser repensada. Podem inclusivamente aproveitar o trabalho dos outros grupos e adotá-lo no plano de ação final.

Alternativas

Se optar por trabalhar num tema diferente – ou tiver mais tempo disponível – pode usar uma atividade de árvore de problemas para identificar as pedras necessárias para o caminho até lá. Consulte a Secção 3.4 do Manual *Compass* para instruções.

Fichas

Folha de tarefas:

Escolha uma pedra de caminho para trabalhar com o seu grupo. Escolha perante a qual todos se sintam motivados para trabalhar. A seguir debata as seguintes questões:

Questão 1:

- ▶ Quais os públicos-alvo que tem de alcançar para colocar a pedra no lugar certo para construir o caminho?

Refleta sobre todos os públicos-alvo que possam ser relevantes, como por exemplo: agentes da polícia; pessoas não ciganas da comunidade; políticos locais; jovens ciganos/as, etc.

Questão 2:

- ▶ Qual destes públicos-alvo gostaria de abordar primeiro?

A escolha é vossa! Avaliem quais podem ter mais influência na colocação da pedra e com quais acham que terão mais facilidade em comunicar.

Questão 3:

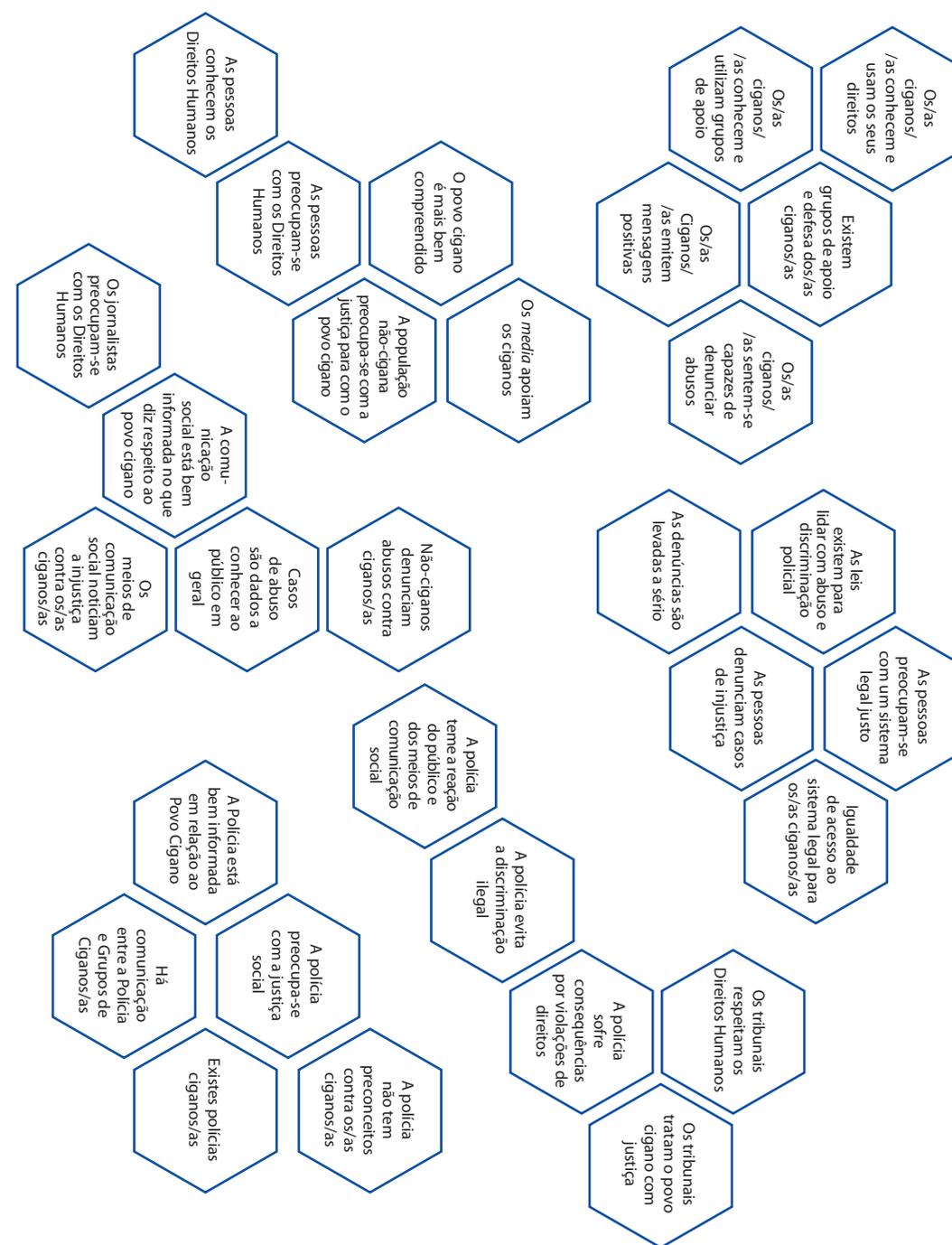
- ▶ O que precisa que o seu público-alvo faça para alcançar seu objetivo?

Isto vai depender do público-alvo que selecionou. Por exemplo, se pretende que os políticos aprovem uma nova lei; que o público assine uma petição; que os jovens “twitem” mensagens para seus seguidores; que os/as ciganos/as monitorizem as relações com a Polícia, etc.

Questão 4:

- ▶ Que argumentos (mensagens) serão mais convincentes para este público-alvo?

Pense na melhor estratégia para persuadir o público-alvo a agir como pretendemos (definido na questão 3).





Parte 4: Planear uma ação



Sumário

Atividade de discussão e planeamento.

Duração:	O tempo que for preciso	Conceitos-chave Estratégia · Planeamento Consenso · Cooperação Organizar · Ação · Inclusão · · Competência
Complexidade:	Nível 2	
Dimensão:	10-30 participantes	

Objetivos

- ▶ Elaborar um plano de ação que seja exequível; que os participantes consigam levar a cabo
- ▶ Desenvolver competências de organização, estratégia e consenso
- ▶ Reforçar a cooperação e a identidade do grupo

Preparação

- ▶ Irá precisar de *flipchart* e canetas marcadoras.

Notas

- ▶ Esta atividade resulta melhor se orientada como uma reunião fluida. Pode inclusive sugerir que sejam os/as participantes a organizar e a orientar diretamente a sessão.
- ▶ Caso não consigam terminar tudo numa única sessão, incentive-os/as a prosseguir depois da sessão, ou dedique outra sessão a apoiá-los na conclusão do plano.
- ▶ É importante estabelecer algumas regras básicas antes de começar. Deve ainda lembrar aos/as participantes de que tão importante quanto definir a ação a implementar e como executá-la, é ser capaz de o fazer enquanto grupo, respeitando e apoiando-se mutuamente. Uma ação sem a concordância de todos tem poucas probabilidades de ser bem-sucedida!
- ▶ Se já realizou as partes 1-3, os/as participantes já devem ter trabalhado na definição das tarefas a implementar, já devem ter algumas mensagens-chave e identificado o público alvo. Caso ainda não tiver realizado as partes anteriores, irá necessitar de dedicar mais tempo aos pontos 2 e 3.

Instruções

1. Comece por elaborar uma agenda com a ajuda dos/as participantes. Deverá ter em conta:
 - i. Rever o trabalho da sessão anterior (Parte 3), caso tenha completado esta parte.
 - ii. Selecionar um tópico para o grupo trabalhar. (Pode selecionar um dos temas das apresentações do grupo na Parte 3).
 - iii. Tornar claro o objetivo que o grupo se propõe alcançar. Usar a tabela em “Formas de influenciar” e ajudar o grupo a estabelecer objetivos claros que devem ser capazes de alcançar, por exemplo:
 - ▶ Entrega de folhetos a pelo menos 100 pessoas
 - ▶ Obter pelo menos 50 assinaturas para uma carta a político local
 - ▶ Publicar uma carta no jornal local
 - ▶ Marcar uma reunião com agentes da polícia local.
 - iv. Rever o público-alvo e as respetivas mensagens. Certifique-se de que o grupo avalia a adequação das mensagens ao público identificado. (Use a Parte 2 para trabalhar sobre como atingir diferentes audiências).
 - v. Decidir sobre a metodologia a seguir (por exemplo: teatro, arte, comunicações no *website*, publicações no Twitter, organizar uma reunião pública, etc.).
 - vi. Organização do trabalho: divisão de tarefas e calendarização das mesmas numa linha temporal.
2. Percorrer os pontos da agenda. Certifique-se que durante toda a atividade os/as participantes estão felizes com o seu papel e com a forma como as decisões estão a ser tomadas.
3. Marque uma data para a ação!

Depois da ação

É importante que a ação seja analisada uma vez realizada. Isto é particularmente importante se for a primeira vez que os/as participantes implementam uma ação: as ações pontuais podem parecer ter pouco efeito e o grupo pode ficar desmotivado. Use a sessão para abordar qualquer sentimento que exista sobre “não ter valido a pena” ou ter “corrido mal”. Relembre os/as participantes de que as campanhas normalmente consistem de um conjunto de muitas ações e atividades, que juntas podem ajudar a mudar comportamentos e atitudes.

- ▶ Inicie a sessão pedindo aos/as participantes que partilhem como se sentem depois a ação. Faça-o dando a volta a todo o grupo de forma breve.
- ▶ Divida os/as participantes em grupos de 4 a 5 pessoas e dê-lhes as seguintes questões para discutirem em grupos pequenos.

- ▶ O que acha que correu bem?
- ▶ Surgiu alguma situação mais difícil do que tinha imaginado, ou algo inesperado?
- ▶ No seu entender, quais as principais conquistas desta ação? Como compara os resultados com os que esperava alcançar?
- ▶ Há algum ensinamento a retirar da ação que possa ser tido em conta na próxima vez?

Reúna os grupos e discuta as diferentes respostas às perguntas. Termine a sessão com algumas impressões gerais sobre todo o processo:

- ▶ Sente-se satisfeito/a com seu trabalho no planeamento e execução da ação?
- ▶ Quais são, na sua opinião, os principais “pontos de aprendizagem” a ter em conta se organizasse uma nova ação (sobre qualquer tema)?
- ▶ Para si pessoalmente, quais foram as conquistas mais importantes? Acha que suas opiniões ou atitudes mudaram de alguma forma?
- ▶ Na sua opinião, que se poderá dar continuidade ao que foi feito? Tem interesse nisso?

Apêndice I. Estimativa da população cigana na Europa

País	População Total (Banco Mundial, 2010)	População Cigana (média estimada)	População Cigana % (percentagem média estimada da população total)
<i>Albânia</i>	3.204.284	115.000	3,59 %
<i>Andorra</i>	84.864	0	0,00 %
<i>Arménia</i>	3.092.072	2.000	0,06 %
<i>Áustria</i>	8.384.745	35.000	0,42 %
<i>Azerbaijão</i>	9.047.932	2.000	0,02 %
<i>Bielorrússia</i>	9.490.500	47.500	0,50 %
<i>Bélgica</i>	10.879.159	30.000	0,28 %
<i>Bósnia e Herzegovina</i>	3.760.149	58.000	1,54 %
<i>Bulgária</i>	7.543.325	750.000	9,94 %
<i>Croácia</i>	4.424.161	35.000	0,79 %
<i>Chipre</i>	1.103.647	1.250	0,11 %
<i>República Checa</i>	10.525.090	200.000	1,90 %
<i>Dinamarca</i>	5.544.139	2.500	0,05 %
<i>Estónia</i>	1.339.646	1.050	0,08 %
<i>Finlândia</i>	5.363.624	11.000	0,21 %
<i>França</i>	64.876.618	400.000	0,62 %
<i>Geórgia</i>	4.452.800	2.000	0,04 %
<i>Alemanha</i>	81.702.329	105.000	0,13 %

País	População Total (Banco Mundial, 20109)	População Cigana (média estimada)	População Cigana % (percentagem média estimada da população total)
<i>Grécia</i>	11.319.048	175.000	1,55 %
<i>Hungria</i>	10.008.703	750.000	7,49 %
<i>Islândia</i>	317.398	0	0,00 %
<i>Irlanda</i>	4.481.430	37.500	0,84 %
<i>Itália</i>	60.483.521	150.000	0,25 %
<i>Kosovo *</i>	1.815.000	37.500	2,07 %
<i>Letónia</i>	2.242.916	12.500	0,56 %
<i>Liechtenstein</i>	36.032	0	0,00 %
<i>Lituânia</i>	3.320.656	3.000	0,09 %
<i>Luxemburgo</i>	505.831	300	0,06 %
<i>Malta</i>	412.961	0	0,00 %
<i>República da Moldávia</i>	3.562.062	107.100	3,01 %
<i>Mônaco</i>	35.407	0	0,00 %
<i>Montenegro</i>	631.490	20.000	3,17 %
<i>Países Baixos</i>	16.612.213	40.000	0,24 %
<i>Noruega</i>	4.885.240	10.100	0,21 %
<i>Polónia</i>	38.187.488	32.500	0,09 %
<i>Portugal</i>	10.642.841	52.000	0,49 %
<i>Roménia</i>	21.442.012	1.850.000	8,63 %
<i>Federação da Rússia</i>	141.750.000	825.000	0,58 %
<i>São Marino</i>	31.534	0	0,00 %
<i>Sérvia</i>	7.292.574	600.000	8,23 %

País	População Total (Banco Mundial, 20109)	População Cigana (média estimada)	População Cigana % (percentagem média estimada da população total)
<i>Eslováquia</i>	5.433.456	490.000	9,02 %
<i>Eslovénia</i>	2.052.821	8.500	0,41 %
<i>Espanha</i>	46.081.574	750.000	1,63 %
<i>Suécia</i>	9.379.116	50.000	0,53 %
<i>Suíça</i>	7.825.243	30.000	0,38 %
<i>"a antiga República Jugoslava da Macedónia"</i>	2.060.563	197.000	9,56%
<i>Turquia</i>	72.752.325	2.750.000	3,78 %
<i>Ucrânia</i>	45.870.700	260.000	0,57 %
<i>Reino Unido</i>	62.218.761	225.000	0,36 %
Total na Europa	828.510.000	11.260.300	1,36 %
Conselho da Europa (47)	821.785.654	11.210.300	1,37 %
União Europeia (27)	487.090.853	5.811.800	1,18 %

Notas:

Os números relativos à população cigana são retirados de um documento preparado pela Divisão de Ciganos Roma e Travellers do Conselho da Europa (2010). Os números são muitas vezes difíceis de verificar e o documento contém uma estimativa mínima, máxima e média. A estimativa média tem sido usada para esta tabela.

* Ao longo do presente texto, qualquer referência ao Kosovo, quer se trate do território, das instituições ou da população, deve ser entendida em plena conformidade com a Resolução 1244 (1999) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e sem prejuízo do estatuto do Kosovo.

Apêndice II. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem e seus protocolos

Versão simplificada dos artigos selecionados

Resumo do preâmbulo

Os Governos Membros do Conselho da Europa trabalham pela paz e por uma união mais estreita baseada nos Direitos Humanos e nas liberdades fundamentais. Esta Convenção representa a decisão destes países em dar os primeiros passos para a aplicação muitos dos direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Artigo 1.º – Obrigação de respeitar os Direitos Humanos

Os Estados devem assegurar que todos tenham os direitos consagrados nesta Convenção.

Artigo 2.º – Direito à vida

Qualquer pessoa tem direito à vida.

Artigo 3.º – Proibição da tortura

Ninguém tem o direito de o magoar ou torturar. Mesmo em situação de detenção, a dignidade humana tem de ser respeitada.

Artigo 4.º – Proibição da escravidão e do trabalho forçado

É proibido tratar alguém como um escravo ou impor trabalho forçado.

Artigo 5.º – Direito à liberdade e à segurança

Toda a pessoa tem direito à liberdade. Em caso de detenção, qualquer pessoa tem o direito de saber porquê. Se for preso, tem o direito de ser julgado a breve trecho, ou de ser libertado até que o julgamento aconteça.

Artigo 6.º – Direito a um processo equitativo

Qualquer pessoa tem direito a um julgamento justo perante um juiz imparcial e independente. Caso seja acusada de crime, a pessoa é considerada inocente até que se prove a sua culpa. Tem o direito de receber assistência de um advogado pago pelo Estado caso a pessoa seja pobre.

Artigo 7.º – Não há crime sem lei [Princípio da Legalidade]

Uma pessoa não pode ser considerada culpada de um crime caso, à data da sua ocorrência, não existisse uma lei contra o mesmo.

Artigo 8.º – Direito ao respeito pela vida privada e familiar

Qualquer pessoa tem o direito ao respeito pela sua vida privada e familiar, pela sua casa e correspondência.

Artigo 9.º – Liberdade de pensamento, de consciência e de religião

Qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. O direito de praticar sua religião em casa e em público e de mudar de religião, se quiser.

Artigo 10.º – Liberdade de expressão

Qualquer pessoa tem o direito de dizer e escrever responsabilmente o que pensa e de dar e receber informações de outros. Isto inclui a liberdade de imprensa.

Artigo 11.º – Liberdade de reunião e de associação

Qualquer pessoa tem o direito de participar em reuniões pacíficas e de criar ou aderir a associações, incluindo sindicatos.

Artigo 12.º – Direito ao casamento

Você tem o direito de casar e ter uma família.

Artigo 13.º – Direito a um recurso efetivo

Se os seus direitos forem violados, pode queixar-se oficialmente aos tribunais ou a outros organismos públicos.

Artigo 14.º – Proibição de discriminação

O gozo destes direitos é independente da cor da pele, sexo, língua, crenças políticas ou religiosas, ou origens.

Artigo 15.º – Derrogação em caso de emergência

Em tempo de guerra ou outra emergência pública, um governo pode fazer coisas que vão contra os seus direitos, mas apenas quando estritamente necessário. Mesmo assim, os governos não estão autorizados, por exemplo, a torturá-lo ou a matá-lo arbitrariamente.

Artigo 16.º – Restrições à atividade política dos estrangeiros

Os governos podem restringir a atividade política dos estrangeiros, mesmo que isso esteja em conflito com os artigos 10.º, 11.º ou 14.º.

Artigo 17.º – Proibição do abuso de direito

Nada nesta Convenção pode ser usado para prejudicar os direitos e liberdades previstos na Convenção.

Artigo 18.º – Limitação da aplicação de restrições aos direitos

A maioria dos direitos desta Convenção pode ser restringida por uma lei geral que é aplicada a todos. Tais restrições só são permitidas se forem estritamente necessárias.

Artigos 19.º a 51.º

Estes artigos explicam como funciona o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Artigo 34.º – Petições individuais

Se os seus direitos contidos na Convenção foram violados num dos Estados membros, deve primeiro apelar a todas as autoridades nacionais competentes. Se isso não resolver o problema, então pode recorrer diretamente ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em Estrasburgo.

Artigo 52.º – Inquéritos do Secretário-Geral

Se o Secretário Geral do Conselho da Europa assim o requisitar, um Governo Membro deve apresentar os esclarecimentos relevantes sobre a forma a forma como o seu direito interno assegura a aplicação efetiva de quaisquer disposições desta Convenção

Protocolos à Convenção

Artigo 1.º do Protocolo n.º 1 – Proteção de propriedade

É um direito seu, o direito à propriedade e a usar as suas posses.

Artigo 2.º do Protocolo n.º 1 – Direito à educação

Todas as pessoas têm o direito de ir à escola.

Artigo 3.º do Protocolo n.º 1 – Direito à realização de eleições livres

É um direito seu, eleger o governo do seu país por voto secreto.

Artigo 2.º do Protocolo n.º 4 – Liberdade de movimento

Se estiver legalmente dentro de um país, tem o direito de ir para onde quiser e viver onde quiser dentro dele.

Artigo 1.º do Protocolo n.º 6 – Abolição da pena de morte

Nenhum indivíduo pode ser condenado à morte ou executado pelo Estado.

Artigo 2.º do Protocolo n.º 7 – Direito de recurso em matéria penal

Todas as pessoas podem apelar a um tribunal superior se tiverem sido condenadas pela prática de crime.

O artigo 3.º do Protocolo n.º 7 Indemnização por condenação injusta

Tem o direito a indemnização se tiver sido condenado/a pela prática de crime e se descobrir que eram inocentes.

O artigo 1.º do Protocolo n.º 12 – Proibição geral de discriminação

Nenhum indivíduo pode ser discriminado pelas autoridades públicas, por razões como, por exemplo, a sua cor da pele, sexo, língua, crenças políticas ou religiosas, ou origens.

AGENTES DE VENDA DAS PUBLICAÇÕES DO CONSELHO DA EUROPA

BÉLGICA

La Librairie Européenne –
The European Bookshop
Rue de l'Orme, 1
BE-1040 BRUXELLES
Tel.: + 32 (0)2 231 04 35
Fax: + 32 (0)2 735 08 60
E-mail: info@libeurop.eu
http://www.libeurop.be

Jean De Lannoy/DL Services
c/o Michot Warehouses
Bergense steenweg 77
Chaussée de Mons
BE-1600 SINT PIETERS LEEUW
Fax: + 32 (0)2 706 52 27
E-mail: jean.de.lannoy@dl-servi.com
http://www.jean-de-lannoy.be

BÓSNIA E HERZEGOVINA

Robert's Plus d.o.o.
Marka Marulića 2/V
BA-71000 SARAJEVO
Tel.: + 387 33 640 818
Fax: + 387 33 640 818
E-mail: robertsplus@bih.net.ba

CANADÁ

Renouf Publishing Co. Ltd.
22-1010 Polytek Street
CDN-OTTAWA, ONT K1J 9J1
Tel.: + 1 613 745 2665
Fax: + 1 613 745 7660
Toll-Free Tel.: (866) 767-6766
E-mail: order.dept@renoufbooks.com
http://www.renoufbooks.com

CROÁCIA

Robert's Plus d.o.o.
Marasovičeva 67
HR-21000 SPLIT
Tel.: + 385 21 315 800, 801, 802, 803
Fax: + 385 21 315 804
E-mail: robertsplus@robertsplus.hr

DINAMARCA

GAD
Vimmelskafet 32
DK-1161 KØBENHAVN K
Tel.: + 45 77 66 60 00
Fax: + 45 77 66 60 01
E-mail: reception@gad.dk
http://www.gad.dk

FEDERAÇÃO RUSSA

Ves Mir
17b, Butlerova ul. – Office 338
RU-117342 MOSCOW
Tel.: + 7 495 739 0971
Fax: + 7 495 739 0971
E-mail: orders@vesmirbooks.ru
http://www.vesmirbooks.ru

FINLÂNDIA

Akateeminen Kirjakauppa
PO Box 128
Keskuskatu 1
FI-00100 HELSINKI
Tel.: + 358 (0)9 121 4430
Fax: + 358 (0)9 121 4242
E-mail: akatilaus@akateeminen.com
http://www.akateeminen.com

FRANÇA

Please contact directly/
Merci de contacter directement
Council of Europe Publishing
Éditions du Conseil de l'Europe
F-67075 STRASBOURG Cedex
Tel.: + 33 (0)3 88 41 25 81
Fax: + 33 (0)3 88 41 39 10
E-mail: publishing@coe.int
http://book.coe.int

Librairie Kléber
1, rue des Francs-Bourgeois
F-67000 STRASBOURG
Tel.: + 33 (0)3 88 15 78 88
Fax: + 33 (0)3 88 15 78 80
E-mail: librairie-kléber@coe.int
http://www.librairie-kléber.com

GRÉCIA

Librería Kauffmann s.a. – Librairie
Kauffmann s.a. Stadiou 28
GR-105 64 ATHINAI
Tel.: +30 210 32 55 321
Fax.: +30 210 32 30 320
E-mail: ord@otenet.gr
http://www.kauffmann.gr

HUNGRIA

Euro Info Service Pannonia
u. 58. PF. 1039
HU-1136 BUDAPEST
Tel.: +36 1 329 2170
Fax: +36 1 349 2053
E-mail: euroinfo@euroinfo.hu
http://www.euroinfo.hu

ITÁLIA

Licosa SpA
Via Duca di Calabria, 1/1
IT-50125 FIRENZE
Tel.: +39 0556 483215
Fax: +39 0556 41257
E-mail: licosa@licosa.com
http://www.licosa.com

POLÓNIA

Ars Polona JSC
25 Obrocnow Street
PL-03-933 WARSZAWA
Tel.: + 48 (0)22 509 86 00
Fax: + 48 (0)22 509 86 10
E-mail: arspolona@arspolona.com.pl
http://www.arspolona.com.pl

PORTUGAL

Marka Lda
Rua dos Correios 61-3
PT-1100-162 LISBOA
Tel: 351 21 3224040
Fax: 351 21 3224044
E mail: apoio.clientes@marka.pt
www.marka.pt

REINO UNIDO

The Stationery Office Ltd
PO Box 29
GB-NORWICH NR3 1GN
Tel.: + 44 (0)870 600 5522
Fax: + 44 (0)870 600 5533
E-mail: book.enquiries@tso.co.uk
http://www.tsoshop.co.uk

REPÚBLICA CHECA

Suweco CZ, s.r.o. Klecakova 347
CZ-180 21 PRAHA 9
Tel.: + 420 2 424 59 204
Fax: + 420 2 848 21 646
E-mail: import@suweco.cz
http://www.suweco.cz

SUIÇA

Planetis Sàrl
16, chemin des Pins – CH-1273 ARZIER
Tel.: + 41 22 366 51 77
Fax: + 41 22 366 51 78
E-mail: info@planetis.ch

TAIWAN

Tycoon Information Inc.
5th Floor, No. 500, Chang-Chun Road
Taipei, Taiwan
Tel.: 886-2-8712 8886
Fax: 886-2-8712 4747, 8712 4777
E-mail: info@tycoon-info.com.tw
orders@tycoon-info.com.tw

Todos os dias, na Europa, as pessoas associadas às comunidades ciganas estão expostas a atos de discriminação e exclusão a uma escala tão generalizada que deixou de chocar as pessoas e as instituições. Com demasiada frequência, é apenas quando se reclamam vidas que se desperta para a existência de realidades que não devem existir em nenhuma sociedade democrática.

Anticiganismo é um termo usado para referir as múltiplas formas de vieses, preconceitos e estereótipos que motivam o comportamento discriminatório diário das instituições e de muitos indivíduos em relação ao povo cigano. O anticiganismo é uma forma de discriminação racial. A maioria dos atos de anticiganismo são ilegais e contrários aos Direitos Humanos, mesmo quando não são objeto de processo judicial, e mesmo quando são generalizados e frequentemente ignorados ou tolerados. O anticiganismo mina o tecido moral das sociedades. A democracia e os Direitos Humanos não podem criar raízes onde a discriminação é institucionalizada, tolerada ou convenientemente ignorada.

A educação desempenha um papel central no combate e na erradicação do anticiganismo porque o resultado de séculos de preconceito não pode ser combatido apenas por leis e tribunais. A Educação para os Direitos Humanos – aprender *sobre, através e para* os Direitos Humanos – constitui a abordagem ideal para a conscientização sobre o anticiganismo e para a promoção de uma cultura de Direitos Humanos universais.

Este manual foi produzido no âmbito do Plano de Ação da Juventude Cigana do Conselho da Europa para fornecer aos professores, formadores e facilitadores de processos educativos não formais informação essencial e ferramentas metodológicas que os capacitem a abordar o anticiganismo com jovens de todas as idades e em qualquer contexto socio-cultural. É igualmente adequado para o trabalho com grupos de não ciganos e não ciganas, ou grupos mistos.

Combater o anticiganismo é uma tarefa que nos compete a todos; saber mais é um ponto de partida necessário.

Enquanto seres humanos, temos a capacidade de discriminar e de impor preconceitos em relação ao outro. Felizmente, também somos capazes de aprender e de mudar. Os ESPELHOS são uma grande ajuda na compreensão, correção de visões distorcidas e para nos reconhecermos na forma como os outros nos veem.

www.coe.int/youth/roma



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P.



Lisbon
Youth
Centre
Centro de
Juventude
de Lisboa

POR

www.coe.int

O Conselho da Europa é a principal organização de defesa dos direitos humanos no continente. Integra 46 Estados-Membros, incluindo todos os membros da União Europeia. Todos os Estados-Membros do Conselho da Europa assinaram a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, um tratado que visa proteger os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem controla a implementação da Convenção nos Estados-Membros.

<https://book.coe.int>
<https://edoc.coe.int>

ISBN: 978-989-8330-38-3



9 789898 330383



COUNCIL OF EUROPE



CONSEIL DE L'EUROPE